

OS DIREITOS HUMANOS E A GUERRA: A QUESTÃO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA

Inês Teixeira

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, área
de especialização em Cultura Contemporânea e Novas
Tecnologias**

MARÇO, 2010



DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 30 de Março de 2010.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada(o) pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 30 de Março de 2010.

« Humpty Dumpty took the book and looked at it carefully. 'That seems to be done right...' he began.

'You're holding it upside down!' Alice interrupted.

'To be sure I was!' Humpty Dumpty said gaily as she turned it round for him. 'I thought it looked a little queer. As I was saying, that seems to be done right - though I haven't time to look it over thoroughly just now - and that shows that there are three hundred and sixty-four days when you might get un-birthday presents...'

'Certainly,' said Alice.

'And only one for birthday presents, you know. There's glory for you!'

'I don't know what you mean by "glory",' Alice said.

Humpty Dumpty smiled contemptuously. 'Of course you don't - till I tell you. I meant "there's a nice knock-down argument for you!"'

But "glory" doesn't mean "a nice knock-down argument",' Alice objected.

'When I use a word,' Humpty Dumpty said, in rather a scornful tone, 'it means just what I choose it to mean -- neither more nor less.'

'The question is,' said Alice, 'whether you can make words mean so many different things...' »

Through the Looking-Glass, and What Alice Found There, Lewis Carroll

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Lucília Marcos, por todo o tempo dispendido, pelo interesse no meu projecto por não desistir de mim,

Ao meu Pai, à minha Mãe e ao meu Irmão, os melhores exemplos de Mestres,

Obrigada.

RESUMO

OS DIREITOS HUMANOS E A GUERRA: A QUESTÃO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA

INÊS TEIXEIRA

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos, guerra, Direito Internacional, prisioneiros de guerra, paz, tortura,

Este trabalho pretende explorar os temas da guerra e a questão dos prisioneiros de guerra, à luz dos Direitos Humanos. São apresentadas diferentes perspectivas, filosóficas, históricas e no âmbito do Direito. A primeira parte trata sobretudo o tema dos Direitos Humanos, a segunda parte trata o tema da guerra e a terceira debruça-se sobre a questão particular dos prisioneiros de guerra.

O Direito é brevemente definido como o conjunto de normas que regulam a vida em sociedade. Os Direitos Humanos (DH) são Direitos que pertencem ao ser humano, apenas por *ser humano*. A ideia de que a sua origem é precisamente a natureza do Homem coexiste com outra perspectiva, que justifica a sua validade com o percurso histórico da humanidade, que os conquistou e instituiu. Os DH estão repartidos por três gerações: a primeira engloba os Direitos civis e políticos, a segunda inclui os Direitos económicos, sociais e culturais e a terceira é constituída pelos Direitos de solidariedade, como o Direito à paz. As tentativas de internacionalização dos DH e de estreitamento da cooperação internacional resultaram, após a 2.^a Guerra Mundial, na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e na redacção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi reclamada pela ONU, aquando da sua criação, o papel de prevenir e, se necessário, mediar conflitos internacionais.

A segunda parte começa por explorar as ideias de Einstein e Freud sobre a guerra, como as apresentaram nas cartas analisadas. Estas tratam sobretudo temas como a loucura da guerra, a possível existência de instintos de violência que lhe dão origem, a soberania internacional e a procura da paz. As teorias sobre a guerra justa são seguidamente exploradas e ilustradas com o Prémio Nobel da Paz de 2009, atribuído a Barack Obama. É ainda explorado nesta parte o novo conceito de “guerra ao terrorismo” e são referidos os esforços legislativos para uma “humanização” das guerras. Na terceira parte, é desenvolvida a problemática dos prisioneiros de guerra, cujo estatuto está definido na legislação internacional relativa à guerra. Foram reportados episódios de abusos graves dos DH na prisão iraquiana de Abu Ghraib e no campo de detenção de Guantanamo. Estes casos são desenvolvidos nesta parte do trabalho e são ilustrados pelas visões de Joseph de Maistre, filósofo anti-humanista, acerca da guerra, do castigo e dos soldados.

As reflexões finais sobre a dissertação giram sobretudo em torno da necessidade urgente de fazer prevalecer os Direitos Humanos e a busca pela paz.

ABSTRACT

HUMAN RIGHTS AND WAR: THE PRISONERS OF WAR ISSUE

INÊS TEIXEIRA

KEYWORDS: Human Rights, war, International Law, prisoners of war, peace, torture,

This work intends to deal with the subjects of war and the prisoners of war issue, in light of Human Rights. Different perspectives are presented, philosophical, historical or concerning Law. The first part deals mostly with the Human Rights subject, the second part concerns War and the third part specifically concerns the prisoners of war issue.

Law is briefly defined as the set of norms that rule Man's life in society. Human Rights (HR) are Rights, which belong to the human being, simply for *being human*. The idea that their origin is precisely Man's nature coexists with another perspective, which validates them through the historical path of men, who have conquered them and established them. HR are divided into three generations: the first comprises civil and political Rights, the second includes economical, social and cultural Rights, and the third is related to solidarity Rights, such as the Right to peace. The attempts to internationalize HR and to reinforce international cooperation have resulted, after the 2nd World War, in the creation of the United Nations (UN) and the writing of the Universal Declaration of Human Rights. The UN have called upon them the role of preventing and, if necessary, mediating international conflicts.

The second part starts with the ideas of Einstein and Freud concerning war, as they presented them on the letters in analysis. These concern mostly subjects like the folly of war, the possibility of existence of violent instincts that originate it, international sovereignty and the search for peace. Theories on just war are, following this, explored and illustrated with the Nobel Peace Prize of 2009, awarded to Barack Obama. The new concept of "war on terror" is also dealt with in this part, as well as the legislative efforts to "humanize" wars. In the third part, the issue of the prisoners of war, whose status is set in international war laws, is developed. Serious HR abuses, which have taken place in the Iraqi prison of Abu Ghraib and in the detention camp of Guantanamo, have been reported. These cases are developed in this part of the work and are illustrated by the ideas of Joseph de Maistre, an anti-humanist philosopher, on war, on punishment and on soldiers.

Final thoughts on this dissertation are mostly about the urgent necessity of Human Rights to prevail and the search for peace to continue.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
PARTE I — OS DIREITOS HUMANOS	10
O Direito — Uma introdução	11
Os Direitos Humanos	13
As Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	15
Conclusão — A internacionalização / “universalização” dos Direitos Humanos	18
PARTE II — A GUERRA	20
“Pourquoi la guerre?” por Albert Einstein e Sigmund Freud — uma introdução ao tema da Guerra	21
A “guerra justa”	27
“Philosophy in a Time of Terror” por Giovanna Borradori — As “novas guerras”	32
Para uma “humanização” da Guerra	35
Conclusão — A Justiça num contexto de Guerra e a Procura da Paz	37
PARTE III — OS PRISIONEIRO DE GUERRA	39
Estatuto e Direitos dos prisioneiros de guerra	40
O caso de Abu Ghraib — o desrespeito dos Direitos Humanos em situações de Guerra	42
“The Executioner” por Joseph de Maistre — Do papel do soldado e do carrasco; do castigo e da Justiça	44
“Novas guerras” e novas prisões — O caso do campo de detenção de Guantanamo e a alienação de Direitos inalienáveis	46
REFLEXÕES FINAIS	48
BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	51
I. 2. ^a Convenção de Haia (1889)	52
II. Carta das Nações Unidas (1945)	63
III. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	87
IV. 3. ^a Convenção de Genebra, relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra (1949)	92
V. Declaração sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1975)	137
VI. Discurso de George W. Bush ao Congresso Norte-Americano, a 20 de Setembro de 2001 (2001)	140
VII. “A Just and Lasting Peace” — Discurso de Recepção do Prémio Nobel da Paz de 2009, por Barack Obama (2009)	146

INTRODUÇÃO

A minha geração assistiu, na sua juventude, à passagem do milénio e aos eventos verdadeiramente traumáticos que a acompanharam. O terrorismo e a guerra contra o terrorismo, assim como a luta pelos Direitos Humanos, são temas recorrentes desde 2001, ano em que ocorreram os ataques de 11 de Setembro.

A escolha deste tema, de particular interesse pessoal, requer, no entanto, uma justificação no âmbito das Ciências da Comunicação e da Cultura Contemporânea. As ideias de Jürgen Habermas e Jacques Derrida, apresentadas na obra de Giovanna Borradori (Borradori, 2003), funcionaram, sem dúvida, como ponto de partida para o tema desta dissertação.

« The spiral of violence begins as a spiral of distorted communication that leads through the spiral of uncontrolled reciprocal mistrust, to the breakdown of communication. »¹ (Habermas *em* Borradori, 2003: 35)

A ideia de Habermas de distorção na comunicação é interessante na sua associação, que ele próprio faz, às relações internacionais e ao diálogo intercultural. Esta “avaria” na comunicação a que se refere é a potenciadora de acontecimentos como o 11 de Setembro e conflitos consequentes, ainda por terminar.

A carga dos termos utilizados na era actual e a forma como são utilizados no discurso político são questões debatidas por ambos os filósofos na obra de Borradori. A apropriação do termo “guerra” para denominar uma acção armada cujas características diferem muito do conceito tradicional, alterou não só a forma de ver as guerras, como também a interpretação da legislação da guerra, nomeadamente no que diz respeito aos prisioneiros de guerra. O cunhar da expressão “guerra contra o terrorismo”, por exemplo, deu, posteriormente, origem a tentativas de criar novos prisioneiros, com menos direitos, e à discussão da sua personalidade jurídica, assistindo-se, no fundo, à oportuna utilização, ou manipulação, de certos conceitos por parte dos Estados. Assistimos, hoje, em suma, a uma mutação de conceitos extraordinária.

¹ Optei por citar esta e outras obras ou documentos na língua original da edição a que tive acesso, consciente de que esta é uma opção discutível.

Optei por estruturar a dissertação em três partes principais. Em primeiro lugar, introduzo o tema do Direito e dos Direitos Humanos e estabeleço o percurso de institucionalização e internacionalização desses Direitos. Na segunda parte, exploro algumas perspectivas sobre a guerra, como as teorias da guerra justa, e a evolução histórica do próprio conceito. Finalmente, na terceira parte do trabalho, desenvolvo a questão dos prisioneiros de guerra e das violações dos Direitos Humanos de que são vítimas, dando particular atenção aos casos da prisão iraquiana de Abu Ghraib e do campo de detenção de Guantanamo.

Qual a importância dos Direitos Humanos? De que forma podem eles ser aplicados às guerras, se parecem realidades tão distantes? Levará a guerra ao esquecimento “circunstancial” dos Direitos dos seres humanos? Qual o papel das instituições internacionais na sua defesa? Porque são tão desrespeitados os Direitos dos prisioneiros de guerra?

PARTE I — OS DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos (DH) são o tema a partir do qual desenvolvo as questões da Guerra e dos Prisioneiros de Guerra. Assim, esta primeira parte serve sobretudo para explorar a sua definição, se é que existe uma definitiva, a sua evolução na História e o seu processo de internacionalização, ou *universalização*, ainda não concluído.

Serão os Direitos Humanos naturais e inerentes aos seres humanos, como se afirma na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DHDU) e, portanto, descendentes do Direito Natural, ou serão conquistas históricas, construções da civilização? Seja qual for a resposta a esta questão, os DH percorreram um caminho de grande relevância, que tentarei apresentar nesta primeira parte. Foram repartidos por gerações, que correspondem a conjuntos de valores e Direitos e a momentos marcantes na História.

Esta é uma História não terminada. O processo de internacionalização dos DH acompanha o processo de cooperação internacional dos Estados e ambos estão longe da realização total.

O DIREITO — UMA INTRODUÇÃO

« Para uns, o ponto de apoio do Direito é o puro poder estadual, a decisão parlamentar, legitimada democraticamente ou não, ou a *Grundform* posta e pressuposta. Para outros, é pedra angular do Direito uma entidade jurídica, mas transcendente, a que se chama natureza das coisas, direito natural, direito vital, justiça, etc... » (Cunha, 2001: 13)

Antes de escrever sobre os Direitos Humanos, é necessário introduzir o próprio tema do Direito, que não é fácil, se é que é de todo possível, de definir. O Direito é comumente entendido como o conjunto de normas que regulam a vida do Homem em sociedade que, sem estas normas, não teria forma de resolver os conflitos de interesses que surgem num *estado natural*. Sobre o tema do estado natural, que não vou desenvolver em profundidade, Eurico Heitor Consciência (Consciência, 2007: 13) refere os exemplos de Hobbes, que entende que os homens “nascem maus” e vivem em conflito, e de Rousseau, que entende, por outro lado, que “nascem bons e são corrompidos pela sociedade”. Em qualquer dos casos, a convivência dos homens em sociedade exige regulação através do Direito. Muito brevemente, Consciência apresenta-nos diferentes sentidos do termo Direito: em primeiro lugar, o Direito objectivo, que se refere aos mecanismos de normas jurídicas, coactivas, que regulam efectivamente a conduta social – “um *sistema de normas de conduta social com protecção coactiva*.” (p.15); em segundo lugar, o Direito subjectivo, ligado mais directamente às próprias pessoas e que, neste caso, significará “*poder ou faculdade*” (p.16), ou seja, são os *direitos*; em terceiro lugar, o Direito natural, que “*deriva de princípios universais*” e que este autor apresenta como “*um conjunto de princípios superiores, justos e verdadeiros com validade eterna (para todas as épocas) e universal (para todos os povos), que serão um Direito natural, que deva ser.*”² Paulo Ferreira da Cunha (Cunha, 2001: 190) pensa também o Direito em três diferentes paradigmas: “o direito objectivo clássico, o direito subjectivo moderno, e hoje, o direito social (...) de que os direitos humanos são uma espécie de profeta anunciador.”

A citação presente no início desta secção, refere-se precisamente ao debate existente entre jusnaturalistas, que assumem a existência do Direito natural, e juspositivistas,

² Em *italico* no original.

que a rejeitam e defendem que o Direito não é inerente (ou transcendente) à natureza humana, mas sim criado pelos próprios homens.

A ideia de que o Direito tem por base a própria natureza do Homem – o Direito natural – é a raiz dos DH, cujos ideais se centram na ideia de que os homens têm Direitos, inerentes e inalienáveis, apenas por serem humanos.

«Na verdade, a razoabilidade, tolerância, democracia, o pluralismo e outros princípios, valores ou tópicos essenciais dos direitos humanos não podem fundar-se num simples comodismo utilitarista, sob pena de poderem ser sacrificados mal estale esse verniz civilizacional que os dita. Se não houver um respeito profundo na ideia da transcendência ou sacralidade naturais (mesmo, eventualmente, laica e até ateia) do Homem, de cada Homem concreto, dificilmente se sustentará filosoficamente e se manterá praticamente o ideal de tais direitos.» (Cunha, 2001: 180)

Por outro lado, não terão os DH sido também fruto da evolução (ou de revoluções) da civilização, conquistas históricas, construções humanas? Terão menos legitimidade se não forem *naturais*? Ou dar-lhes-á a História mais força?

«*We need (il faut) human rights*. We are in need of them and they are in need, for there is always a lack, a shortfall, a falling short, an insufficiency; human rights are never sufficient. Which alone suffices to remind us that they are not natural. They have a history — one that is recent, complex, and unfinished.» (Derrida *em* Borradori, 2003: 132-133)³

³ Na secção “Philosophy in a Time of Terror” por Giovanna Borradori — As novas guerras’, da parte II, dedicar-me-ei à exploração dos discursos de Derrida, assim como de Habermas e da própria Borradori, particularmente no que diz respeito à guerra e ao terrorismo.

OS DIREITOS HUMANOS

Quer tenham sido atribuídos pela Natureza ou pela História, os DH são, em princípio, entendidos como Direitos que pertencem ao ser humano, por *ser humano*, universalmente, e que não podem ser perdidos em nenhuma circunstância, ou seja, não lhe podem ser retirados e não se pode renunciar a eles.

Os Direitos humanos são frequentemente apresentados – e nomeadamente por A. Reis Monteiro, na sua obra em co-autoria com Maria Lucília Marcos (Marcos e Monteiro, 2008) e José Manuel Pureza, numa intervenção sobre os Direitos Humanos e o Direito Internacional (Pureza, 2009) – numa repartição histórica em três gerações, nas quais surgem diferentes categorias de Direitos.

Assim, na primeira geração que, segundo estas duas referências, terá sido proclamada em 1789, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa, são englobados os direitos civis e políticos, como “o direito à vida e as liberdades de pensamento, de consciência, de religião, de expressão e de associação.” (Marcos e Monteiro, 2008: 98)

A segunda geração de Direitos surge a partir do século XIX e prolonga-se até meados do século XX. Esta é a geração dos Direitos económicos, sociais e culturais, como “o direito ao melhor estado de saúde possível, o direito ao trabalho, o direito à segurança social, o direito à educação.”

Mais recentemente – segundo Monteiro a partir do fim dos anos 1960 – surge a terceira geração de Direitos humanos, a que Pureza chama dos “direitos subjectivos” (Pureza, 2009) e Monteiro dos “direitos de solidariedade” (Marcos e Monteiro, 2008: 99). Esta geração de Direitos engloba “o direito à paz, o direito ao desenvolvimento, o direito ao ambiente, o direito ao património comum da humanidade, o direito à comunicação, o direito à diferença.”

Perante esta clarificação do surgimento e percurso histórico dos DH, parece-me inevitável colocar de novo a questão da natureza destes Direitos. Esta divisão⁴ da totalidade⁵ dos Direitos em gerações e categorias está relacionada com os momentos na história

⁴ Esta divisão é sobretudo uma divisão formal, que, como clarifica Monteiro (p.99) não coloca em causa o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

⁵ Esta “totalidade” é referente às três gerações apresentadas. Não assumo que estes direitos englobem todos os que estão em processo de reivindicação ou virão ainda a ser reivindicados, como, por exemplo,

em que estes Direitos começaram a ser reivindicados. Foi a sua reivindicação, sob forma de revoluções, movimentos e manifestações, que levou à sua eventual (e ainda não universal) conquista. Não tenho, no entanto, pretensão de definir com certeza a natureza dos DH, já que surgem sempre novas questões, como: Não serão estas lutas históricas forma *instintiva* do homem de adquirir os Direitos que inatamente lhe pertencem? Ou seja, serão os Direitos humanos *atribuições* feitas ao ser humano ou terão sido antes, de alguma forma, *recuperados* pelo ser humano, de uma espécie de *estado natural* que, uma vez perdido, fez também perder estes Direitos?

Os primeiros esforços de institucionalização dos DH surgiram sobretudo no período entre as duas grandes guerras do séc. XX. No final da Primeira Guerra Mundial, diz-nos Micheline R. Ishay (Ishay, 2008: 177-179), foram feitos dois esforços opostos com este objectivo: por um lado, o triunfo do Bolchevismo na Rússia (que tinha por objectivo um socialismo internacional); por outro, o estabelecimento da Sociedade das Nações. O falhanço de ambas as tentativas, ou visões – “the inability to construct a viable human rights mechanism to secure either liberal or socialist rights in domestic and global politics” – correspondeu, ainda segundo Ishay, ao surgimento de regimes totalitários e a uma nova guerra total.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, foram retomados os esforços para a criação de uma entidade supranacional, fundamentada na segurança colectiva e cooperação entre os Estados, a manutenção da paz e a garantia dos Direitos Humanos. Assim, em 1945, é fundada a Organização das Nações Unidas e é assinada pelos iniciais 51 Estados-Membros, a Carta das Nações Unidas. Surgem, nos anos posteriores, outros documentos que reafirmam e especificam vários pontos da Carta, entre os quais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948.

« Mas a consagração dos Direitos Humanos, como um dos assuntos mais sensíveis na ordem internacional, só foi conseguida com a implementação do sistema da Carta das Nações Unidas. Foi nesta sequência que acabou por se constituir a Carta Internacional dos Direitos do Homem, entre 1948 e 1966, instrumento ao qual se sucederam muitos outros...” (Leandro, 2005: 79)

exemplo, o direito ao acesso universal à Internet ou o direito à não manipulação do património genético, que estão hoje em discussão.

AS NAÇÕES UNIDAS E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

« (...) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (...) » (Carta das Nações Unidas, 1945: Preâmbulo⁶)

Como havia acontecido logo após a 1.^a Guerra Mundial, o final da 2.^a Guerra despertou os Estados para a necessidade de criarem esforços conjuntos com vista a um futuro sem guerras. Em particular, a descoberta das atrocidades cometidas pelo regime Nazi nos campos de concentração chamou finalmente a atenção para outra necessidade urgente: a defesa dos DH.

Tal como a Sociedade das Nações, sua precursora, procurou conseguir, a ONU pretende ocupar um lugar fundamental como mediadora e preventora de conflitos armados. Prevê, também, contudo, a intervenção, em caso de inevitabilidade, nesses conflitos. No entanto, coloca-se ainda o problema da soberania, que não será cedida de ânimo leve pelos seus Estados-membros, em particular os mais poderosos.

Sendo o primeiro ponto do preâmbulo da Carta das Nações Unidas sobre o carácter negativo da guerra e o segundo sobre a necessidade de “reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais”, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁷, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, reconhece a necessidade de afirmar os DH como requisito para uma paz duradoura.

A estrutura da DUDH está, segundo René Cassin, um dos autores da Declaração, assente em quatro pilares – dignidade, liberdade, igualdade e fraternidade – que suportam os Artigos do documento (Ishay, 2008: 3).

Os dois primeiros Artigos afirmam estes princípios fundamentais, a ser desenvolvidos nos artigos seguintes; a dignidade humana, universal, independente de qualquer particularidade, seja raça, religião, nacionalidade, origem social, sexo, ou outra.

« Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente

⁶ Ver Anexo II.

⁷ Ver Anexo III.

de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. » (Artigo 2.º, DUDH)

Do Artigo 3.º ao 19.º, é a liberdade que suporta o “pórtico do templo” (Ishay, 2008: 3) e encontram-se presentes os valores do Iluminismo e a primeira geração de DH.

« Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. » (Artigo 18.º, DUDH)

O pilar da igualdade apoia os Artigos 20.º ao 26.º, com a afirmação da segunda geração de DH, cuja conquista foi feita após a Revolução Industrial.

« Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. » (Artigo 25.º – 1, DUDH)

O quarto pilar é o da fraternidade, ou solidariedade, que está intimamente ligada à quarta geração de DH e afirma os valores do século XX. Os Artigos 27.º e 28.º são os suportados por este pilar.

« Toda a pessoa tem o direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração. » (Artigo 28.º, DUDH)

Os últimos três artigos fecham a estrutura e concluem a mensagem da Declaração, ao afirmarem os deveres, responsabilidade e importância dos indivíduos, Estados e comunidades, na tarefa de fazer cumprir as designações da DUDH.

Esta estrutura proposta por Ishay é muito interessante e pode ter uma forte relevância, no sentido em que redefine a própria Declaração, não só como uma enumeração do que são os Direitos universais dos seres humanos, mas essencialmente como um fio condutor do que é a História da conquista, evolução e afirmação desses Direitos.

Sendo ela própria um ramo da Carta das Nações Unidas, no sentido em que parte de um dos seus pontos principais, a DUDH tornou-se ponto de partida para a criação de diversos outros documentos de afirmação e defesa dos DH. São exemplos a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (1950), a Declaração sobre os Direitos da Criança (1959), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Discriminação da Mulher (1979), a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981), entre muitos outros.

CONCLUSÃO — A INTERNACIONALIZAÇÃO / “UNIVERSALIZAÇÃO” DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos marca um ponto de viragem no longo – e inacabado – processo de universalização dos Direitos Humanos. A garantia dos Direitos dos indivíduos havia sido, até então, responsabilidade exclusiva dos Estados que, como demonstraram as atrocidades cometidas pelo regime Nazi, falharam nesta tarefa. Até 1948 verificou-se, segundo José Manuel Pureza (na mesma intervenção sobre Direitos Humanos e Direito Internacional) o primeiro momento neste processo, em que Estado, Território e População formavam uma espécie de triângulo fechado, sendo os Direitos restringidos aos cidadãos nacionais e consagrados por instituições nacionais. O segundo momento inicia-se, então, em 1948, como resposta a uma procura pela internacionalização da protecção destes Direitos, sob a máxima de que todos deveriam ter Direitos, independentemente da sua nacionalidade. Este ideal de supra-nacionalização é ainda, contudo, segundo Pureza, acompanhado de duas sombras: por um lado, o Direito Internacional é produzido pelos Estados, sendo o conteúdo concreto dos tratados reflexo dos seus próprios interesses; por outro lado, o Direito Internacional é ainda problemático no que diz respeito às suas capacidades sancionatórias.

« O papel das corporações internacionais existentes, nomeadamente a ONU, precisa também de ser repensado. Sempre presente, e usualmente requerida, não tem um papel definido na resolução de disputas. A sua estratégia e operação estão sempre à mercê de poderes políticos em mutação. » (Hobsbawm, 2008: 33)

O reconhecimento dos DH está, felizmente, cada vez mais generalizado. No entanto, considero interessante a ideia de Paulo Ferreira da Cunha que, ao mesmo tempo que sacraliza o Homem e a sua natureza, teme as “heresias” que esta nova “religião” possa trazer. Cunha apresenta três sentidos que este termo possa ter ao ser utilizado. Em primeiro lugar, DH como religião no sentido em que surgem em substituição das grandes religiões ocidentais em descrença; em segundo lugar, o termo é usado com alguma ironia, “como que chamando insensivelmente a atenção para um perigo que talvez não soubessem ainda identificar (...) No fundo, um perigo de totalitarismo.” (Cunha, 2001: 184) O terceiro sentido será crítico e associa os DH a uma fé supersticiosa, “irracional e eventualmente

nociva.” (p.184) As “heresias” que o autor teme neste âmbito estão sobretudo relacionadas com a possibilidade do surgimento de falsas discriminações – ou seja, “o mau uso do discurso da discriminação” (p.185) de forma a conceder privilégios, por vezes desadequados, a um grupo ou indivíduo, em nome de abusos efectivamente feitos em determinada altura – e com a possibilidade de surgirem atitudes fundamentalistas (um termo curioso quando relacionado com “religião”), acompanhadas do aparecimento do “pensamento único” e de comportamentos em si contraditórios com o ideal dos DH. A guerra e de combate ao terrorismo são alguns exemplos, que irei explorar mais adiante, de situações onde surgem paradoxos associados aos DH.

PARTE II — A GUERRA

A guerra é uma situação de humanos contra humanos, que envolve destruição e morte. É prática humana desde sempre ou, pelo menos, desde que há memória histórica. Sobre a guerra, infinitas questões surgem: Porque é que existe? É inevitável? Pode ser legítima? O que há de justo numa guerra?

Como conciliar os valores da vida e da dignidade humana em situação de guerra? Como garantir os DH numa situação em que, no extremo, uma parte procura a destruição da outra? As grandes guerras do séc. XX e os seus efeitos devastadores conduziram a esforços de prevenção de novos conflitos mundiais e de afirmação dos DH. A criação da ONU, sucessora da SDN, e a redacção da DUDH são disso claros exemplos. No entanto, já antes haviam sido iniciados esforços para a regulação das guerras, talvez associados a um desejo de, de alguma forma, a humanizar. As Convenções de Haia (1899 e 1907) e as Convenções de Genebra (1864, 1906, 1929 e 1949) estão entre os primeiros documentos do Direito Internacional que regulam as acções de guerra.

O início do séc. XXI foi marcado pela “guerra ao terrorismo”, desencadeada pelos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001. Foi declarada uma guerra a algo que não tem rosto nem território. De que forma é que isso afecta a concepção tradicional da guerra? Qual o papel do Direito Internacional?

“POURQUOI LA GUERRE?” POR ALBERT EINSTEIN E SIGMUND FREUD — UMA INTRODUÇÃO AO TEMA DA GUERRA

A pequena obra que começo por analisar nesta parte do estudo apresentou-me um ponto de partida interessante para o tema da Guerra. Constituída por duas cartas, a primeira de Albert Einstein, dirigida a Sigmund Freud, e a última em resposta à primeira, surgiu como parte de um projecto suscitado pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), associado à Sociedade das Nações (SDN): “La mission de cet institut était de renforcer la collaboration dans le domaine intellectuel et de former un esprit international afin de consolider l’action de la SDN en faveur de la paix.” Desta forma, surge a colecção “Correspondances”, constituída por quatro volumes, entre os quais o que me proponho analisar, com a ideia de que o diálogo entre intelectuais pode e deve ocupar um lugar importante no que diz respeito à procura de um “novo humanismo” e à consolidação da paz.

A carta de Einstein

Einstein, convicto de que a SDN deveria ter um papel importante de arbitragem internacional, acabou por se demitir do IICI, por acreditar que a organização não estava a conseguir cumprir a sua missão, nomeadamente no que dizia respeito aos objectivos da Conferência de Genebra, realizada em 1932, sobre o desarmamento. Um ano depois da sua demissão, em 1932, foi ele próprio que propôs a troca de correspondência com Freud, sobre o tema da Guerra. Em 1933, o fascículo foi finalmente editado, em alemão, francês e inglês. A sua difusão foi interdita na Alemanha, onde Hitler já havia sido eleito.

“...existe-t-il un moyen d’affranchir les hommes de la menace de la guerre?”

(Einstein e Freud, 2005: 33)

Esta é a questão que Einstein considera essencial à humanidade: de que forma se pode eliminar a ameaça da guerra? É também a primeira questão que coloca a Freud, apelando aos seus conhecimentos sobre os instintos do homem.

Para Einstein, o ideal de justiça está mais próximo de alcançar quanto mais independentes forem os tribunais e considera necessária uma organização supra-estatal que tenha o poder de conferir ao seu tribunal uma “autoridade inatacável”. Assim, considera inevitável que os Estados cedam a sua soberania em prol da segurança internacional. No

entanto, o signatário mostra-se também convencido de que interesses superiores, relacionados com o poder político e económico, minam este objectivo, nomeadamente no que diz respeito às vantagens que a guerra traz a alguns, por oposição ao sofrimento e sacrifício que traz à grande maioria.

“Je songe particulièrement ici à ce groupe que l’on trouve au sein de chaque peuple et qui, peu nombreux mais décidé, peu soucieux des expériences et des facteurs sociaux se compose d’individus pour qui la guerre, la fabrication et le trafic des armes ne représentent rien d’autre qu’une occasion de retirer des avantages particuliers, d’élargir le champ de leur pouvoir personnel.” (p.36-37)

O sistema educativo, a imprensa e as organizações religiosas são meios em princípio responsáveis por informar as massas, mas são, em contrapartida, controlados por este pequeno grupo de indivíduos, que os torna instrumento de defesa dos seus próprios interesses. Perante esta sua opinião, Einstein questiona o porquê de as massas, mesmo através destes meios, serem levadas à “loucura” e ao “sacrifício” e chega à conclusão que o homem tem em si uma necessidade de ódio e destruição que, normalmente se encontra latente mas que surge facilmente, degenerando “em psicose colectiva”.

No final da sua carta, o físico alemão sugere então que a guerra advém de instintos humanos, assunto sobre o qual pede mais esclarecimentos ao seu destinatário, e coloca uma outra questão: haverá alguma forma de guiar a mente humana de forma a torná-la mais resistente a estas psicoses? Uma solução para este problema resolveria, possivelmente, todos os conflitos armados.

A carta de Freud

A resposta de Freud, enviada pouco tempo depois, é muito menos povoada do “espírito humanista” que Einstein e o IICI pretendiam, como o próprio admite: “...je ne pense pas recevoir le prix Nobel de la paix pour cette publication” (p.26)

Considerando a pergunta inicial de Einstein como vinda não de um físico e cientista mas sim de um “amigo dos humanos” (p.42), Freud começa por assinalar a sua própria incompetência perante tal problema, cuja solução pertencerá apenas aos homens de Esta-

Estado. Desenvolve depois, ao longo de uma carta bastante mais longa do que aquela a que responde, uma série de questões de grande relevância:

A relação entre Direito e força (ou violência, termo preferido pelo autor) é uma destas questões. Freud apresenta a ideia de que, ainda que o Direito e a violência sejam vistos como antónimos, estão na verdade muito próximos, uma vez que o primeiro deriva do segundo. Esta ideia é justificada com base nas nossas origens naturais. O homem, como parte do reino animal, teria como primeira forma de resolver conflitos a violência, ou seja, seria a força muscular, numa primeira fase, o principal factor de superioridade — “...c’est la supériorité de la force musculaire qui décidait ce qui devait appartenir à l’un, ou quel était celui dont la volonté devait être appliquée.” (p.43-44) — seguido do uso de instrumentos, como as armas. O objectivo seria sempre o mesmo:

« ...l’une des parties aux prises doit être contrainte, par le dommage qu’elle subit et par l’étranglement de ses forces, à abandonner ses revendications ou son opposition. » (p.44)

A resolução dos conflitos entre os homens, tanto no seu estado primitivo como no mais avançado passam, então, segundo Freud, pela destruição total do inimigo (morte) e, a partir de um determinado momento da história, pela sua *utilização*, ou seja, escravização — “En pareil cas, la violence se contente d’asservir au lieu de tuer.”. Nesta condição a que Freud chama “estado original”, o vencedor abandona parte da sua segurança, ao criar no vencido uma “sede de vingança” (p.45)

Esta descrição, que se refere ao instinto humano de violência em relação ao outro, serve então de ligação ao Direito. Este terá evoluído precisamente da violência:

“La violence est brisée par l’union, la force de ces éléments rassemblés re-présente des lors le droit, par opposition à la violence d’un seul.” (p.45)

Em suma, para Freud, a particularidade do Direito é o seu carácter comunitário, ou seja, o Direito é uma violência comunitária e não individual.

«Les lois de cette association fixent alors, en ce qui concerne les manifestations violentes de la force, la part de liberté personnelle à laquelle l’individu doit renoncer pour que la vie en commun puisse se poursuivre en sécurité.» (p.46-47)

Esta situação de segurança existe, no entanto, apenas em teoria, já que a comunidade tem em si elementos de poder desigual. O Direito será, então, expressão dessas desigualdades.

Num momento posterior do seu texto, Freud explica que mesmo no interior de uma comunidade, *de direito*, o recurso à violência para resolver conflitos de interesses não é de todo impossível, mas também que a comunidade procura apaziguar estas lutas e procurar soluções pacifistas, em “progressão constante” (p.48)

Muitas guerras foram, desta forma, do ponto de vista do autor desta carta, responsáveis pela transformação da violência em Direito, no sentido em que se foram criando organismos que limitam o recurso à força. Freud dá o exemplo da *pax romana* e sugere a ideia, segundo o próprio, paradoxal, de que as guerras podem ser úteis para a fundação da “paz perpétua”.

Para evitar a guerra, os homens deverão entender-se no sentido de instituir uma “potência central”, mediadora de todos os conflitos de interesses. Dever-se-á, então, criar uma tal instância suprema e dotá-la da força necessária.

É neste momento do texto que Freud critica a SDN. Embora reconheça que esta poderia ter um papel importante como a mencionada “autoridade suprema”, considera que falha no momento em que não está dotada de força para a aplicar.

Da questão da violência e do Direito, Freud passa à questão que, à partida, Einstein teria considerado da sua especialidade: os instintos.

«Là est le point sur lequel, seul, le grand connaisseur des instincts humains peut apporter la lumière.» (p.38)

Considera, então, que existem duas categorias de instintos no homem. Por um lado, os que querem “conservar e unir” — os eróticos ou sexuais — e por outro, os que querem “destruir e matar” — os de pulsão agressiva ou destrutiva. Estas não são noções de Bem e Mal, já que, clarifica, é da acção de ambas, conjugadas ou em antagonismo, que surgem “os fenómenos da vida” (p.53-54)

Assim, por exemplo, o instinto de conservação é de natureza erótica, mas pode também ser origem de agressão. A guerra, que numa primeira análise surgiria da categoria de instintos agressivos, pode ter motivos de conservação, como é o caso das chamadas

“guerras justas”, cujo tema desenvolverei mais adiante neste estudo, e, neste caso, coexistem, numa mesma acção, as duas categorias de instintos humanos. Hugo Grotius aborda também esta questão do instinto do homem, ao afirmar que todos os animais procuram naturalmente a preservação da sua vida e, como tal, defendem-se contra a sua destruição.

« Pourquoi nous élevons-nous avec tant de force contre la guerre, vous et moi et tant d'autres avec nous, pourquoi n'en prenons-nous pas notre parti comme de l'une comme de l'une des innombrables vicissitudes de la vie ? (...) Et voici quelle sera la réponse : parce que tout homme a un droit sur la propre vie, parce que la guerre détruit des vies humaines chargées de promesses, place l'individu dans des situations qui le déshonorent, le force à tuer son prochain contra sa propre volonté, anéantit de précieuses valeurs matérielles, produits de l'activité humaine, etc. » (p.61-62)

Assim, ainda que a guerra seja fruto de instintos humanos, ainda que , como o próprio Freud admite, a supressão destes instintos seja uma tarefa impossível e presunçosa, os homens, a sua vida e até a sua humanidade devem ser preservados e, como tal, esforços devem ser feitos para prevenir conflitos desta natureza. Mesmo estes esforços pacifistas, afirma Freud, serão fruto do desenvolvimento da civilização (ou cultura), parte da evolução humana, na medida em que ela traz a “afirmação do intelecto”, que tende a dominar a vida instintiva, e a “reversão interior da pulsão agressiva”, “com todas as suas consequências favoráveis e perigosas” (p.64) Freud termina desta forma a sua carta a Einstein, deixando clara a sua posição, ao manifestar contra a guerra sentimentos como “repugnância intelectual e afectiva” e “intolerância inconstitucional”.

« En attendant, nous pouvons nous dire : tout ce qui travaille au développement de la culture travaille aussi contre la guerre. » (p.65)

Conclusões

Embora sejam diferentes, as abordagens à guerra dos dois autores destas cartas encontram-se em alguns pontos. A questão dos instintos violentos do Homem como origem primeira das guerras é um desses pontos. Concordar com a existência destes instintos não significará a resignação à inevitabilidade da própria guerra e da violência? Não é

esta resignação contrária aos próprios objectivos de instituições internacionais como a SDN, no âmbito da qual surgem estas cartas, ou da ONU, que se focam precisamente na prevenção das guerras e manutenção da paz?

É inegável que existe guerra desde que existe Homem ou, pelo menos, desde que há memória. Se é uma questão natural ou civilizacional, não cabe a este estudo clarificar. O desenvolvimento da civilização e do intelecto, responsável, segundo Freud, pelos esforços pacifistas e de resistência aos instintos violentos, trouxe, também, o desenvolvimento das economias, a concorrência dos mercados e o melhoramento dos instrumentos, entre os quais as armas. Desta forma, a verdade é que o século XX foi o mais sangrento da História. Segundo Hobsbawm (Hobsbawm, 2008: 23), terão morrido cerca de 187 milhões de pessoas em conflitos armados.

Os organismos de cooperação internacional que surgiram em consequência destas guerras, em particular as duas Guerras Mundiais, não têm sido capazes, devido à sua forte dependência dos Estados (sobretudo os mais poderosos), de prevenir ou de pôr termo a novos conflitos. Surgem novos discursos e conceitos sobre a Guerra, como a “guerra contra o terrorismo” e são recuperados discursos e conceitos antigos, como o de “guerra justa”, mas a própria guerra não termina.

A “GUERRA JUSTA”

“No war, as medieval theologians explained, can be just on both sides.”

(M. R. Ishay, 1997: 359)

Julgo poder afirmar que o conceito de guerra justa está intimamente ligado ao de Direitos. Ainda que várias teorias sobre o tema sejam ainda medievais, como são os casos das teorias de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, foi o pensamento humanista que, a partir dos Direitos à vida, à propriedade, à liberdade e à auto-determinação, abriu portas à regulação dos conflitos armados, com base na ideia de que até a guerra deve respeitar ideais de Justiça. (R. M. Ishay, 2008: 64)

Não procurarei, neste capítulo, oferecer uma definição definitiva do que é a guerra justa. O que considero relevante para este estudo é sobretudo a aplicação deste conceito, hoje, no discurso político e consequentes ações dos Estados (ou não-Estados).

Hugo Grotius (Grotius 2005), um dos fundadores do Direito Internacional, vê a guerra como um último recurso dos Estados, quando a Justiça falha. Assim, apresenta como suas causas (ou fontes): a defesa, a recuperação de propriedade e o castigo. A segunda causa refere-se a danos previamente causados, no que diz respeito ao que é propriedade dos homens ou dos Estados, e cuja reparação ou recuperação é razão suficiente para entrar em guerra. A terceira reside no castigo. “Punishment then in its general Acceptation is *the Evil that we suffer for the Evil that we do.*” (p.949) Castigo não é, neste sentido, o mesmo que vingança, Grotius esclarece, já que o primeiro está aliado à justiça e a segunda é totalmente desprovida de razão. Este tema será desenvolvido no capítulo desta parte relativo à obra de Joseph de Maistre, “The Executioner”.

No primeiro caso, prevê-se que um Estado age com justiça quando entra em guerra para sua própria defesa, por *legítima* defesa. Esta causa, defende Grotius, advém do instinto de preservação do Homem, que lhe é natural. Nenhum homem, ou Estado, poderá, assim, ser considerado injusto ou criminoso se começar uma guerra, ou mesmo se destruir o seu agressor, em prol da sua própria sobrevivência, desde que esta destruição não seja o objetivo final do conflito.

“But they are highly mistaken, and deceive others, who admit that any Sort of Fear gives a Right to take away the Life of another.” (Grotius, 2005: 398-399)

A não-legitimação do uso da força pelo medo é uma questão não só interessante como actual. Após os ataques de 11 Setembro de 2001, assistiu-se, nos Estados Unidos da América (EUA) e no resto do mundo ocidental, ao surgimento de uma atmosfera de medo, que rapidamente levou à invasão do Afeganistão e, posteriormente, do Iraque. O presidente dos EUA em 2001, George W. Bush, dirigiu-se ao Congresso a 20 de Setembro do mesmo ano, num discurso rico em promessas de retaliação, em nome da defesa e segurança da nação e dos seus cidadãos, mas também em nome da vingança, da raiva (*anger*) e do medo, declarando a “célebre” guerra ao terrorismo.

“On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country. (...) "How will we fight and win this war?" We will direct every resource at our command – every means of diplomacy, every tool of intelligence, every instrument of law enforcement, every financial influence, and every necessary weapon of war – to the destruction and to the defeat of the global terror network.”⁸

Este discurso em particular é apenas parte do discurso político que surgiu após o 11 de Setembro. O medo alimentado abriu portas ao desejo de vingança e ao sentido de insegurança, que conduziram a um clima de desconfiança e até vigilância e, em última instância, a uma guerra que dura há quase uma década.

Terá o argumento da legítima defesa, aliado no discurso a valores como democracia e liberdade, sido inadequada e ilegítimamente utilizado no pós – 11 de Setembro para justificar a invasão do Afeganistão?

Terá sido legítimo que a desconfiança⁹ e o medo tivessem levado à invasão do Iraque?

⁸ Transcrição integral do discurso no Anexo VI.

⁹ Neste caso particular, a desconfiança de que o Iraque possuía armas de destruição maciça, que se provou infundada.

Como, antes de Grotius, já Santo Agostinho e São Tomás de Aquino tinham afirmado nas suas teorias sobre a guerra justa, o que é essencial para a justificação de uma guerra é que esta tenha como fim a paz. Serão estas “guerras justas”?

Prémio Nobel da Paz 2010 — Barack Obama

« The belief that peace is desirable is rarely enough to achieve it. »¹⁰

O mundo ficou surpreendido quando, em 2009, o prémio Nobel da Paz, que já havia sido atribuído a personalidades como Nelson Mandela, opositor ao regime do Apartheid na África do Sul (1993), Martin Luther King, que lutou pelos Direitos Civis dos negros nos EUA (1964) e Aung Sang Suu Kyi, pela sua oposição pacifista ao regime birmanês (1991), foi atribuído a Barack Obama, então e actual Presidente dos Estados Unidos da América. O facto de abordar aqui este acontecimento está sobretudo relacionado com o conteúdo do discurso dado na cerimónia de entrega do prémio, a 10 de Dezembro de 2009. Barack Obama discursa, ao receber um prémio que reconhece os seus esforços para atingir a Paz, sobre a Guerra e, em particular, sobre a sua justificação, ou justiça, e a sua necessidade, por vezes até inevitabilidade.

« We must begin by acknowledging the hard truth: We will not eradicate violent conflict in our lifetimes. There will be times when nations – acting individually or in concert – will find the use of force not only necessary but morally justified. »¹¹

Barack Obama não glorifica a guerra e também não a rejeita totalmente. Justifica a necessidade de acções armadas em nome do valor da legítima defesa de um Estado – “I – like any head of state – reserve the right to act unilaterally if necessary to defend my nation.”¹² –; defende a intervenção em conflitos não-nacionais em caso de opressão ou guerra civil, afirmando que a não intervenção nessas situações é sinónimo de cumplicidade e indiferença; e justifica a força exercida por razões humanitárias. Agir através da força nas

¹⁰ Citação retirada do discurso de aceitação do Prémio Nobel da Paz em 2009, por Barack Obama. Transcrição integral do mesmo discurso no Anexo VII.

¹¹ *idem*

¹² *idem*

situações enunciadas, defende, é necessário para a criação e manutenção da paz, seja pelo enfraquecimento do adversário, no primeiro caso, pela resolução do conflito interno ou instauração de um regime democrático, no segundo, ou manutenção da paz em territórios afectados pela guerra, no terceiro caso.

Reconhece o pacifismo e os seus movimentos mas também as suas insuficiências práticas, até porque, diz, um movimento não-violento não teria parado os exércitos de Hitler. Valoriza a união internacional em torno da prevenção e regulação de conflitos armados, elogiando o papel das Nações Unidas.

Como alternativas à violência e para a obtenção daquilo a que Obama chama de “paz justa e duradoura”¹³, são apresentadas no discurso três ideias fundamentais. Em primeiro lugar, é necessário que a comunidade internacional se una no sentido de aplicar restrições, pressões e sanções sobre Estados que não cumpram leis e acordos internacionais, nomeadamente no que diz respeito ao (des)armamento e à opressão de povos. Em segundo lugar, mesmo sem a existência de um conflito armado, uma paz justa só é alcançada se os Direitos e dignidade individuais forem respeitados. É, por isso, necessário que a exortação dos DH seja aliada ao diálogo e à diplomacia. Em último lugar está a ideia de que é necessário que exista segurança económica e oportunidade, ou seja, devem ser garantidos os Direitos de igualdade, os Direitos económicos, sociais e culturais (2.ª geração de DH), para que exista paz e liberdade.

É preciso não esquecer que os EUA são um dos países no mundo, a par da China, Irão e Coreia do Norte, que não subscrevem a autoridade do Tribunal Penal Internacional. À luz das ideias transmitidas neste discurso do Presidente, que enaltece o papel da comunidade internacional na regulação dos conflitos armados e manutenção da paz, esta questão pode tornar-se problemática. Não será uma contradição que, ao mesmo tempo que se procura aumentar o poder regulador e até sancionatório das instituições internacionais, se recuse a autoridade dessas mesmas instituições? Não será também contraditório que se defenda a intervenção em conflitos de Estados soberanos (em determinadas circunstâncias, é certo) quando não se autoriza a intervenção em questões de (suposta) soberania americana? O discurso de Barack Obama está povoado de ideais de justiça e paz, mas até que ponto serão estes ideais aplicados na realidade americana?

¹³ *idem*

Talvez seja necessário, como defendeu Einstein (Einstein e Freud, 2005: 36), que os Estados cedam alguma da sua soberania para bem da segurança internacional, de forma a que as instituições, como o Tribunal Penal Internacional, cresçam em imparcialidade e independência estatal, aumentando assim a sua autoridade e fortalecendo o seu carácter mediador, regulador e sancionatório.

“PHILOSOPHY IN A TIME OF TERROR” POR GIOVANNA BORRADORI — AS “NOVAS GUERRAS”

“Has classical international law become obsolete in the face of the new subnational and crossnational threats?” (Borradori, 2003: X)

No dia 11 de Setembro de 2001, os Estados Unidos da América foram palco do que foi o primeiro acontecimento traumático do século XXI. Giovanna Borradori, uma filósofa europeia residente em Nova Iorque, procura, nesta obra, concebida horas depois do ataque e concretizada apenas algumas semanas depois, responder ao que considera serem as questões mais urgentes sobre o terrorismo. Para este efeito, entrevistou dois dos mais importantes filósofos contemporâneos, Jürgen Habermas e Jacques Derrida. Nestas entrevistas, reproduzidas na obra de Borradori e analisadas pela mesma, surgem, além do terrorismo, temas como a guerra e a paz, tolerância e Direitos Humanos. Nesta secção não procurarei, no entanto, fazer um resumo da obra nem uma análise profunda da filosofia destes pensadores. O que considero relevante para este trabalho é a sua perspectiva sobre estes conceitos, à luz dos acontecimentos em questão na altura, a qual procurarei alargar aos acontecimentos posteriores e consequentes.

A ideia de acontecimento traumático é desenvolvida por Derrida a determinada altura da sua entrevista, no âmbito dos ataques de 11 de Setembro. (p.96) Segundo o filósofo, o que torna um acontecimento traumático não é o horror das suas consequências ou as cicatrizes que deixa. Não é o passado, nem o presente. O que o torna traumático – o que é traumático no 11 de Setembro – é o medo do futuro, a ameaça da repetição do terror.

« There is traumatism with no possible work of mourning when the evil comes from the possibility to come of the worst, from the repetition to come – though worse. Traumatism is produced by the *future*, by the *to come*, by the threat of the worst *to come*, rather than by an aggression that is “over and done with.” » (p. 97)

No seu discurso ao Congresso, que já foi citado anteriormente neste trabalho, poucos dias depois dos ataques, George W. Bush declarou a célebre “guerra” ao terrorismo. Tanto Habermas como Derrida abordam esta questão. Para o primeiro, a uti-

lização desta expressão é um erro porque, por um lado, eleva os terroristas a um estatuto de combatentes de guerra e, por outro, porque assumindo que se pode combater uma guerra contra uma “rede”, o próprio termo “guerra” perde o seu sentido (p.35). Derrida considera a expressão em si mesma confusa, já que, tradicionalmente, a guerra é definida como o confronto entre dois estados inimigos e Bush, ao mesmo tempo que declara uma guerra, não consegue identificar o inimigo que diz combater (p.101).

Ainda que esta “nova” ideia de guerra fosse geralmente aceite – uma guerra contra uma rede, constituída por grupos (ou células, como são frequentemente denominados estes grupos) espalhados por diversos territórios – surgiriam outras questões. Assumindo que uma guerra necessita sempre de um território onde ser travada, com todas as consequências que isso traz – morte de civis, destruição de infra-estruturas, etc. –, que território é lugar de uma guerra deste género? No território onde se acredita estar sediado o grupo, possivelmente. O Afeganistão foi invadido sob pretexto de ser aí que o líder do grupo terrorista responsável pelos ataques de 11 de Setembro se encontrava escondido e com a justificação de que o regime Taliban, então no poder, o apoiava e era apoiado por ele, não cooperando com os EUA para o encontrar. O que aconteceria, no entanto, se o país em causa fosse aliado dos EUA, se o governo se disponibilizasse para ajudar em tudo o que fosse necessário para localizar os culpados? De que forma se travaria esta guerra?

O cenário internacional deixou de ser exclusivamente palco dos Estados. Parece impossível travar uma guerra contra um grupo espalhado pelo globo, dividido em pequenos outros grupos, sem um território, sem um Estado, sem a possibilidade de negociação, diplomacia. Parece absurda uma declaração de guerra a uma emoção – porque o terror é uma emoção, um medo extremo. Parece que os conflitos transnacionais tomam agora outra forma e são travados por outros actores que não os Estados. Serão estas “novas guerras”, guerras contra inimigos indefinidos e invisíveis? Terá, então, o Direito Internacional – como a citação de Borradori, no início desta secção, sugere – necessidade de se adaptar a esta nova realidade, a estas novas ameaças?

« In the age of terror, there is no possibility of balance: since incalculable forces rather than sovereign states represent the real threat, the very concept of responsibility becomes potentially incalculable. Who is responsible for what, at what stage of planning, in the face of what juridical body? »
(Borradori, 2003: 20)

Tanto Habermas como Derrida defendem que o Direito Internacional clássico dê lugar a uma “nova ordem cosmopolita”, em que os actores principais na cena internacional sejam as instituições multilaterais e alianças continentais (p. XIV). Desta forma, a própria soberania dos Estados deve ser posta em causa, não no sentido em que lhes é totalmente retirada, mas sim porque deve ser cedida a organizações internacionais, como a ONU ou o Tribunal Penal Internacional, para que haja mecanismos eficazes na prevenção e punição de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. A criação de um campo de detenção numa base militar fora da área de jurisdição do país – Guantanamo – e de tribunais militares para julgamentos “privados”, por parte dos EUA, em nome da segurança nacional, demonstram não só um caminho diferente do que é pretendido, mas também um retrocesso no âmbito da afirmação dos DH e de valores como liberdade e dignidade.

PARA UMA “HUMANIZAÇÃO” DA GUERRA

A violência das guerras não afecta apenas os que nela se envolvem directamente. Entre os combatentes espera-se sofrimento e morte. Os governantes que as decidem são possivelmente os que menos sofrem as suas consequências. No entanto, as guerras são travadas em territórios onde habitam pessoas e a perda de vidas de civis é possivelmente o maior factor a lamentar.

São conhecidas as histórias das guerras antigas, em que invasões e conflitos comportavam necessariamente pilhagens e destruição de povoações, assim como a morte ou escravização das suas populações, incluindo mulheres e crianças. A guerra raramente envolve apenas os que a combatem, ainda hoje.

A definição de regras para as guerras, no âmbito do Direito Internacional, foi um passo histórico importante para as civilizações humanas. Sendo presente e constante a ideia de que é impossível não haver guerra, e de que esta pode ser justificada pelas circunstâncias, procurou-se de certa forma “humanizá-la”, através, por exemplo da regulação do uso de armas e da protecção dos não-combatentes.

« Todavia, foi o interesse fundado na necessidade dos beligerantes para preservarem o seu potencial humano, a par do temor de represálias e da tomada de consciência do carácter irracional, inútil e economicamente ruinoso das destruições sem uma vantagem militar identificada, que determinou uma evolução no sentido da moderação, da tolerância e da humanidade, na relação entre vencedores e vencidos. » (Leandro, 2005: 158-159)

As Convenções de Haia (a primeira foi acordada em 1899) e as Convenções de Genebra (a primeira foi acordada em 1864) foram documentos pioneiros no que diz respeito a essa regulação.

As Convenções de Haia foram negociadas nas Conferências da Paz em 1899 e 1907 e visaram sobretudo a proibição de utilização de certas tecnologias de guerra, como os ataques químicos. Prevêem já, também, a protecção dos não-combatentes.

A protecção e o tratamento humanitário dos não-combatentes em tempo de guerra é o objectivo primeiro das Convenções de Genebra. São constituídas por quatro tratados e

três protocolos adicionais. A primeira Convenção, assinada em 1866, prevê a protecção dos feridos de guerra em campo; a segunda Convenção, assinada em 1906 prevê a protecção dos feridos de guerra no mar; a terceira Convenção, assinada em 1929, prevê a protecção dos prisioneiros de guerra e a quarta Convenção, assinada em 1949, reafirma as anteriores e prevê a protecção dos civis.

É sabido que a existência de tratados internacionais não impede que sejam cometidas acções de natureza contrária ao que é neles afirmado. Mortes de civis em ataques militares são frequentemente justificadas como “danos colaterais”, baixas inevitáveis. Verificam-se também, sérias violações de Direitos fundamentais, particularmente em alguns conflitos locais, em que os civis são usados como arma de terror, através de homicídios verdadeiramente atrozes, violações de mulheres e crianças, entre outras situações. A comunidade internacional não tem sido capaz de resolver, por exemplo, o conflito no Darfur, que já causou centenas de milhares de mortos, principalmente civis, ou o conflito no Médio-Oriente. A terceira Convenção, em particular, tem sido muito debatida, sobretudo no que diz respeito à instalação de um campo de detenção de presumíveis terroristas, na base militar americana de Guantanamo¹⁴.

¹⁴ Esta questão será desenvolvida na Parte III deste trabalho, que trata especificamente o tema dos prisioneiros de guerra.

CONCLUSÃO — A JUSTIÇA NUM CONTEXTO DE GUERRA E A PROCURA DA PAZ

Possivelmente, a guerra será mesmo inevitável. Mesmo se tendermos a admitir a possibilidade de ser uma acção instintiva do ser humano, não é ainda a Ciência a provar esta inevitabilidade, mas sim a própria História. A Guerra tem sido constante na existência do Homem, mas o próprio conceito tem sofrido mudanças. O 11 de Setembro parece ter dado origem a uma forma de guerra totalmente diferente do conceito tradicional. Foi declarada uma “guerra ao terrorismo”, travada contra inimigos sem rosto, sem Estado e sem território. Para alguns, também sem um fim à vista.

Mudaram, também, na generalidade, as razões por que são iniciadas e o desenvolvimento dos meios tecnológicos mudou também a forma como as próprias guerras são travadas. A maior capacidade destrutiva que o armamento de guerra foi adquirindo foi, curiosamente, acompanhada de restrições na sua utilização. As guerras não terminaram, mas têm sido cada vez mais reguladas. Esta regulamentação tem sido levada a cabo pelos Estados no âmbito dos organismos de cooperação internacional, como a ONU, e visa não só os factores directamente envolvidos nos conflitos (o armamento, os combatentes e os prisioneiros de guerra, por exemplo) mas também os factores humanitários (a assistência médica e o apoio aos refugiados, entre outros).

Na verdade, mesmo estando definido o objectivo de prevenir e acabar com as guerras, objectivo a que a SDN e, posteriormente, a ONU se propuseram, este é por muitos visto como um ideal. A possibilidade de uma paz global e definitiva é, muito frequentemente por parte dos chefes de Estado de todo o mundo, considerada uma visão irrealista. A inevitabilidade da guerra é apregoada e são feitas tentativas de justificação e legitimação dos conflitos em questão. Em casos extremos, mas não raros, o discurso da guerra justa é manipulado no sentido de satisfazer interesses específicos, e são invadidos países em nome de valores como liberdade e democracia, ou com o objectivo de defender ou estabelecer direitos humanos. Segundo Hobsbawm, estes interesses estão ligados ao que ele chama “imperialismo dos direitos humanos” (Hobsbawm, 2008: 16).

«...os grandes poderes, na demanda das suas políticas internacionais, poderão tomar atitudes que agradem aos promotores dos direitos humanos tendo presente o seu valor publicitário, mas isso é apenas um factor colateral aos seus propósitos — os quais, se eles acharem necessário, são actualmente perseguidos com um barbarismo impiedoso, e que é a heran-

herança do século XX. A relação entre aqueles para quem uma grande causa humana é fulcral e um qualquer Estado poderá ser uma relação de aliança ou de oposição *ad hoc*, mas nunca de identificação permanente. »
(p.16)

Para admitir que podem existir guerras justas, é necessário que se reconheça que o objectivo último de uma guerra é a obtenção da Paz. A instrumentalização de causas como a da luta pelos Direitos Humanos e de valores como a Liberdade e a Democracia, usados no discurso político, numa tentativa de obter aceitação da opinião pública, é, infelizmente, uma prática mais vulgar do que seria desejável.

PARTE III — OS PRISIONEIRO DE GUERRA

A forma de *fazer* guerra tem mudado ao longo da História, questão que já foi abordada na segunda parte deste trabalho. Hoje, as sociedades de direito condenam as pilhagens em territórios de guerra e as mortes desnecessárias. Procurou-se “humanizar” a guerra. Regulou-se a utilização de armamento, definiu-se o que torna uma guerra legítima, procurou-se proteger aqueles não directamente envolvidos no conflito, como os civis. Também a definição do estatuto e a regulação do tratamento dos prisioneiros de guerra surge nesta tentativa de minimizar os danos dos conflitos armados e o desrespeito dos Direitos Humanos.

Esta última parte do trabalho diz respeito aos prisioneiros de guerra (PG), aos seus Direitos, como humanos, ao seu estatuto particular, como combatentes inimigos capturados em tempo de guerra, à regulamentação internacional do seu tratamento. A questão essencial foca-se, no entanto, no *desrespeito* das directivas internacionais. Como se justificam os casos de tortura e humilhação de prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, por soldados norte-americanos? Como se explica o tipo de tratamentos de que foram vítimas seres humanos, pelas mãos de outros seres humanos?

Actos individuais, ou de pequenos grupos, são facilmente condenados pelos Estados, que se desresponsabilizam totalmente dos crimes cometidos. No entanto, a existência do campo de detenção norte-americano, para supostos terroristas, na base norte-americana de Guantanamo (Cuba), divide opiniões. Por um lado, é legitimada por aqueles que consideram a Segurança o valor máximo de um Estado e, em particular, do *seu* Estado; por outro, é condenada por aqueles que, perante provas da existência de interrogatórios sob tortura, reclamam a aplicação da legislação internacional relativa aos Direitos Humanos, em geral, e ao tratamento dos PG, em particular.

Os Direitos Humanos reclamam que TODOS os seres humanos têm os mesmos direitos e a mesma dignidade. Será mesmo assim ou será que, perante uma ameaça, os DH são delegados para segundo plano, sendo a segurança, ou uma pretensa segurança, aquilo que realmente importa?

Será o Direito Internacional capaz de resolver e prevenir situações de abuso a prisioneiros de guerra? De que forma são os documentos oficiais usados como instrumentos dos Estados?

ESTATUTO E DIREITOS DOS PRISIONEIRO DE GUERRA

Ser tratado como prisioneiro de guerra é um Direito. Esta é uma afirmação quase paradoxal, na medida em que a prisão, à partida, condiciona o direito fundamental à liberdade.¹⁵ No entanto, o estatuto de prisioneiro de guerra é um estatuto particular. A partir do momento em que são capturadas, estas pessoas deixam de ser combatentes inimigos, ou seja, alvos, e passam a ser detidos, normalmente até ao final do conflito em questão. As directivas internacionais definem que, em todos os momentos da detenção, os PG sejam tratados *humanamente*. Os Direitos dos PG previstos nos documentos internacionais não servem para reforçar os seus Direitos ou conceder-lhes privilégios, mas sim para salvaguardar Direitos que em nenhuma circunstância devem ser retirados aos seres humanos.

A 2.^a Convenção de Haia (1889)¹⁶ é um documento pioneiro no que diz respeito à definição deste estatuto. Está definido neste documento, no capítulo II da secção I, que o PG está em poder do Governo inimigo e não dos indivíduos que o capturaram, que deve ser tratado humanamente e que não perde o direito à sua propriedade (ou seja, aos pertences que tem consigo no momento da detenção, excluindo, obviamente, os de carácter militar, como as armas) ao ser detido. É também garantida a satisfação de necessidades básicas. É também definido que o PG está sujeito às leis do Estado cujo exército o capturou.

Um documento mais recente e directamente debruçado sobre o tratamento dos prisioneiros de guerra é a 3.^a Convenção de Genebra (1949)¹⁷. O Artigo 4.^o da Convenção enumera uma série de categorias dentro das quais um indivíduo pode ser considerado PG. A partir desse ponto, são definidas em mais de uma centena de Artigos, as condições de cativeiro, as medidas de protecção dos prisioneiros, a garantia das suas necessidades básicas de sobrevivência (como a alimentação, o alojamento, o vestuário e os cuidados médicos), as suas condições de trabalho (se tal se verificar), as sanções aplicadas e as circunstâncias que são aplicadas, o funcionamento dos processos judiciais, etc.

¹⁵ A questão da prisão é considerada por muitos activistas dos Direitos Humanos como contrária aos seus ideais fundamentais, na medida em que, ao estar preso, o indivíduo é privado do seu direito à liberdade. Esta questão não será debatida neste trabalho. Refiro-me, aqui, apenas à questão particular dos PG.

¹⁶ Ver Anexo I.

¹⁷ Ver Anexo IV.

Em suma, o que o estatuto de prisioneiro de guerra garante é a humanidade do prisioneiro. No entanto, ele não foi sempre respeitado e, ainda hoje, se verificam abusos neste campo. Nas secções seguintes, apresentarei dois célebres exemplos destes abusos – os casos de Abu Ghraib e Guantanamo, tão diferentes à primeira vista na sua natureza e realização. Por um lado, acções individuais de soldados; por outro, uma acção organizada por um Estado, com a cooperação e simpatia de outros Estados.

O CASO DE ABU GHRAIB — O DESRESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE GUERRA

« Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. » (Artigo 5º, Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Em Abril de 2004, pouco mais de um ano depois do início do conflito no Iraque – que começou com a invasão de território iraquiano por parte dos Estados Unidos da América e forças aliadas, sendo a principal o Reino Unido – o programa de televisão noticioso *60 Minutes* divulgou uma reportagem que denunciava sérios casos de abusos, físicos e sexuais, infligidos por soldados norte-americanos a prisioneiros detidos na prisão iraquiana de Abu Ghraib. Em Maio seguinte, o jornal *New Yorker* publicou também uma série de artigos denunciando em pormenor estes casos, usando como fonte o relatório de investigação do exército americano a eles relativo. A história e, claro, as imagens, correram mundo e chocaram a comunidade internacional. As fotografias divulgadas foram tiradas pelos próprios soldados envolvidos e mostram não só os prisioneiros em circunstâncias consideradas degradantes, mas também os autores dos tratamentos, quer “posando” perto das suas “obras” com expressões de triunfo e superioridade, quer infligindo os próprios tratamentos.

Para além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que proíbe este tipo de tratamento, também outros documentos, de âmbito mais específico, procuram preveni-los. A Declaração sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1975¹⁸ define tortura como:

« ...todo o acto pelo qual um funcionário público, ou outrem por ele instigado, inflija intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, com o fim de obter dela ou de terceiro uma informação ou uma confissão, de a punir por um acto que tenha cometido ou se suspeite que cometeu, ou de intimidar essa ou outras pessoas. » (Artigo 1º, Declaração sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra a Tortura e

¹⁸ Ver Anexo V.

Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes).

No Artigo seguinte, condena a tortura, considerando que:

« Qualquer acto de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante constitui uma ofensa à dignidade e será condenado como violação dos objectivos da Carta das Nações Unidas e dos direitos do homem e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. » (Artigo 2º)

O Artigo 3º da 3ª Convenção de Genebra¹⁹ proíbe quaisquer “ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios” e “as ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes”.

Os tratamentos em causa envolviam situações extrema violência física, verbal e psicológica, abusos sexuais, sujeição a humilhações e situações degradantes. Foram também denunciados casos de tortura para efeitos de obtenção de informações. Mortes causadas directamente por agressões físicas violentas estão também registadas.

Os altos representantes do exército norte-americano e os representantes governamentais consideraram os eventos fruto da acção de indivíduos e não da instituição militar. Outros casos de abusos perpetrados por soldados, americanos e britânicos, foram entretanto divulgados, o que contribuiu para o crescimento de um intenso debate sobre o tema. Estão em causa verdadeiras violações dos Direitos Humanos e estão em causa crimes de guerra. É admitida, neste trabalho, a possibilidade de a guerra ser uma característica natural do homem. Haverá também uma necessidade / vontade natural de subjugar o outro, mais fraco, da forma como estão relatados estes incidentes, e até de humilhá-lo e agredi-lo ao extremo? Em que medida dão estes actos prazer aos que os cometem? Serão apenas manifestações extremas de poder?

¹⁹ Ver Anexo IV.

“THE EXECUTIONER” POR JOSEPH DE MAISTRE — DO PAPEL DO SOLDADO E DO CARRASCO; DO CASTIGO E DA JUSTIÇA

Joseph de Maistre foi um filósofo que viveu na época da Revolução Francesa e dos ideais humanistas. Diplomata e homem do Direito, as suas ideias anti-humanistas e extremamente conservadoras apresentam-se como um ponto de contraste interessante que merece ser explorado, ainda que brevemente, nesta dissertação. Em particular, são as suas visões sobre a guerra, sobre a relação entre castigo e Justiça e sobre os papéis do soldado e do carrasco, que proponho explorar, a partir de uma pequena compilação de textos do autor, denominada “The Executioner” (de Maistre, 2009)

A guerra é divina, para de Maistre, e esse carácter divino torna-a verdadeiramente inevitável, natural e interminável. A guerra existe por determinação natural, de Deus, e a destruição é uma lei natural, de que o Homem é instrumento.

« Thus, from the maggot up to man, the universal law of the violent destruction of living things is unceasingly fulfilled. The entire earth, perpetually steeped in blood, is nothing but an immense altar on which every living thing must be immolated without end, without restraint, without respite, until the consummation of the world, until the extinction of evil, until the death of death. » (de Maistre, 2009: 88)

Os soldados são vistos pela opinião pública, como agentes de algo divino, homens de honra. Ao contrário do carrasco, que executa condenados pela Justiça e é mal visto pelas sociedades, o soldado pode executar, sem julgamento nem condenação. Isso não o torna menos nobre, pelo contrário, porque o seu trabalho é um trabalho divino e, por isso necessário. No entanto, essa honra que lhes é atribuída desaparece a partir do momento em que estas acções ultrapassem a luta igual entre soldados. (p.71)

Se adoptarmos esta definição e distinção, como devemos considerar os soldados referidos na secção anterior? Os seus actos retirar-lhes-iam, segundo de Maistre, a honra que é conferida a um soldado. Por outro lado, não poderão ser considerados carrascos, ainda que a sociedade em geral também os desaprove, porque, ao cometerem tais actos, não agiram como executores da Justiça, mas apenas como executores de caprichos pessoais, particularmente cruéis. Não restará outra alternativa, creio, senão considerá-los apenas criminosos.

“Olho por olho, dente por dente” é a perspectiva defendida por de Maistre, no que diz respeito à Justiça. É o castigo que preserva e governa a humanidade, mas apenas se associado à Justiça. É possível encontrar, hoje, em sociedades que aclamam os Direitos Humanos e dizem respeitar as leis da guerra, atitudes carregadas de energia vingativa, não necessariamente justa, que ganham dimensões preocupantes, na medida em que podem significar retrocessos civilizacionais muito importantes.

“NOVAS GUERRAS” E NOVAS PRISÕES — O CASO DO CAMPO DE DETENÇÃO DE GUANTANAMO E A ALIENAÇÃO DE DIREITOS INALIENÁVEIS

A declaração de guerra ao terrorismo após o 11 de Setembro parece ter cunhado, como já foi tratado neste trabalho, um novo conceito de guerra. O medo de novos ataques terroristas em território norte-americano conduziu a uma preocupação, possivelmente extrema, com a segurança nacional. As guerras no Afeganistão e no Iraque são fruto dessa preocupação. Na base militar americana situada na Baía de Guantanamo, Cuba, foi criado, em 2002, um campo de detenção destinado a suspeitos de terrorismo.

A existência deste campo tem sido tema de intenso debate desde a sua criação até à data²⁰. Como suspeitos de práticas terroristas, os prisioneiros feitos na chamada guerra ao terrorismo não cumprem os requisitos que lhes conferiria o estatuto de prisioneiros de guerra, conforme o Artigo 4.^a da 3.^a Convenção de Genebra²¹. No entanto, o Artigo 5.^o prevê que, quando não é clara a inclusão de pessoas envolvidas numa guerra nas categorias apresentadas no Artigo 4.^o, “estas pessoas beneficiarão da protecção da presente Convenção, aguardando que o seu estatuto seja fixado por um tribunal competente.” O debate sobre esta questão está sobretudo relacionado com a personalidade jurídica dos detidos, que não está definida de acordo com os parâmetros do Direito Internacional. Tentativas foram feitas para que lhes fosse atribuído o estatuto de prisioneiros de guerra, para que estivessem protegidos pela 3.^a Convenção de Genebra. No entanto, a administração do Presidente Bush procurou considerá-los “combatentes ilegais”²², o que lhes retiraria quaisquer direitos, nomeadamente o direito a um julgamento em tribunal, sendo sujeitos pelo contrário à autoridade de comissões militares.

A violação dos Direitos Humanos relativamente aos presos de Guantanamo é outro ponto do debate que existe em torno da existência do campo. A distinção entre “prisioneiro de guerra” e “combatente ilegal” é considerada, pelos defensores dos Direitos Humanos, nomeadamente pela Amnistia Internacional, como uma tentativa de retirar Direitos aos prisioneiros, sob pretexto de que, não sendo soldados, mas sim terroristas, não merecem ser tratados conforme as leis da guerra. De facto, foram denunciados, pela Cruz

²⁰ O actual Presidente dos EUA, Barack Obama, ordenou o encerramento do campo de detenção e a transferência dos prisioneiros. No entanto, o debate não desapareceu e são discutidas questões relativas às consequências desta ordem, como o destino dos prisioneiros, as condições do seu julgamento, etc.

²¹ Ver Anexo IV.

²² Termo aproximado ao original “unlawful combatants”.

Vermelha e outras organizações, e por ex-prisioneiros, casos de abusos dos Direitos Humanos no campo de Guantanamo. Entre eles, casos de perseguição religiosa e desrespeito cultural, violência física e mental, humilhações e tratamentos degradantes e situações de tortura sob interrogatório. Ocorreram, pelo menos, quatro suicídios de detidos e algumas dezenas de tentativas sem sucesso.

Phillip Bobbit, Professor na área do Direito na Universidade de Columbia, nos EUA, apresenta, numa entrevista realizada no âmbito de um programa da Universidade de Stanford, uma perspectiva interessante sobre esta questão (Bobbit, 2008). Para este Professor, a prioridade máxima é a da protecção dos civis de ameaças terroristas. Para ilustrar a sua opinião (e a de muitas outras pessoas) admite, sem hesitações, que, perante um prisioneiro que tenha informações sobre uma bomba que esteja prestes a explodir, matando um número imenso de civis, ele próprio o torturaria por essas informações. Não defende a legalização da tortura, nem neste tipo de situação. Defende precisamente a sua ilegalidade, sob pretexto de que nenhum tribunal condenaria a sua actuação, que teria salvo tantas pessoas. Por outro lado, Jenny S. Martinez, Professora na área do Direito na Universidade de Stanford, na sua intervenção numa conferência sobre os Direitos Humanos, diz considerar verdadeiramente escandaloso que, nos anos da guerra contra o terrorismo, os EUA não só se tenham visto envolvidos em práticas de tortura, como procuraram a sua legalização, através da tentativa de estipulação de condições especiais em que poderia ser praticada (Martinez, 2007).

Que valor será mais elevado? Os Direitos Humanos ou a Segurança? A manutenção de prisioneiros, suspeitos de terrorismo, mas sem acusações formalizadas e comprovadamente vítimas de abusos, deverá ser considerada um “mal menor” face às ameaças enfrentadas?

Poderão Direitos inalienáveis ser alienados em circunstâncias especiais? Os documentos de Direito Internacional explorados rejeitam a existência de quaisquer circunstâncias excepcionais no que diz respeito aos Direitos dos seres humanos. Estaremos a assistir a um retrocesso dos Direitos Humanos, ao ceder à violação daquilo que os homens tem vindo, ao longo da sua História, a instituir como seus direitos fundamentais?

REFLEXÕES FINAIS

Iniciei este projecto com a convicção de que os Direitos Humanos estão profundamente gravados na natureza humana. Deparei-me, no entanto, com a possibilidade de estar errada. Por um lado, essa possibilidade desilude-me, por outro, inspira-me. Desilude-me porque, se assim for, fecham-se os olhos perante abusos de seres humanos por outros seres humanos porque, na verdade, não somos todos iguais. Desilude-me aperceber-me que, em muitas situações, os olhos estão mesmo fechados e a igualdade é apenas uma utopia. Por outro lado, inspira-me a ideia de que, hoje, apesar de tudo, estamos muito melhores do que ontem. Inspira-me pensar que os Direitos de que gozamos hoje foram conquistados ao longo na nossa História e que essas conquistas lhes conferem uma legitimidade mais forte, sem possibilidade de serem considerados apenas privilégios.

Uma questão semelhante surge em relação à guerra e à paz. Também a História nos mostra que a paz é rara e as guerras constantes. No entanto, o caminho para obtenção da paz não foi nem deve ser descurado em nenhum momento. A proliferação de leis e regulamentações sobre a guerra demonstram um esforço genuíno no que diz respeito à busca de uma paz duradoura e, quando esta não é possível, à humanização dos conflitos armados. No entanto, a verdade é que são frequentes as manipulações, oportunistas, por parte de Estados, para levar avante interesses específicos, por vezes desconhecidos. A invasão do Iraque, por exemplo, foi levada a cabo sob argumentos falsos de que existiria no território armamento de destruição maciça. Também as teorias sobre a guerra justa, que têm vindo a ser desenvolvidas desde há séculos, são muitas vezes ilegalmente usadas como argumentos que procuram a aceitação e legitimação de acções armadas, por parte da opinião pública e da comunidade internacional.

Vivemos numa era de novos conceitos, ou de manipulação de conceitos antigos. A “guerra contra o terrorismo” é-nos apresentada como uma guerra justa e necessária, travada sob pretexto da legítima defesa. No entanto, o inimigo não tem território nem rosto, é uma rede globalizada. Esta é uma “nova guerra”, vivida numa atmosfera de medo de ameaças futuras.

É no mesmo contexto de medo que se questiona a prioridade da aplicação dos Direitos Humanos, em particular sobre prisioneiros de guerra. A disputa pela definição do estatuto dos presumíveis terroristas detidos no campo de detenção de Guantanamo é ilustrativa do clima de insegurança que se vive actualmente. Colocar-se em debate a possi-

bilidade de legalização de práticas de tortura, ainda que em “circunstâncias excepcionais”, através da distinção de “prisioneiro de guerra” e “combatente ilegal”, é claramente um retrocesso na História.

Os casos de grave violação dos Direitos Humanos na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, e em Guantanamo, entre outros, ficarão na História, espera-se, como exemplos a não seguir, como manchas no progresso da universalização da afirmação dos Direitos Humanos. É necessário continuar a procurar uma paz mundial permanente, apesar das extremas dificuldades. É necessária uma maior autoridade e independência dos organismos do Direito Internacional e um maior alargamento da cooperação entre os Estados, através da diplomacia e do diálogo, para que o caminho para a paz tenha seguimento. Os Direitos Humanos devem ser defendidos com todas as forças dos Estados.

BIBLIOGRAFIA

Bobbit, Phillip, entrevista de Peter Robinson. “War on Terror.” *Uncommon Knowledge*. Stanford University, 2008.

Borradori, Giovanna. *Philosophy in a Time of Terror - Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*. Chicago: The University Chicago Press, 2003.

Consciência, Eurico Heitor. *Breve Introdução ao Estudo do Direito*. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

Cunha, Paulo Ferreira da. *O Ponto de Arquimedes — Natureza Humana, Direito Natural, Direitos Humanos*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

de Maistre, Joseph. *The Executioner*. Londres: Penguin Books, 2009.

Einstein, Albert, e Sigmund Freud. *Pourquoi la guerre?* Paris: Éditions Payot & Rivages, 2005.

Fundação Calouste Gulbenkian. *Terrorismo e relações internacionais : conflito e cooperação nas relações internacionais*. Lisboa: Gradiva: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

Grotius, Hugo. *The Rights of War and Peace*. Montagem por Richard Tuck. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

Hobsbawm, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Traduzido por Miguel Romeira. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

Ishay, Micheline R. *The History of Human Rights: From Ancient Times to the Globalization Era*. Berkeley: University of California Press, 2008.

Ishay, Micheline R., ed. *The Human Rights Reader: Major political Essays, Speeches, and Documents — From the Bible to the Present*. Nova Iorque: Routledge, 1997.

Leandro, Francisco da Silva. *As armas das vítimas: um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*. Lisboa: Cosmos: Instituto da Defesa Nacional, 2005.

Marcos, Maria Lucília, e A. Reis Monteiro. *Reconhecimento: Do Desejo ao Direito*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

Martinez, Jenny S. “The Law of Torture.” Stanford University, 2007.

Pureza, José Manuel. “Os Direitos humanos face ao direito Internacional.” *Curso Livre de Direitos Humanos*. Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência / Espaço Cidade Universitária / Associação Fórum pela Paz e Direitos Humanos, 2009.

ANEXOS

I. 2. ^a Convenção de Haia (1889)	52
II. Carta das Nações Unidas (1945)	63
III. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	87
IV. 3. ^a Convenção de Genebra, relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra (1949)	92
V. Declaração sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1975)	137
VI. Discurso de George W. Bush ao Congresso Norte-Americano, a 20 de Setembro de 2001 (2001)	140
VII. “A Just and Lasting Peace” — Discurso de Recepção do Prémio Nobel da Paz de 2009, por Barack Obama (2009)	146

I. 2.^a CONVENÇÃO DE HAIA (1889)

CONVENTION WITH RESPECT TO THE LAWS AND CUSTOMS OF WAR ON LAND (HAGUE, II) (29 JULY 1899)²³

Entry into Force: 4 September 1900

His Majesty the Emperor of Germany, King of Prussia; [etc.]:

Considering that, while seeking means to preserve peace and prevent armed conflicts among nations, it is likewise necessary to have regard to cases where an appeal to arms may be caused by events which their solicitude could not avert;

Animated by the desire to serve, even in this extreme hypothesis, the interest of humanity and the ever increasing requirements of civilization;

Thinking it important, with this object, to revise the laws and general customs of war, either with the view of defining them more precisely, or of laying down certain limits for the purpose of modifying their severity as far as possible;

Inspired by these views which are enjoined at the present day, as they were twenty-five years ago at the time of the Brussels Conference in 1874, by a wise and generous foresight;

Have, in this spirit, adopted a great number of provisions, the object of which is to define and govern the usages of war on land.

In view of the High Contracting Parties, these provisions, the wording of which has been inspired by the desire to diminish the evils of war so far as military necessities permit, are destined to serve as general rules of conduct for belligerents in their relations with each other and with populations.

It has not, however, been possible to agree forthwith on provisions embracing all the circumstances which occur in practice.

On the other hand, it could not be intended by the High Contracting Parties that the cases not provided for should, for want of a written provision, be left to the arbitrary judgment of the military Commanders.

Until a more complete code of the laws of war is issued, the High Contracting Parties think it right to declare that in cases not included in the Regulations adopted by them, populations and belligerents remain under the protection and empire of the principles of international law, as they result from the usages established between civilized nations, from the laws of humanity, and the requirements of the public conscience;

They declare that it is in this sense especially that Articles 1 and 2 of the Regulations adopted must be understood;

The High Contracting Parties, desiring to conclude a Convention to this effect, have appointed as their Plenipotentiaries, to wit:

[List of plenipotentiaries.]

²³ Documento acedido em http://avalon.law.yale.edu/19th_century/hague02.asp .

Who, after communication of their full powers, found in good and due form, have agreed on the following:

Article 1

The High Contracting Parties shall issue instructions to their armed land forces, which shall be in conformity with the "Regulations respecting the Laws and Customs of War on Land" annexed to the present Convention.

Article 2

The provisions contained in the Regulations mentioned in Article 1 are only binding on the Contracting Powers, in case of war between two or more of them.

These provisions shall cease to be binding from the time when, in a war between Contracting Powers, a non-Contracting Power joins one of the belligerents.

Article 3

The present Convention shall be ratified as speedily as possible. The ratifications shall be deposited at the Hague.

A procès-verbal shall be drawn up recording the receipt of each ratification, and a copy, duly certified, shall be sent through the diplomatic channel, to all the Contracting Powers.

Article 4

Non-Signatory Powers are allowed to adhere to the present Convention.

For this purpose they must make their adhesion known to the Contracting Powers by means of a written notification, addressed to the Netherland Government, and by it communicated to all the other Contracting Powers.

Article 5

In the event of one of the High Contracting Parties denouncing the present Convention, such denunciation would not take effect until a year after the written notification made to the Netherland Government, and by it at once communicated to all the other Contracting Powers.

This denunciation shall affect only the notifying Power.

In faith of which the Plenipotentiaries have signed the present Convention and affixed their seals thereto.

Done at the Hague the 29th July 1899, in a single copy, which shall be kept in the archives of the Netherland Government, and copies of which, duly certified, shall be delivered to the Contracting Powers through the diplomatic channel.

[List of signatures.]

Annex to the Convention

REGULATIONS RESPECTING THE LAWS AND CUSTOMS OF WAR ON LAND

SECTION I – ON BELLIGERENTS

CHAPTER I – On the Qualifications of Belligerents

Article 1

The laws, rights, and duties of war apply not only to armies, but also to militia and volunteer corps, fulfilling the following conditions:

To be commanded by a person responsible for his subordinates;

To have a fixed distinctive emblem recognizable at a distance;

To carry arms openly; and

To conduct their operations in accordance with the laws and customs of war.

In countries where militia or volunteer corps constitute the army, or form part of it, they are included under the denomination "army."

Article 2

The population of a territory which has not been occupied who, on the enemy's approach, spontaneously take up arms to resist the invading troops without having time to organize themselves in accordance with Article 1, shall be regarded a belligerent, if they respect the laws and customs of war.

Article 3

The armed forces of the belligerent parties may consist of combatants and non-combatants. In case of capture by the enemy both have a right to be treated as prisoners of war.

CHAPTER II – On Prisoners of War

Article 4

Prisoners of war are in the power of the hostile Government, but not in that of the individuals or corps who captured them.

They must be humanely treated.

All their personal belongings, except arms, horses, and military papers remain their property.

Article 5

Prisoners of war may be interned in a town, fortress, camp, or any other locality, and bound not to go beyond certain fixed limits; but they can only be confined as an indispensable measure of safety.

Article 6

The State may utilize the labor of prisoners of war according to their rank and aptitude. Their tasks shall not be excessive, and shall have nothing to do with the military operations.

Prisoners may be authorized to work for the Public Service, for private persons, or on their own account.

Work done for the State shall be paid for according to the tariffs in force for soldiers of the national army employed on similar tasks.

When the work is for other branches of the Public Service or for private persons, the conditions shall be settled in agreement with the military authorities.

The wages of the prisoners shall go towards improving their position, and the balance shall be paid them at the time of their release, after deducting the cost of their maintenance.

Article 7

The Government into whose hands prisoners of war have fallen is bound to maintain them.

Failing a special agreement between the belligerents, prisoners of war shall be treated as regards food, quarters, and clothing, on the same footing as the troops of the Government which has captured them.

Article 8

Prisoners of war shall be subject to the laws, regulations, and orders in force in the army of the State into whose hands they have fallen.

Any act of insubordination warrants the adoption, as regards them, of such measures of severity as may be necessary.

Escaped prisoners, recaptured before they have succeeded in rejoining their army, or before quitting the territory occupied by the army that captured them, are liable to disciplinary punishment.

Prisoners who, after succeeding in escaping are again taken prisoners, are not liable to any punishment for the previous flight.

Article 9

Every prisoner of war, if questioned, is bound to declare his true name and rank, and if he disregards this rule, he is liable to a curtailment of the advantages accorded to the prisoners of war of his class.

Article 10

Prisoners of war may be set at liberty on parole if the laws of their country authorize it, and, in such a case, they are bound, on their personal honor, scrupulously to fulfill, both as regards their own Government and the Government by whom they were made prisoners, the engagements they have contracted.

In such cases, their own Government shall not require of nor accept from them any service incompatible with the parole given.

Article 11

A prisoner of war can not be forced to accept his liberty on parole; similarly the hostile Government is not obliged to assent to the prisoner's request to be set at liberty on parole.

Article 12

Any prisoner of war, who is liberated on parole and recaptured, bearing arms against the Government to whom he had pledged his honor, or against the allies of that Government, forfeits his right to be treated as a prisoner of war, and can be brought before the Courts.

Article 13

Individuals who follow an army without directly belonging to it, such as newspaper correspondents and reporters, sutlers, contractors, who fall into the enemy's hands, and whom the latter think fit to detain, have a right to be treated as prisoners of war, provided they can produce a certificate from the military authorities of the army they were accompanying.

Article 14

A Bureau for information relative to prisoners of war is instituted, on the commencement of hostilities, in each of the belligerent States, and, when necessary, in the neutral countries on whose territory belligerents have been received. This Bureau is intended to answer all inquiries about prisoners of war, and is furnished by the various services concerned with all the necessary information to enable it to keep an individual return for each prisoner of war. It is kept informed of interments and changes, as well as of admissions into hospital and deaths.

It is also the duty of the Information Bureau to receive and collect all objects of personal use, valuables, letters, etc., found on the battlefields or left by prisoners who have died in hospital or ambulance, and to transmit them to those interested.

Article 15

Relief Societies for prisoners of war, which are regularly constituted in accordance with the law of the country with the object of serving as the intermediary for charity, shall receive from the belligerents for themselves and their duly accredited agents every facility, within the bounds of military requirements and Administrative Regulations, for the effective accomplishment of their humane task. Delegates of these Societies may be admitted to the places of interment for the distribution of relief, as also to the halting places of repatriated prisoners, if furnished with a personal permit by the military authorities, and on giving an engagement in writing to comply with all their Regulations for order and police.

Article 16

The Information Bureau shall have the privilege of free postage. Letters, money orders, and valuables, as well as postal parcels destined for the prisoners of war or dispatched by them, shall be free of all postal duties both in the countries of origin and destination, as well as in those they pass through.

Gifts and relief in kind for prisoners of war shall be admitted free of all duties of entry and others, as well as of payments for carriage by the Government railways.

Article 17

Officers taken prisoners may receive, if necessary, the full pay allowed them in this position by their country's regulations, the amount to be repaid by their Government.

Article 18

Prisoners of war shall enjoy every latitude in the exercise of their religion, including attendance at their own church services, provided only they comply with the regulations for order and police issued by the military authorities.

Article 19

The wills of prisoners of war are received or drawn up on the same conditions as for soldiers of the National Army.

The same rules shall be observed regarding death certificates, as well as for the burial of prisoners of war, due regard being paid to their grade and rank.

Article 20

After the conclusion of peace, the repatriation of prisoners of war shall take place as speedily as possible.

CHAPTER III – On the Sick and Wounded

Article 21

The obligations of belligerents with regard to the sick and wounded are governed by the Geneva Convention of the 22nd August, 1864, subject to any modifications which may be introduced into it.

SECTION II – ON HOSTILITIES

CHAPTER I – On means of injuring the Enemy, Sieges, and Bombardments

Article 22

The right of belligerents to adopt means of injuring the enemy is not unlimited.

Article 23

Besides the prohibitions provided by special Conventions, it is especially prohibited:--

To employ poison or poisoned arms;

To kill or wound treacherously individuals belonging to the hostile nation or army;

To kill or wound an enemy who, having laid down arms, or having no longer means of defence, has surrendered at discretion;

To declare that no quarter will be given;

To employ arms, projectiles, or material of a nature to cause superfluous injury;

To make improper use of a flag of truce, the national flag, or military ensigns and the enemy's uniform, as well as the distinctive badges of the Geneva Convention;

To destroy or seize the enemy's property, unless such destruction or seizure be imperatively demanded by the necessities of war.

Article 24

Ruses of war and the employment of methods necessary to obtain information about the enemy and the country, are considered allowable.

Article 25

The attack or bombardment of towns, villages, habitations or buildings which are not defended, is prohibited.

Article 26

The Commander of an attacking force, before commencing a bombardment, except in the case of an assault, should do all he can to warn the authorities.

Article 27

In sieges and bombardments all necessary steps should be taken to spare as far as possible edifices devoted to religion, art, science, and charity, hospitals, and places where the sick and wounded are collected, provided they are not used at the same time for military purposes.

The besieged should indicate these buildings or places by some particular and visible signs, which should previously be notified to the assailants.

Article 28

The pillage of a town or place, even when taken by assault, is prohibited.

CHAPTER II – On Spies

Article 29

An individual can only be considered a spy if, acting clandestinely, or on false pretences, he obtains, or seeks to obtain information in the zone of operations of a belligerent, with the intention of communicating it to the hostile party.

Thus, soldiers not in disguise who have penetrated into the zone of operations of a hostile army to obtain information are not considered spies. Similarly, the following are not considered spies: soldiers or civilians, carrying out their mission openly, charged with the delivery of despatches destined either for their own army or for that of the enemy. To this class belong likewise individuals sent in balloons to deliver despatches, and generally to maintain communication between the various parts of an army or a territory.

Article 30

A spy taken in the act cannot be punished without previous trial.

Article 31

A spy who, after rejoining the army to which he belongs, is subsequently captured by the enemy, is treated as a prisoner of war, and incurs no responsibility for his previous acts of espionage.

CHAPTER III – On Flags of Truce

Article 32

An individual is considered a parlementaire who is authorized by one of the belligerents to enter into communication with the other, and who carries a white flag. He has a right to inviolability, as well as the trumpeter, bugler, or drummer, the flag-bearer, and the interpreter who may accompany him.

Article 33

The Chief to whom a flag of truce is sent is not obliged to receive it in all circumstances.

He can take all steps necessary to prevent the envoy taking advantage of his mission to obtain information.

In case of abuse, he has the right to detain the envoy temporarily.

Article 34

The envoy loses his rights of inviolability if it is proved beyond doubt that he has taken advantage of his privileged position to provoke or commit an act of treachery.

CHAPTER IV – On Capitulations

Article 35

Capitulations agreed on between the Contracting Parties must be in accordance with the rules of military honor.

When once settled, they must be scrupulously observed by both the parties.

CHAPTER V – On Armistices

Article 36

An armistice suspends military operations by mutual agreement between the belligerent parties. If its duration is not fixed, the belligerent parties can resume operations at any time, provided always the enemy is warned within the time agreed upon, in accordance with the terms of the armistice.

Article 37

An armistice may be general or local. The first suspends all military operations of the belligerent States; the second, only those between certain fractions of the belligerent armies and in a fixed radius.

Article 38

An armistice must be notified officially, and in good time, to the competent authorities and the troops. Hostilities are suspended immediately after the notification, or at a fixed date.

Article 39

It is for the Contracting Parties to settle, in the terms of the armistice, what communications may be held, on the theatre of war, with the population and with each other.

Article 40

Any serious violation of the armistice by one of the parties gives the other party the right to denounce it, and even, in case of urgency, to recommence hostilities at once.

Article 41

A violation of the terms of the armistice by private individuals acting on their own initiative, only confers the right of demanding the punishment of the offenders, and, if necessary, indemnity for the losses sustained.

SECTION III – ON MILITARY AUTHORITY OVER HOSTILE TERRITORY

Article 42

Territory is considered occupied when it is actually placed under the authority of the hostile army.

The occupation applies only to the territory where such authority is established, and in a position to assert itself.

Article 43

The authority of the legitimate power having actually passed into the hands of the occupant, the latter shall take all steps in his power to re-establish and insure, as far as possible,

public order and safety, while respecting, unless absolutely prevented, the laws in force in the country.

Article 44

Any compulsion of the population of occupied territory to take part in military operations against its own country is prohibited.

Article 45

Any pressure on the population of occupied territory to take the oath to the hostile Power is prohibited.

Article 46

Family honors and rights, individual lives and private property, as well as religious convictions and liberty, must be respected.

Private property cannot be confiscated.

Article 47

Pillage is formally prohibited.

Article 48

If, in the territory occupied, the occupant collects the taxes, dues, and tolls imposed for the benefit of the State, he shall do it, as far as possible, in accordance with the rules in existence and the assessment in force, and will in consequence be bound to defray the expenses of the administration of the occupied territory on the same scale as that by which the legitimate Government was bound.

Article 49

If, besides the taxes mentioned in the preceding Article, the occupant levies other money taxes in the occupied territory, this can only be for military necessities or the administration of such territory.

Article 50

No general penalty, pecuniary or otherwise, can be inflicted on the population on account of the acts of individuals for which it cannot be regarded as collectively responsible.

Article 51

No tax shall be collected except under a written order and on the responsibility of a Commander-in-Chief.

This collection shall only take place, as far as possible, in accordance with the rules in existence and the assessment of taxes in force.

For every payment a receipt shall be given to the taxpayer.

Article 52

Neither requisitions in kind nor services can be demanded from communes or inhabitants except for the necessities of the army of occupation. They must be in proportion to the resources of the country, and of such a nature as not to involve the population in the obligation of taking part in military operations against their country.

These requisitions and services shall only be demanded on the authority of the Commander in the locality occupied.

The contributions in kind shall, as far as possible, be paid for in ready money; if not, their receipt shall be acknowledged.

Article 53

An army of occupation can only take possession of the cash, funds, and property liable to requisition belonging strictly to the State, depots of arms, means of transport, stores and supplies, and, generally, all movable property of the State which may be used for military operations.

Railway plant, land telegraphs, telephones, steamers, and other ships, apart from cases governed by maritime law, as well as depots of arms and, generally, all kinds of war material, even though belonging to Companies or to private persons, are likewise material which may serve for military operations, but they must be restored at the conclusion of peace, and indemnities paid for them.

Article 54

The plant of railways coming from neutral States, whether the property of those States, or of Companies, or of private persons, shall be sent back to them as soon as possible.

Article 55

The occupying State shall only be regarded as administrator and usufructuary of the public buildings, real property, forests, and agricultural works belonging to the hostile State, and situated in the occupied country. It must protect the capital of these properties, and administer it according to the rules of usufruct.

Article 56

The property of the communes, that of religious, charitable, and educational institutions, and those of arts and science, even when State property, shall be treated as private property.

All seizure of, and destruction, or intentional damage done to such institutions, to historical monuments, works of art or science, is prohibited, and should be made the subject of proceedings.

SECTION IV – ON THE INTERNMENT OF BELLIGERENTS AND THE CARE OF THE WOUNDED IN NEUTRAL COUNTRIES

Article 57

A neutral State which receives in its territory troops belonging to the belligerent armies shall intern them, as far as possible, at a distance from the theatre of war.

It can keep them in camps, and even confine them in fortresses or locations assigned for this purpose.

It shall decide whether officers may be left at liberty on giving their parole that they will not leave the neutral territory without authorization.

Article 58

Failing a special Convention, the neutral State shall supply the interned with the food, clothing, and relief required by humanity.

At the conclusion of peace, the expenses caused by the internment shall be made good.

Article 59

A neutral State may authorize the passage through its territory of wounded or sick belonging to the belligerent armies, on condition that the trains bringing them shall carry neither combatants nor war material. In such a case, the neutral State is bound to adopt such measures of safety and control as may be necessary for the purpose.

Wounded and sick brought under these conditions into neutral territory by one of the belligerents, and belonging to the hostile party, must be guarded by the neutral State, so as to insure their not taking part again in the military operations. The same duty shall devolve on the neutral State with regard to wounded or sick of the other army who may be committed to its care.

Article 60

The Geneva Convention applies to sick and wounded interned in neutral territory.

II. CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS (1945)²⁴

(Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas em sessão especial da Assembleia Geral realizada a 14 de Dezembro de 1955, no âmbito de um acordo entre os EUA e a então União Soviética (resolução 995 (X) da Assembleia Geral). A declaração de aceitação por Portugal das obrigações constantes da Carta foi depositada junto do Secretário-Geral a 21 de Fevereiro de 1956 (registo n.º 3155), estando publicada na United Nations Treaty Series, vol. 229, página 3, de 1958. O texto da Carta das Nações Unidas foi publicado no Diário da República I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de Maio de 1991.)

Nós, os povos das Nações Unidas, decididos:

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade;

a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas;

a estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional;

a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade;

e para tais fins:

a praticar a tolerância e a viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos;

a unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais;

a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum;

a empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos;

Resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objectivos.

Em vista disso, os nossos respectivos governos, por intermédio dos seus representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, adoptaram a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

Capítulo I

OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS

Artigo 1º

Os objectivos das Nações Unidas são:

²⁴ Documento acedido em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>.

1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a acção das nações para a consecução desses objectivos comuns.

Artigo 2º

A Organização e os seus membros, para a realização dos objectivos mencionados no artigo 1º, agirão de acordo com os seguintes princípios:

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros;
2. Os membros da Organização, a fim de assegurarem a todos em geral os direitos e vantagens resultantes da sua qualidade de membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas em conformidade com a presente Carta;
3. Os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas;
4. Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas;
5. Os membros da Organização dar-lhe-ão toda a assistência em qualquer acção que ela empreender em conformidade com a presente Carta e abster-se-ão de dar assistência a qualquer Estado contra o qual ela agir de modo preventivo ou coercitivo;
6. A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais;
7. Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do capítulo VII.

Capítulo II

MEMBROS

Artigo 3º

Os membros originários das Nações Unidas serão os Estados que, tendo participado na Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, realizada em São Francisco, ou, tendo assinado previamente a Declaração das Nações Unidas, de 1 de Janeiro de 1942, assinaram a presente Carta e a ratificaram, de acordo com o artigo 110º.

Artigo 4º

1. A admissão como membro das Nações Unidas fica aberta a todos os outros Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações.
2. A admissão de qualquer desses Estados como membro das Nações Unidas será efectuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Artigo 5º

O membro das Nações Unidas contra o qual for levada a efeito qualquer acção preventiva ou coercitiva por parte do Conselho de Segurança poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de membro pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. O exercício desses direitos e privilégios poderá ser restabelecido pelo Conselho de Segurança.

Artigo 6º

O membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os princípios contidos na presente Carta poderá ser expulso da Organização pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Capítulo III

ÓRGÃOS

Artigo 7º

1. Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Económico e Social, um Conselho de Tutela, um Tribunal Internacional de Justiça e um Secretariado.
2. Poderão ser criados, de acordo com a presente Carta, os órgãos subsidiários considerados necessários.

Artigo 8º

As Nações Unidas não farão restrições quanto ao acesso de homens e mulheres, em condições de igualdade, a qualquer função nos seus órgãos principais e subsidiários.

Capítulo IV

ASSEMBLEIA GERAL

Composição

Artigo 9º

1. A Assembleia Geral será constituída por todos os membros das Nações Unidas.

2. Nenhum membro deverá ter mais de cinco representantes na Assembleia Geral.

Funções e poderes

Artigo 10º

A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com os poderes e funções de qualquer dos órgãos nela previstos, e, com exceção do estipulado no [artigo 12](#), poderá fazer recomendações aos membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles, conjuntamente, com a referência a quaisquer daquelas questões ou assuntos.

Artigo 11º

1. A Assembleia Geral poderá considerar os princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais, inclusive os princípios que disponham sobre o desarmamento e a regulamentação dos armamentos, e poderá fazer recomendações relativas a tais princípios aos membros ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles conjuntamente.
2. A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, que lhe forem submetidas por qualquer membro das Nações Unidas, ou pelo Conselho de Segurança, ou por um Estado que não seja membro das Nações Unidas, de acordo com o artigo 35º, nº 2, e, com exceção do que fica estipulado no artigo 12º, poderá fazer recomendações relativas a quaisquer destas questões ao Estado ou Estados interessados ou ao Conselho de Segurança ou a este e àqueles. Qualquer destas questões, para cuja solução seja necessária uma acção, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembleia Geral, antes ou depois da discussão.
3. A Assembleia Geral poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para situações que possam constituir ameaça à paz e à segurança internacionais .
4. Os poderes da Assembleia Geral enumerados neste artigo não limitarão o alcance geral do artigo 10º.

Artigo 12º

1. Enquanto o Conselho de Segurança estiver a exercer, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança o solicite.
2. O Secretário-Geral, com o consentimento do Conselho de Segurança, comunicará à Assembleia Geral, em cada sessão, quaisquer assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que estiverem a ser tratados pelo Conselho de Segurança, e da mesma maneira dará conhecimento de tais assuntos à Assembleia Geral, ou aos membros das Nações Unidas se a Assembleia Geral não estiver em sessão, logo que o Conselho de Segurança terminar o exame dos referidos assuntos.

Artigo 13º

1. A Assembleia Geral promoverá estudos e fará recomendações, tendo em vista:
 - a) Fomentar a cooperação internacional no plano político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação;

- b) Fomentar a cooperação internacional no domínio económico, social, cultural, educacional e da saúde e favorecer o pleno gozo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.
2. As demais responsabilidades, funções e poderes da Assembleia Geral em relação aos assuntos acima mencionados, no nº 1, alínea b), estão enumerados nos capítulos IX e X.

Artigo 14º

A Assembleia Geral, com ressalva das disposições do artigo 12º, poderá recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação, qualquer que seja a sua origem, que julgue prejudicial ao bem-estar geral ou às relações amistosas entre nações, inclusive as situações que resultem da violação das disposições da presente Carta que estabelecem os objectivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º

1. A Assembleia Geral receberá e examinará os relatórios anuais e especiais do Conselho de Segurança. Esses relatórios incluirão uma relação das medidas que o Conselho de Segurança tenha adoptado ou aplicado a fim de manter a paz e a segurança internacionais.
2. A Assembleia Geral receberá e examinará os relatórios dos outros órgãos das Nações Unidas.

Artigo 16º

A Assembleia Geral desempenhará, em relação ao regime internacional de tutela, as funções que lhe são atribuídas nos capítulos XII e XIII, inclusive as de aprovação de acordos de tutela referentes às zonas não designadas como estratégicas.

Artigo 17º

1. A Assembleia Geral apreciará e aprovará o orçamento da Organização.
2. As despesas da Organização serão custeadas pelos membros segundo quotas fixadas pela Assembleia Geral.
3. A Assembleia Geral apreciará e aprovará quaisquer ajustes financeiros e orçamentais com as organizações especializadas, a que se refere o [artigo 57º](#), e examinará os orçamentos administrativos das referidas instituições especializadas, com o fim de lhes fazer recomendações.

Votação

Artigo 18º

1. Cada membro da Assembleia Geral terá um voto.
2. As decisões da Assembleia Geral sobre questões importantes serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. Essas questões compreenderão: as recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, a eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, a eleição dos membros do Conselho Económico e Social, a eleição dos membros do Conselho de Tutela de acordo com o nº 1, alínea c), do artigo 86º, a admissão de novos membros das Nações Unidas, a suspensão dos direitos e privilégios de membros, a

expulsão de membros, as questões referentes ao funcionamento do regime de tutela e questões orçamentais .

3. As decisões sobre outras questões, inclusive a determinação de categorias adicionais de assuntos a serem debatidos por maioria de dois terços, serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

Artigo 19º

O membro das Nações Unidas em atraso no pagamento da sua contribuição financeira à Organização não terá voto na Assembleia Geral, se o total das suas contribuições atrasadas igualar ou exceder a soma das contribuições correspondentes aos dois anos anteriores completos. A Assembleia Geral poderá, entretanto, permitir que o referido membro vote, se ficar provado que a falta de pagamento é devida a circunstâncias alheias à sua vontade.

Procedimento

Artigo 20º

A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões anuais ordinárias e em sessões extraordinárias sempre que as circunstâncias o exigirem. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Secretário-Geral, a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos membros das Nações Unidas.

Artigo 21º

A Assembleia Geral adoptará o seu próprio regulamento e elegerá o seu presidente por cada sessão.

Artigo 22º

A Assembleia Geral poderá estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários ao desempenho das suas funções.

Capítulo V

CONSELHO DE SEGURANÇA

Composição

Artigo 23º

1. O Conselho de Segurança será constituído por 15 membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá 10 outros membros das Nações Unidas para membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros objectivos da Organização e também uma distribuição geográfica equitativa.
2. Os membros não permanentes do Conselho de Segurança serão eleitos por um período de dois anos. Na primeira eleição dos membros não permanentes, depois do aumento do número de membros do Conselho de Segurança de 11 para 15, dois dos quatro membros adicionais serão eleitos por um período de um ano. Nenhum membro que termine o seu mandato poderá ser reeleito para o período imediato.

3. Cada membro do Conselho de Segurança terá um representante.

(O artigo 23 foi alterado por decisão da Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 1963 que entrou em vigor em 31 de Agosto de 1965. A alteração consistiu no alargamento da composição do Conselho de Segurança de onze para quinze membros.)

Funções e poderes

Artigo 24º

1. A fim de assegurar uma acção pronta e eficaz por parte das Nações Unidas, os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles.
2. No cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os objectivos e os princípios das Nações Unidas. Os poderes específicos concedidos ao Conselho de Segurança para o cumprimento dos referidos deveres estão definidos nos capítulos VI, VII, VIII e XII.
3. O Conselho de Segurança submeterá à apreciação da Assembleia Geral relatórios anuais e, quando necessário, relatórios especiais.

Artigo 25º

Os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e aplicar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.

Artigo 26º

A fim de promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais, desviando para armamentos o mínimo possível dos recursos humanos e económicos do mundo, o Conselho de Segurança terá o encargo de elaborar, com a assistência da Comissão de Estado-Maior a que se refere o artigo 47º, os planos, a serem submetidos aos membros das Nações Unidas, tendo em vista estabelecer um sistema de regulamentação dos armamentos.

Votação

Artigo 27º

1. Cada membro do Conselho de Segurança terá um voto.
2. As decisões do Conselho de Segurança, em questões de procedimento, serão tomadas por um voto afirmativo de nove membros.
3. As decisões do Conselho de Segurança sobre quaisquer outros assuntos serão tomadas por voto favorável de nove membros, incluindo os votos de todos os membros permanentes, ficando entendido que, no que se refere às decisões tomadas nos termos do capítulo VI e do nº 3 do artigo 52º, aquele que for parte numa controvérsia se absterá de votar.

O artigo 27º foi alterado por decisão da Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 1963 e entrou em vigor em 31 de Agosto de 1965. A alteração consistiu em que as decisões do Conselho de Segurança em matérias procedimentais passaram a ser tomadas por voto afirmativo de 9 membros (anteriormente 7) e em todas as outras matérias por um voto afirmativo de 9 membros (anteriormente 7) incluindo os votos de todos os 5 membros permanentes do Conselho de Segurança.

Procedimento

Artigo 28º

1. O Conselho de Segurança será organizado de maneira que possa funcionar continuamente. Cada membro do Conselho de Segurança estará, para tal fim, em todos os momentos, representado na sede da Organização.
2. O Conselho de Segurança terá reuniões periódicas, nas quais cada um dos seus membros poderá, se assim o desejar, ser representado por um membro do governo ou por outro representante especialmente designado.
3. O Conselho de Segurança poderá reunir-se em outros lugares fora da sede da Organização, que julgue mais apropriados para facilitar o seu trabalho.

Artigo 29º

O Conselho de Segurança poderá estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários para o desempenho das suas funções.

Artigo 30º

O Conselho de Segurança adoptará o seu próprio regulamento, que incluirá o modo de designação do seu presidente.

Artigo 31º

Qualquer membro das Nações Unidas que não seja membro do Conselho de Segurança poderá participar, sem direito a voto, na discussão de qualquer questão submetida ao Conselho de Segurança, sempre que este considere que os interesses do referido membro estão especialmente em jogo.

Artigo 32º

Qualquer membro das Nações Unidas que não seja membro do Conselho de Segurança ou qualquer Estado que não seja membro das Nações Unidas será convidado, desde que seja parte numa controvérsia submetida ao Conselho de Segurança, a participar, sem direito a voto, na discussão dessa controvérsia. O Conselho de Segurança determinará as condições que lhe parecerem justas para a participação de um Estado que não seja membro das Nações Unidas.

Capítulo VI

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 33º

1. As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inqué-

inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

2. O Conselho de Segurança convidará, se o julgar necessário, as referidas partes a resolver por tais meios as suas controvérsias.

Artigo 34º

O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação susceptível de provocar atritos entre as Nações ou de dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 35º

Qualquer membro das Nações Unidas poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia ou qualquer situação da natureza das que se acham previstas no artigo 34º.

Um Estado que não seja membro das Nações Unidas poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia em que seja parte, uma vez que aceite previamente, em relação a essa controvérsia, as obrigações de solução pacífica previstas na presente Carta.

Os actos da Assembleia Geral a respeito dos assuntos submetidos à sua atenção, de acordo com este artigo, estarão sujeitos às disposições dos artigos 11º e 12º.

Artigo 36º

O Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza daquelas a que se refere o artigo 33º, ou de uma situação de natureza semelhante, recomendar os procedimentos ou métodos de solução apropriados.

O Conselho de Segurança deverá tomar em consideração quaisquer procedimentos para a solução de uma controvérsia que já tenham sido adoptados pelas partes.

Ao fazer recomendações, de acordo com este artigo, o Conselho de Segurança deverá também tomar em consideração que as controvérsias de carácter jurídico devem, em regra, ser submetidas pelas partes ao Tribunal Internacional de Justiça, de acordo com as disposições do estatuto do Tribunal.

Artigo 37º

Se as partes numa controvérsia da natureza daquelas a que se refere o artigo 33º não conseguirem resolvê-la pelos meios indicados no mesmo artigo, deverão submetê-la ao Conselho de Segurança.

Se o Conselho de Segurança julgar que a continuação dessa controvérsia pode, de facto, constituir uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais, decidirá se deve agir de acordo com o artigo 36º ou recomendar os termos de solução que julgue adequados.

Artigo 38º

Sem prejuízo das disposições dos artigos 33º a 37º, o Conselho de Segurança poderá, se todas as partes numa controvérsia assim o solicitarem, fazer recomendações às partes, tendo em vista uma solução pacífica da controvérsia.

Capítulo VII

ACÇÃO EM CASO DE AMEAÇA À PAZ, RUPTURA DE PAZ E ACTO DE AGRESSÃO

Artigo 39º

O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41º e 42º, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Artigo 40º

A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no artigo 39º, instar as partes interessadas a aceitar as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas.

Artigo 41º

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efectivas as suas decisões e poderá instar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações económicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioeléctricos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42º

Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41º seriam ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a acção que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal acção poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

Artigo 43º

1. Todos os membros das Nações Unidas se comprometem, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e em conformidade com um acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.
2. Tal acordo ou tais acordos determinarão o número e tipos das forças, o seu grau de preparação e a sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência a serem proporcionadas.
3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de membros e submetidos à ratificação, pelos Estados signatários, em conformidade com os respectivos procedimentos constitucionais.

Artigo 44º

Quando o Conselho de Segurança decidir recorrer ao uso da força, deverá, antes de solicitar a um membro nele não representado o fornecimento de forças armadas em cumprimento das obrigações assumidas em virtude do artigo 43º, convidar o referido membro, se este assim o desejar, a participar nas decisões do Conselho de Segurança relativas ao emprego de contingentes das forças armadas do dito membro.

Artigo 45º

A fim de habilitar as Nações Unidas a tomar medidas militares urgentes, os membros das Nações Unidas deverão manter, imediatamente utilizáveis, contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma acção coercitiva internacional. A potência e o grau de preparação desses contingentes, bem como os planos de acção combinada, serão determinados pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado-Maior, dentro dos limites estabelecidos no acordo ou acordos especiais a que se refere o artigo 43º.

Artigo 46º

Os planos para a utilização da força armada serão elaborados pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado-Maior.

Artigo 47º

1. Será estabelecida uma Comissão de Estado-Maior destinada a orientar e assistir o Conselho de Segurança, em todas as questões relativas às exigências militares do mesmo Conselho, para a manutenção da paz e da segurança internacionais, utilização e comando das forças colocadas à sua disposição, regulamentação de armamentos e possível desarmamento.
2. A Comissão de Estado-Maior será composta pelos chefes de estado-maior dos membros permanentes do Conselho de Segurança ou pelos seus representantes. Qualquer membro das Nações Unidas que não estiver permanentemente representado na Comissão será por esta convidado a tomar parte nos seus trabalhos, sempre que a sua participação for necessária ao eficiente cumprimento das responsabilidades da Comissão.
3. A Comissão de Estado-Maior será responsável, sob a autoridade do Conselho de Segurança, pela direcção estratégica de todas as forças armadas postas à disposição do dito Conselho. As questões relativas ao comando dessas forças serão resolvidas ulteriormente.
4. A Comissão de Estado-Maior, com a autorização do Conselho de Segurança e depois de consultar os organismos regionais adequados, poderá estabelecer sub-comissões regionais.

Artigo 48º

1. A acção necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança para a manutenção da paz e da segurança internacionais será levada a efeito por todos os membros das Nações Unidas ou por alguns deles, conforme seja determinado pelo Conselho de Segurança.
2. Essas decisões serão executadas pelos membros das Nações Unidas directamente e mediante a sua acção nos organismos internacionais apropriados de que façam parte.

Artigo 49º

Os membros das Nações Unidas associar-se-ão para a prestação de assistência mútua na execução das medidas determinadas pelo Conselho de Segurança.

Artigo 50º

Se um Estado for objecto de medidas preventivas ou coercitivas tomadas pelo Conselho de Segurança, qualquer outro Estado, quer seja ou não membro das Nações Unidas, que enfrente dificuldades económicas especiais resultantes da execução daquelas medidas terá o direito de consultar o Conselho de Segurança no que respeita à solução de tais dificuldades.

Artigo 51º

Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

Capítulo VIII

ACORDOS REGIONAIS

Artigo 52º

1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organizações regionais destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem susceptíveis de uma acção regional, desde que tais acordos ou organizações regionais e suas actividades sejam compatíveis com os objectivos e princípios das Nações Unidas.
2. Os membros das Nações Unidas que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais organizações empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e organizações regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança.
3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou organizações regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instâncias do próprio Conselho de Segurança.
4. Este artigo não prejudica de modo algum a aplicação dos artigos 34º e 35º.

Artigo 53º

1. O Conselho de Segurança utilizará, quando for caso, tais acordos e organizações regionais para uma acção coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma acção coercitiva será, no entanto, levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com excepção das medidas contra um Estado inimigo, como está definido no nº 2 deste artigo, que forem determinadas em consequência do artigo 107º ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até ao momento em

ao momento em que a Organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir qualquer nova agressão por parte de tal Estado.

2. O termo «Estado inimigo», usado no n.º 1 deste artigo, aplica-se a qualquer Estado que, durante a 2ª Guerra Mundial, tenha sido inimigo de qualquer signatário da presente Carta.

Artigo 54º

O Conselho de Segurança será sempre informado de toda a acção empreendida ou projectada em conformidade com os acordos ou organizações regionais para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Capítulo IX

COOPERAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL INTERNACIONAL

Artigo 55º

1. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão:
2. A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento económico e social;
3. A solução dos problemas internacionais económicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, de carácter cultural e educacional;
4. O respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Artigo 56º

Para a realização dos objectivos enumerados no artigo 55º, todos os membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente.

Artigo 57º

1. As várias organizações especializadas, criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas nos seus estatutos, nos campos económico, social, cultural, educacional, de saúde e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas, em conformidade com as disposições do artigo 63º.
2. Tais organizações assim vinculadas às Nações Unidas serão designadas, daqui em diante, como organizações especializadas.

Artigo 58º

A Organização fará recomendações para coordenação dos programas e actividades das organizações especializadas.

Artigo 59º

A Organização, quando for caso, iniciará negociações entre os Estados interessados para a criação de novas organizações especializadas que forem necessárias ao cumprimento dos objectivos enumerados no artigo 55º.

Artigo 60º

A Assembleia Geral e, sob a sua autoridade, o Conselho Económico e Social, que dispõe, para esse efeito, da competência que lhe é atribuída no capítulo X, são incumbidos de exercer as funções da Organização estipuladas no presente capítulo.

Capítulo X

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Composição

Artigo 61º

1. O Conselho Económico e Social será composto por 54 membros das Nações Unidas eleitos pela Assembleia Geral.
2. Com ressalva do disposto no nº 3, serão eleitos cada ano, para um período de três anos, 18 membros do Conselho Económico e Social. Um membro cessante pode ser reeleito para o período imediato.
3. Na primeira eleição a realizar-se depois de elevado o número de 27 para 54 membros, 27 membros adicionais serão eleitos, além dos membros eleitos para a substituição dos nove membros cujo mandato expira ao fim daquele ano. Desses 27 membros adicionais, nove serão eleitos para um mandato que expirará ao fim de um ano, e nove outros para um mandato que expirará ao fim de dois anos, de acordo com disposições adoptadas pela Assembleia Geral.
4. Cada membro do Conselho Económico e Social terá um representante.

O artigo 61 foi alterado uma primeira vez por decisão da Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 1963 que entrou em vigor em 31 de Agosto de 1965. Uma segunda alteração foi aprovada pela Assembleia Geral em 20 de Dezembro de 1971 que entrou em vigor a 24 de Setembro de 1973.

A primeira alteração, em vigor desde 31 de Agosto de 1965, alargou o número de membros do CES de 18 para 27. A segunda alteração, em vigor desde 24 de Setembro de 1973, alargou o número de membros do CES de 27 para 54.

Funções e poderes

Artigo 62º

1. O Conselho Económico e Social poderá fazer ou iniciar estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de carácter económico, social, cultural, educacional, de saúde e conexos, e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos membros das Nações Unidas e às organizações especializadas interessadas.
2. Poderá fazer recomendações destinadas a assegurar o respeito efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos .
3. Poderá preparar, sobre assuntos da sua competência, projectos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral.
4. Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos da sua competência.

Artigo 63º

1. O Conselho Económico e Social poderá estabelecer acordos com qualquer das organizações a que se refere o artigo 57º, a fim de determinar as condições em que a organização interessada será vinculada às Nações Unidas. Tais acordos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral.
2. Poderá coordenar as actividades das organizações especializadas, por meio de consultas e recomendações às mesmas e de recomendações à Assembleia Geral e aos membros das Nações Unidas.

Artigo 64º

1. O Conselho Económico e Social poderá tomar as medidas adequadas a fim de obter relatórios regulares das organizações especializadas. Poderá entrar em entendimento com os membros das Nações Unidas e com as organizações especializadas a fim de obter relatórios sobre as medidas tomadas para cumprimento das suas próprias recomendações e das que forem feitas pela Assembleia Geral sobre assuntos da Competência do Conselho.
2. Poderá comunicar à Assembleia Geral as suas observações a respeito desses relatórios.

Artigo 65º

O Conselho Económico e Social poderá fornecer informações ao Conselho de Segurança e, a pedido deste, prestar-lhe assistência.

Artigo 66º

1. O Conselho Económico e Social desempenhará as funções que forem da sua competência em cumprimento das recomendações da Assembleia Geral.
2. Poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, prestar os serviços que lhe forem solicitados pelos membros das Nações Unidas e pelas organizações especializadas.
3. Desempenhará as demais funções especificadas em outras partes da presente Carta ou as que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral.

Votação

Artigo 67º

1. Cada membro do Conselho Económico e Social terá um voto.
2. As decisões do Conselho Económico e Social serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

Procedimento

Artigo 68º

O Conselho Económico e Social criará comissões para os assuntos económicos e sociais e para a protecção dos direitos do homem, assim como outras comissões necessárias ao desempenho das suas funções.

Artigo 69º

O Conselho Económico e Social convidará qualquer membro das Nações Unidas a tomar parte, sem voto, nas deliberações sobre qualquer assunto que interesse particularmente a esse membro.

Artigo 70º

O Conselho Económico e Social poderá entrar em entendimentos para que representantes das organizações especializadas tomem parte, sem voto, nas suas deliberações e nas das comissões por ele criadas e para que os seus próprios representantes tomem parte nas deliberações das organizações especializadas.

Artigo 71º

O Conselho Económico e Social poderá entrar em entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efectuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso.

Artigo 72º

1. O Conselho Económico e Social adoptará o seu próprio regulamento, que incluirá o método de escolha do seu presidente.
2. O Conselho Económico e Social reunir-se-á quando necessário, de acordo com o seu regulamento, que deverá incluir disposições referentes à convocação de reuniões a pedido da maioria dos seus membros.

Capítulo XI

DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS

Artigo 73º

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a. Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- b. Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- c. Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- d. Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;
- e. Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições eco-

nómicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.

Artigo 74º

Os membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política relativa aos territórios a que se aplica o presente capítulo deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos respectivos territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o bem-estar do resto do mundo no que se refere às questões sociais, económicas e comerciais.

Capítulo XII

REGIME INTERNACIONAL DE TUTELA

Artigo 75º

As Nações Unidas estabelecerão sob a sua autoridade um regime internacional de tutela para a administração e fiscalização dos territórios que possam ser colocados sob esse regime em consequência de futuros acordos individuais. Esses territórios serão, daqui em diante, designados como territórios sob tutela.

Artigo 76º

As finalidades básicas do regime de tutela, de acordo com os objectivos das Nações Unidas enumerados no artigo 1 da presente Carta, serão:

- a. Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- b. Fomentar o programa político, económico, social e educacional dos habitantes dos territórios sob tutela e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar governo próprio ou independência, como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território e dos seus habitantes e aos desejos livremente expressos dos povos interessados e como for previsto nos termos de cada acordo de tutela;
- c. Encorajar o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, e favorecer o reconhecimento da interdependência de todos os povos;
- d. Assegurar igualdade de tratamento nos domínios social, económico e comercial a todos os membros das Nações Unidas e seus nacionais e, a estes últimos, igual tratamento na administração da justiça, sem prejuízo dos objectivos acima expostos e sob reserva das disposições do artigo 80º.

Artigo 77º

1. O regime de tutela será aplicado aos territórios das categorias seguintes que venham a ser colocados sob esse regime por meio de acordos de tutela:
 - a. Territórios actualmente sob mandato;
 - b. Territórios que possam ser separados de Estados inimigos em consequência da 2ª Guerra Mundial;
 - c. Territórios voluntariamente colocados sob esse regime por Estados responsáveis pela sua administração.

2. Será objecto de acordo ulterior a determinação dos territórios das categorias acima mencionadas a serem colocados sob o regime de tutela e das condições em que o serão.

Artigo 78º

O regime de tutela não será aplicado a territórios que se tenham tornado membros das Nações Unidas, cujas relações mútuas deverão basear-se no respeito pelo princípio da igualdade soberana.

Artigo 79º

As condições de tutela em que cada território será colocado sob este regime, bem como qualquer alteração ou emenda, serão determinadas por acordo entre os Estados directamente interessados, inclusive a potência mandatária no caso de território sob mandato de um membro das Nações Unidas, e serão aprovadas em conformidade com as disposições dos artigos 83º e 85º.

Artigo 80º

1. Salvo o que for estabelecido em acordos individuais de tutela, feitos em conformidade com os artigos 77º, 79º e 81º, pelos quais se coloque cada território sob este regime e até que tais acordos tenham sido concluídos, nada neste capítulo será interpretado como alteração de qualquer espécie nos direitos de qualquer Estado ou povo ou nos termos dos actos internacionais vigentes em que os membros das Nações Unidas forem partes.
2. O nº 1 deste artigo não será interpretado como motivo para demora ou adiamento da negociação e conclusão de acordos destinados a colocar territórios sob o regime de tutela, conforme as disposições do artigo 77º.

Artigo 81º

O acordo de tutela deverá, em cada caso, incluir as condições sob as quais o território sob tutela será administrado e designar a autoridade que exercerá essa administração. Tal autoridade, daqui em diante designada como autoridade administrante, poderá ser um ou mais Estados ou a própria Organização.

Artigo 82º

Poderão designar-se, em qualquer acordo de tutela, uma ou várias zonas estratégicas que compreendam parte ou a totalidade do território sob tutela a que o mesmo se aplique, sem prejuízo de qualquer acordo ou acordos especiais feitos em conformidade com o artigo 43º.

Artigo 83º

1. Todas as funções atribuídas às Nações Unidas relativamente às zonas estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela, assim como da sua alteração ou emendas, serão exercidas pelo Conselho de Segurança.
2. As finalidades básicas enumeradas do artigo 76º serão aplicáveis às populações de cada zona estratégica.
3. O Conselho de Segurança, ressalvadas as disposições dos acordos de tutela e sem prejuízo das exigências de segurança, poderá valer-se da assistência do Conselho de Tutela para desempenhar as funções que cabem às Nações Unidas pelo regime de tutela, relativamente a matérias políticas, económicas, sociais ou educacionais dentro das zonas estratégicas.

Artigo 84º

A autoridade administrante terá o dever de assegurar que o território sob tutela preste a sua colaboração à manutenção da paz e da segurança internacionais. Para tal fim, a autoridade administrante poderá fazer uso de forças voluntárias, de facilidades e de ajuda do território sob tutela para o desempenho das obrigações por ela assumidas a este respeito perante o Conselho de Segurança, assim como para a defesa local e para a manutenção da lei e da ordem dentro do território sob tutela.

Artigo 85º

1. As funções das Nações Unidas relativas a acordos de tutela para todas as zonas não designadas como estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela e da sua alteração ou emenda, serão exercidas pela Assembleia Geral.
2. O Conselho de Tutela, que funcionará sob a autoridade da Assembleia Geral, auxiliará esta no desempenho dessas atribuições.

Capítulo XIII

O CONSELHO DE TUTELA

Composição

Artigo 86º

1. O Conselho de Tutela será composto dos seguintes membros das Nações Unidas:
 - a. Os membros que administrem territórios sob tutela;
 - b. Aqueles de entre os membros mencionados nominalmente no artigo 23º que não administrem territórios sob tutela;
 - c. Quantos outros membros eleitos por um período de três anos, pela Assembleia Geral, sejam necessários para assegurar que o número total de membros do Conselho de Tutela fique igualmente dividido entre os membros das Nações Unidas que administrem territórios sob tutela e aqueles que o não fazem.
2. Cada membro do Conselho de Tutela designará uma pessoa especialmente qualificada para representá-lo perante o Conselho.

Funções e poderes

Artigo 87º

A Assembleia Geral e, sob a sua autoridade, o Conselho de Tutela, no desempenho das suas funções, poderão:

- a. Examinar os relatórios que lhes tenham sido submetidos pela autoridade administrante;
- b. Receber petições e examiná-las, em consulta com a autoridade administrante;
- c. Providenciar sobre visitas periódicas aos territórios sob tutela em datas fixadas de acordo com a autoridade administrante;
- d. Tomar estas e outras medidas em conformidade com os termos dos acordos de tutela.

Artigo 88º

O Conselho de Tutela formulará um questionário sobre o desenvolvimento político, económico, social e educacional dos habitantes de cada território sob tutela e a autoridade administrante de cada um destes territórios, submetidos à competência da Assembleia Geral, fará um relatório anual à Assembleia, baseado no referido questionário.

Votação

Artigo 89º

1. Cada membro do Conselho de Tutela terá um voto.
2. As decisões do Conselho de Tutela serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

Procedimento

Artigo 90º

1. O Conselho de Tutela adoptará o seu próprio regulamento, que incluirá o método de escolha do seu presidente.
2. O Conselho de Tutela reunir-se-á quando for necessário, de acordo com o seu regulamento, que incluirá uma disposição referente à convocação de reuniões a pedido da maioria dos seus membros.

Artigo 91º

O Conselho de Tutela valer-se-á, quando for necessário, da colaboração do Conselho Económico e Social e das organizações especializadas, a respeito das matérias no âmbito das respectivas competências.

Capítulo XIV

O TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

Artigo 92º

O Tribunal Internacional de Justiça será o principal órgão judicial das Nações Unidas. Funcionará de acordo com o Estatuto anexo, que é baseado no Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional e forma parte integrante da presente Carta.

Artigo 93º

1. Todos os membros das Nações Unidas são *ipso facto* partes no Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça.
2. Um Estado que não for membro das Nações Unidas poderá tornar-se parte no Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, em condições que serão determinadas, em cada caso, pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Artigo 94º

1. Cada membro das Nações Unidas compromete-se a conformar-se com a decisão do Tribunal Internacional de Justiça em qualquer caso em que for parte.
2. Se uma das partes em determinado caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pelo Tribunal, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança, que poderá, se o julgar necessário, fazer reco-

mendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença.

Artigo 95º

Nada na presente Carta impedirá os membros das Nações Unidas de confiarem a solução dos seus diferendos a outros tribunais, em virtude de acordos já vigentes ou que possam ser concluídos no futuro.

Artigo 96º

1. A Assembleia Geral ou o Conselho de Segurança poderá solicitar parecer consultivo ao Tribunal Internacional de Justiça sobre qualquer questão jurídica.
2. Outros órgãos das Nações Unidas e organizações especializadas que forem em qualquer momento devidamente autorizadas pela Assembleia Geral, poderão também solicitar pareceres consultivos ao Tribunal sobre questões jurídicas surgidas dentro da esfera das suas actividades.

Capítulo XV

O SECRETARIADO

Artigo 97º

O Secretariado será composto por um Secretário-Geral e pelo pessoal exigido pela Organização. O Secretário-Geral será nomeado pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. Será o principal funcionário administrativo da Organização.

Artigo 98º

O Secretário-Geral actuará nesta qualidade em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Económico e Social e do Conselho de Tutela e desempenhará outras funções que lhe forem atribuídas por estes órgãos. O Secretário-Geral fará um relatório anual à Assembleia Geral sobre os trabalhos da Organização.

Artigo 99º

O Secretário-Geral poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 100º

1. No cumprimento dos seus deveres, o Secretário-Geral e o pessoal do Secretariado não solicitarão nem receberão instruções de qualquer Governo ou de qualquer autoridade estranha à Organização. Abster-se-ão de qualquer acção que seja incompatível com a sua posição de funcionários internacionais responsáveis somente perante a Organização.
2. Cada membro das Nações Unidas compromete-se a respeitar o carácter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário-Geral e do pessoal do Secretariado e não procurará exercer qualquer influência sobre eles no desempenho das suas funções.

Artigo 101º

1. O pessoal do Secretariado será nomeado pelo Secretário-Geral, de acordo com regras estabelecidas pela Assembleia Geral.

2. Será também nomeado, com carácter permanente, o pessoal adequado para o Conselho Económico e Social, para o Conselho de Tutela e, quando for necessário, para outros órgãos das Nações Unidas. Esses funcionários farão parte do Secretariado.
3. A consideração principal que prevalecerá no recrutamento do pessoal e na determinação das condições de serviço será a da necessidade de assegurar o mais alto grau de eficiência, competência e integridade. Deverá ser levada na devida conta a importância de ser o recrutamento do pessoal feito dentro do mais amplo critério geográfico possível.

Capítulo XVI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 102º

1. Todos os tratados e todos os acordos internacionais concluídos por qualquer membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registados e publicados pelo Secretariado.
2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registado em conformidade com as disposições do nº 1 deste artigo poderá invocar tal tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas.

Artigo 103º

No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta.

Artigo 104º

A Organização gozará, no território de cada um dos seus membros, da capacidade jurídica necessária ao exercício das suas funções e à realização dos seus objectivos.

Artigo 105º

1. A Organização gozará, no território de cada um dos seus membros, dos privilégios e imunidades necessários à realização dos seus objectivos.
2. Os representantes dos membros das Nações Unidas e os funcionários da Organização gozarão, igualmente, dos privilégios e imunidades necessários ao exercício independente das suas funções relacionadas com a Organização.
3. A Assembleia Geral poderá fazer recomendações com o fim de determinar os pormenores da aplicação dos nº 1 e 2 deste artigo ou poderá propor aos membros das Nações Unidas convenções nesse sentido.

Capítulo XVII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS SOBRE SEGURANÇA

Artigo 106º

Antes da entrada em vigor dos acordos especiais a que se refere o artigo 43º, que, a juízo do Conselho de Segurança, o habilitem ao exercício das suas funções previstas no artigo

42º, as partes na Declaração das Quatro Nações, assinada em Moscovo a 30 de Outubro de 1943, e a França deverão, de acordo com as disposições do parágrafo 5 daquela Declaração, concertarse entre si e, sempre que a ocasião o exija, com outros membros das Nações Unidas, a fim de ser levada a efeito, em nome da Organização, qualquer acção conjunta que se torne necessária à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 107º

Nada na presente Carta invalidará ou impedirá qualquer acção que, em relação a um Estado inimigo de qualquer dos signatários da presente Carta durante a 2ª Guerra Mundial, for levada a efeito ou autorizada em consequência da dita guerra pelos governos responsáveis por tal acção.

Capítulo XVIII

EMENDAS

Artigo 108º

As emendas à presente Carta entrarão em vigor, para todos os membros das Nações Unidas, quando forem adoptadas pelos votos de dois terços dos membros da Assembleia Geral e ratificadas, de acordo com os seus respectivos métodos constitucionais, por dois terços dos membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.

Artigo 109º

1. Uma Conferência Geral dos membros das Nações Unidas, destinada a rever a presente Carta, poderá reunir-se em data e lugar a serem fixados pelo voto de dois terços dos membros da Assembleia Geral e de nove de quaisquer membros do Conselho de Segurança. Cada membro das Nações Unidas terá um voto nessa Conferência.
2. Qualquer modificação à presente Carta que for recomendada por dois terços dos votos da Conferência terá efeito depois de ratificada, de acordo com as respectivas regras constitucionais, por dois terços dos membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.
3. Se essa Conferência não se realizar antes da 10ª sessão anual da Assembleia Geral que se seguir à entrada em vigor da presente Carta, a proposta da sua convocação deverá figurar na agenda da referida sessão da Assembleia Geral e a Conferência será realizada, se assim for decidido por maioria de votos dos membros da Assembleia Geral e pelo voto de sete membros quaisquer do Conselho de Segurança.

O artigo 109 foi alterado por decisão da Assembleia Geral de 20 de Dezembro de 1965 que entrou em vigor a 12 de Junho de 1968. A alteração, do primeiro parágrafo do artigo, passou a dispor que a Conferência Geral dos Estados membros da ONU, para efeitos de revisão da Carta, pode ter lugar numa data e local a ser fixado por 2/3 dos votos dos membros da Assembleia Geral e pelo voto de quaisquer 9 membros (anteriormente 7) do Conselho de Segurança.

Capítulo XIX

RATIFICAÇÃO E ASSINATURA

Artigo 110º

1. A presente Carta deverá ser ratificada pelos Estados signatários, de acordo com as respectivas regras constitucionais.
2. As ratificações serão depositadas junto do Governo dos Estados Unidos da América, que notificará de cada depósito todos os Estados signatários, assim como o Secretário-Geral da Organização depois da sua nomeação.
3. A presente Carta entrará em vigor depois do depósito de ratificações pela República da China, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América e pela maioria dos outros Estados signatários. O Governo dos Estados Unidos da América organizará, em seguida, um protocolo das ratificações depositadas, o qual será comunicado, por meio de cópias, aos Estados signatários.
4. Os Estados signatários da presente Carta que a ratificarem depois da sua entrada em vigor tornar-se-ão membros originários das Nações Unidas na data do depósito das suas ratificações respectivas.

Artigo 111º

A presente Carta, cujos textos em chinês, francês, russo, inglês e espanhol fazem igualmente fé, ficará depositada nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América. Cópias da mesma, devidamente autenticadas, serão transmitidas por este último Governo aos Governos dos outros Estados signatários.

Em fé do que os representantes dos Governos das Nações Unidas assinaram a presente Carta.

Feita na cidade de São Francisco, aos 26 dias do mês de Junho de 1945.

III. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)²⁵

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem

como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua,

²⁵ Acedido em <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.
2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.
2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.
3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17º

1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios, públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas.

Artigo 25º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O

ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

IV. 3.^a CONVENÇÃO DE GENEBRA, RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIROS DE GUERRA (1949)²⁶

Adoptada a 12 de Agosto de 1949 pela Conferência Diplomática destinada a Elaborar as Convenções Internacionais para a Protecção das Vítimas da Guerra, que reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949.

Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de Outubro de 1950.

Portugal:

- ♦ Assinatura: 11 de Fevereiro de 1950;
- ♦ Aprovação para ratificação: Decreto-Lei n.º 42 991, de 26 de Maio de 1960;
- ♦ Depósito do instrumento de ratificação: 14 de Março de 1961;
- ♦ Entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa: 14 de Setembro de 1961;
- ♦ No momento da assinatura Portugal formulou reservas a artigo 3.º comum às quatro Convenções de Genebra de 1949, bem como aos artigos 4.º, 60.º e 10.º da Convenção III. Todas elas, à excepção da última (confirmada no momento da ratificação) foram retiradas. Está, pois, em vigor, a seguinte reserva ao artigo 10.º desta Convenção:

[...] o Governo Português apenas aceita o artigo 10.º da Convenção III [...] com a reserva de que os pedidos feitos pela Potência Detentora a um Estado neutro ou a uma organização humanitária para assumir as funções normalmente desempenhadas pelas Potências Protectoras sejam feitos com o consentimento ou com o acordo do Governo do país do qual as pessoas a ser protegidas são nacionais (Países de origem).

Estados partes: (informação disponível no website do Comité Internacional da Cruz Vermelha)

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos representantes na conferência diplomática que se reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949, com o fim de rever a Convenção concluída em Genebra em 27 de Julho de 1929 relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, acordaram no que se segue:

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

As Altas Partes contratantes comprometem-se a respeitar a presente Convenção em todas as circunstâncias.

Artigo 2.º

Além das disposições que devem entrar em vigor desde o tempo de paz, a presente Convenção será aplicada em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais das Altas Partes contratantes, mesmo se o estado de guerra não tiver sido reconhecido por uma delas.

²⁶ Documento acedido em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-III-12-08-1949.html>.

A Convenção aplicar-se-á igualmente em todos os casos de ocupação total ou parcial do território de uma Alta Parte contratante, mesmo que esta ocupação não encontre qualquer resistência militar.

Se uma das Potências em conflito não for Parte na presente Convenção, as Potências que nela são partes manter-se-ão, no entanto, ligadas pela referida Convenção nas suas relações recíprocas.

Além disso, elas ficarão ligadas por esta Convenção à referida Potência, se esta aceitar e aplicar as suas disposições.

Artigo 3.º

No caso de conflito armado que não apresente um carácter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada, pelo menos, a aplicar as seguintes disposições:

1) As pessoas que não tomem parte directamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:

- a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;
- b) A tomada de reféns;
- c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;
- d) As condenações proferidas e as execuções efectuadas sem prévio julgamento realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados. Um organismo humanitário imparcial, como a Comissão da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às Partes no conflito.

Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor por meio de acordos especiais todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção.

A aplicação das disposições precedentes não afectará o estatuto jurídico das Partes no conflito.

Artigo 4.º

A. São prisioneiros de guerra, no sentido da presente Convenção, as pessoas que, pertencendo a uma das categorias seguintes, tenham caído em poder do inimigo:

- 1) Os membros das forças armadas de uma Parte no conflito, assim como os membros das milícias e dos corpos de voluntários que façam parte destas forças armadas;
- 2) Os membros das outras milícias e dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados,

pertencentes a uma Parte no conflito operando fora ou no interior do seu próprio território, mesmo se este território estiver ocupado, desde que estas milícias ou corpos voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, satisfaçam as seguintes condições:

- a) Ter à sua frente uma pessoa responsável pelos seus subordinados;
- b) Ter um sinal distinto fixo que se reconheça à distância;
- c) Usarem as armas à vista;
- d) Respeitarem, nas suas operações, as leis e usos de guerra.

3) Os membros das forças armadas regulares que obedeçam a um Governo ou a uma autoridade não reconhecida pela Potência detentora;

4) As pessoas que acompanham as forças armadas sem fazerem parte delas, tais como os membros civis das tripulações dos aviões militares, correspondentes de guerra, fornecedores, membros das unidades de trabalho ou dos serviços encarregados do bem-estar das forças armadas, desde que tenham recebido autorização das forças armadas que acompanham, as quais lhes deverão fornecer um bilhete de identidade semelhante ao modelo anexo;

5) Membros das tripulações, incluindo os comandantes, pilotos e praticantes da marinha mercante e as tripulações da aviação civil das Partes no conflito que não beneficiem de um tratamento mais favorável em virtude de outras disposições do direito internacional;

6) A população de um território não ocupado que, à aproximação do inimigo, pegue espontaneamente em armas, para combater as tropas de invasão, sem ter tido tempo de se organizar em força armada regular, desde que transporte as armas à vista e respeite as leis e costumes da guerra.

B. Beneficiário também do tratamento reservado pela presente Convenção aos prisioneiros de guerra:

1) As pessoas que pertençam ou tenham pertencido às forças armadas do país ocupado se, em virtude disto, a Potência ocupante, mesmo que as tenha inicialmente libertado enquanto as hostilidades prosseguem fora do território por ela ocupado, julgar necessário proceder ao seu internamento, em especial depois de uma tentativa não coroada de êxito daquelas pessoas para se juntarem às forças armadas a que pertenciam e que continuam a combater, ou quando não obedeçam a uma imitação que lhes tenha sido feita com o fim de internamento;

2) As pessoas pertencendo a uma das categorias enumeradas neste artigo que as Potências neutras ou não beligerantes tenham recebido no seu território e que tenham de internar em virtude do direito internacional, sem prejuízo de qualquer tratamento mais favorável que estas Potências julgarem preferível dar-lhes, e com execução das disposições dos artigos 8.º, 10.º, 15.º, 30.º, 5.º parágrafo, 58.º a 67.º, inclusive, 92.º, 126.º e, quando existam relações diplomáticas entre as Partes no conflito e a Potência neutra ou não beligerante interessada, das disposições que dizem respeito à Potência protectora. Quando estas relações diplomáticas existem, as Partes no conflito de quem dependem estas pessoas serão autorizadas a exercer a respeito delas as funções atribuídas às Potências protectoras pela presente Convenção sem prejuízo das que estas Partes exercem normalmente em virtude dos usos e tratados diplomáticos e consulares.

C. Este artigo não afecta o estatuto do pessoal médico e religioso tal como está previsto no artigo 33.º desta Convenção.

Artigo 5.º

A presente Convenção aplicar-se-á às pessoas visadas no artigo 4.º desde o momento em que tenham caído em poder do inimigo até ao momento da sua libertação e repatriamento definitivos.

Se existirem dúvidas na inclusão em qualquer das categorias do artigo 4.º de pessoas que tenham cometido actos de beligerância e que caírem nas mãos do inimigo, estas pessoas beneficiarão da protecção da presente Convenção, aguardando que o seu estatuto seja fixado por um tribunal competente.

Artigo 6.º

Em complemento dos acordos expressamente previstos pelos artigos 10.º, 23.º, 28.º, 33.º, 60.º, 65.º, 66.º, 67.º, 72.º, 73.º, 75.º, 109.º, 110.º, 118.º, 119.º, 122.º e 132.º, as Altas Partes contratantes poderão concluir outros acordos especiais para todos os assuntos que lhes pareça conveniente regularmente particularmente. Nenhum acordo especial poderá prejudicar a situação dos prisioneiros, tal como está regulada pela presente Convenção, nem restringir os direitos que esta lhes confere.

Os prisioneiros de guerra continuarão a beneficiar destes acordos pelo tempo que a Convenção lhes for aplicável, salvo no caso de determinações precisas em contrário contidas nos referidos acordos ou em acordos ulteriores, ou no caso de terem sido tomadas medidas mais favoráveis a seu respeito por uma ou outra das Partes no conflito.

Artigo 7.º

Os prisioneiros de guerra não poderão em caso algum renunciar parcial ou totalmente aos direitos que lhes são assegurados pela presente Convenção ou, quando for o caso, pelos acordos especiais referidos no artigo precedente, se existirem.

Artigo 8.º

Esta Convenção será aplicada com a cooperação e fiscalização das Potências protectoras encarregadas de salvaguardar os interesses das Partes no conflito. Para este efeito, as Potências protectoras poderão nomear, fora do seu pessoal diplomático ou consular, delegados entre os seus próprios súbditos ou entre súbditos de outras Potências neutras. Estes delegados deverão ter a aprovação da Potência junto da qual exercerão a sua missão.

As Partes no conflito facilitarão, o mais possível, a missão dos representantes ou delegados das Potências protectoras. Os representantes ou delegados das Potências protectoras não deverão em caso algum ultrapassar os limites da sua missão, como estipula a presente Convenção. Deverão, principalmente, ter em conta as necessidades imperiosas de segurança do Estado junto do qual exercem as suas funções.

Artigo 9.º

As disposições da presente Convenção não constituem obstáculo às actividades humanitárias que a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outra organização humanitária imparcial possam pôr em prática para a protecção dos prisioneiros de guerra e socorro a prestar-lhes, sujeitas a acordo das respectivas Partes no conflito.

Artigo 10.º

As Partes contratantes poderão, em qualquer ocasião, acordar em confiar a um organismo que ofereça todas as garantias de imparcialidade e de eficácia as missões que competem pela presente Convenção às Potências protectoras.

Quando os prisioneiros de guerra não beneficiem ou deixem de beneficiar, qualquer que seja a razão, das actividades de uma Potência protectora ou de um organismo designado em conformidade com o primeiro parágrafo, a Potência detentora deverá pedir a um Estado neutro ou a um tal organismo, para assumir as funções atribuídas pela presente Convenção às Potências protectoras designadas pelas partes no conflito.

Se a protecção não puder ser assegurada deste modo, a Potência detentora pedirá a um organismo humanitário, tal como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, que tome a seu cargo as missões humanitárias atribuídas pela presente Convenção às Potências protectoras ou aceitará, sob reserva das disposições deste artigo, a oferta de serviços feita por aquele organismo.

Qualquer Potência neutra ou todo o organismo convidado pela Potência interessada ou que se ofereça para os fins atrás designados deverá, no exercício da sua actividade, ter a consciência da sua responsabilidade para com a Parte no conflito da qual dependem as pessoas protegidas pela presente Convenção e deverá fornecer garantias bastantes de capacidade para assumir as funções em questão e desempenhá-las com imparcialidade.

Não poderão ser alteradas as disposições precedentes por acordo particular entre as Potências das quais uma se encontre, mesmo temporariamente, perante a outra Potência ou seus aliados limitada na sua liberdade de negociar em consequência dos acontecimentos militares, especialmente no caso de uma ocupação de totalidade ou de uma parte importante do seu território.

Sempre que na presente Convenção se faz alusão a uma Potência protectora, esta alusão designa igualmente os organismos que a substituem no espírito do presente artigo.

Artigo 11.º

Em todos os casos em que as Potências protectoras o julgarem útil no interesse das pessoas protegidas, especialmente pelo que respeita à aplicação ou interpretação das disposições da presente Convenção, as referidas potências prestarão os seus bons ofícios com vista à regularização do desacordo.

Para este efeito, cada uma das potências protectoras poderá, a convite de uma Parte ou por sua própria iniciativa, propor às Partes no conflito uma reunião dos seus representantes e, em particular, das autoridades responsáveis pela situação dos prisioneiros de guerra, possivelmente num território neutro, convenientemente escolhido. As Partes no conflito serão obrigadas a dar seguimento às propostas que lhes forem feitas neste sentido.

As Potências protectoras poderão, se for necessário, submeter à aprovação das Partes no conflito o nome de uma personalidade pertencente a uma Potência neutra ou delegada pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha, que será convidada a tomar parte nesta reunião.

TÍTULO II

Protecção geral aos prisioneiros de guerra

Artigo 12.º

Os prisioneiros de guerra ficam em poder da Potência inimiga, e não dos indivíduos ou corpos de tropas que os capturam. Independentemente das responsabilidades individuais que possam existir, a Potência detentora é responsável pelo tratamento que lhes é aplicado. Os prisioneiros de guerra não podem ser transferidos pela Potência detentora senão para uma Potência que seja parte na presente Convenção e depois de a Potência está disposta e em condições de aplicar a Convenção.

Quando os prisioneiros são transferidos nestas condições, a responsabilidade pela aplicação da Convenção é da Potência que aceitou recebê-los, durante o tempo em que eles lhe estiverem confiados.

No entanto, se esta Potência faltar às suas obrigações no cumprimento das disposições da Convenção sobre qualquer ponto importante da Convenção que transferiu os prisioneiros de guerra deve, tomar medidas eficazes para remediar a situação ou pedir que lhe sejam restituídos os prisioneiros de guerra. Tais pedidos deverão ser satisfeitos.

Artigo 13.º

Os prisioneiros de guerra devem ser sempre tratados com humanidade. É proibido, e será considerado como uma infracção à presente Convenção, todo o acto ou omissão ilícita da parte da Potência detentora que tenha como consequência a morte ou ponha em grave perigo a saúde de um prisioneiro de guerra em seu poder. Em especial, nenhum prisioneiro de guerra poderá ser submetido a uma mutilação física ou a uma experiência médica ou científica de qualquer natureza que não seja justificada pelo tratamento médico do prisioneiro referido e no seu interesse.

Os prisioneiros de guerra devem também ser sempre protegidos, principalmente contra todos os actos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública.

São proibidas as medidas de represália contra os prisioneiros de guerra.

Artigo 14.º

Os prisioneiros de guerra têm direito, em todas as circunstâncias, ao respeito da sua pessoa e da sua honra.

As mulheres devem ser tratadas com todo o respeito devido ao seu sexo e beneficiar em todos os casos de um tratamento tão favorável como o que é dispensado aos homens.

Os prisioneiros de guerra conservam a sua plena capacidade civil igual à que tinham no momento de serem feitos prisioneiros. A Potência detentora não poderá limitar-lhes o exercício daquela, quer no seu território quer fora, senão na medida em que o cativo o exigir.

Artigo 15.º

A Potência detentora dos prisioneiros de guerra será obrigada a prover gratuitamente aos seu sustento e a dispensar-lhes os cuidados médicos de que necessite o seu estado de saúde.

Artigo 16.º

Tendo em consideração as disposições da presente Convenção relativas à graduação e ao sexo, e sob reserva de todo o tratamento privilegiado que possa ser dispensado aos prisioneiros de guerra em virtude do seu estado de saúde, da sua idade e das suas aptidões profissionais, os prisioneiros devem ser todos tratados da mesma maneira pela Potência detentora, sem qualquer distinção de carácter desfavorável, de raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas ou outra baseada em critérios análogos.

TÍTULO III

Cativeiro

SECÇÃO I

Início do cativeiro

Artigo 17.º

Todo o prisioneiro de guerra, quando interrogado, é obrigado a dar o seu nome, apelido e pronomes, graduação, data do seu nascimento e o seu número de matrícula e, na falta desta, uma indicação equivalente.

No caso de ele, voluntariamente, infringir esta disposição sujeita-se a uma restrição das vantagens concedidas aos prisioneiros com a mesma graduação ou o mesmo estatuto.

Cada Parte no conflito deverá fornecer a qualquer pessoa colocada sob a sua jurisdição que seja susceptível de vir a ser considerada prisioneira de guerra um bilhete de identidade indicando o apelido, nome e pronomes, graduação, número de matrícula ou indicação equivalente e a data de nascimento. Este bilhete de identidade poderá também ter a assinatura ou as impressões digitais ou ambas, assim como todas as outras indicações que as Partes no conflito possam querer juntar no que respeita aos indivíduos pertencentes às suas forças armadas. Tanto quanto possível medirá 6,5 cm x 10 cm e será em duplicado. O prisioneiro de guerra deverá apresentar este bilhete de identidade quando lhe for pedido, mas em nenhum caso lhe poderá ser tirado.

Nenhuma tortura física ou moral, nem qualquer outra medida coerciva poderá ser exercida sobre os prisioneiros de guerra para obter deles informações de qualquer espécie. Os prisioneiros que se recusem a responder não poderão ser ameaçados, insultados ou expostos a um tratamento desagradável ou inconveniente de qualquer natureza.

Os prisioneiros de guerra que se encontrem incapazes, em virtude do seu estado físico ou mental, de dar a sua identidade serão confiados ao serviço de saúde.

A identidade destes prisioneiros será estabelecida por todos os meios possíveis, sob reserva das disposições do parágrafo anterior.

O interrogatório dos prisioneiros de guerra realizar-se-á numa língua que eles compreendam.

Artigo 18.º

Todos os artigos e objectos de uso pessoal - excepto armas, cavalos, equipamento militar e documentos militares - conservar-se-ão na posse dos prisioneiros de guerra, assim como os capacetes metálicos, máscaras contra gases e todos os outros artigos que lhes forem entregues para a sua protecção pessoal. Conservar-se-ão igualmente em sua posse os artigos e objectos utilizados para se vestir ou alimentar, mesmo que estes pertençam ao seu equipamento militar oficial. Os prisioneiros de guerra não deverão estar nunca sem os seus documentos de identidade.

A Potência detentora fornecerá tais documentos àqueles que os não possuam.

Não poderão ser tirados aos prisioneiros de guerra os distintivos de posto e da nacionalidade, nem as condecorações e os objectos que tenham especialmente um valor pessoal ou sentimental.

As quantias na posse dos prisioneiros de guerra não lhes poderão ser tiradas senão por ordem de um oficial e depois de ter sido mencionado num registo especial o montante destas quantias, indicando o seu possuidor, e depois de este ter recebido um recibo detalhado com a indicação legível do nome, graduação e unidade da pessoa que tiver passado o referido recibo. As quantias na moeda da Potência detentora ou que, a pedido do prisioneiro, sejam convertidas nesta moeda serão levadas a crédito da conta do prisioneiro, conforme o artigo 64.

Uma Potência detentora não poderá retirar aos prisioneiros de guerra objectos de valor senão por razões de segurança. Neste caso, o processo a ser utilizado será o mesmo que quando lhe são retiradas quantias em dinheiro. Esses objectos, assim como as quantias retiradas que não estejam na moeda da Potência detentora e cuja conversão o possuidor não tenha pedido deverão ser guardadas por esta Potência e entregues ao prisioneiro no fim do cativeiro, na sua forma inicial.

Artigo 19.º

Os prisioneiros de guerra serão evacuados, no mais curto prazo possível, depois da sua captura para campos situados bastante longe da área de combate, onde estejam fora de perigo.

Não poderão ser mantidos, mesmo temporariamente, numa zona perigosa senão os prisioneiros de guerra que, em virtude dos seus ferimentos ou doença, corram maiores riscos em ser evacuados do que permanecendo nessa zona.

Os prisioneiros de guerra não serão inutilmente expostos ao perigo enquanto aguardarem a sua evacuação de uma zona de combate.

Artigo 20.º

A evacuação dos prisioneiros de guerra efectuar-se-á sempre com humanidade e em condições semelhantes àquelas em que são efectuados os deslocamentos das forças da Potência detentora.

A Potência detentora fornecerá aos prisioneiros de guerra evacuados água potável e alimentação suficiente, assim como fatos e os cuidados médicos necessários; ela tomará todas as precauções úteis para garantir a sua segurança durante a evacuação e organizará, o mais cedo possível, relações dos prisioneiros evacuados.

Se os prisioneiros de guerra devem passar, durante a evacuação, por campos de trânsito, a sua permanência nestes campos será o mais curta possível.

SECÇÃO II

Internamento dos prisioneiros de guerra

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 21.º

A Potência detentora poderá submeter os prisioneiros de guerra ao internamento. Poderá impor-lhes a obrigação de se não afastarem além de um certo limite do campo em que estão internados e, se o campo é vedado, de não ultrapassarem a vedação. Sob reserva das disposições da presente convenção relativa às sanções penais e disciplinares, estes pri-

sioneiros não poderão ser encarcerados ou detidos, a não ser quando for necessário para salvaguardar a sua saúde, e neste caso só enquanto durarem as circunstâncias que tornarem essa situação necessária.

Os prisioneiros de guerra poderão ser postos parcial ou totalmente em liberdade sob palavra ou por compromisso, até ao ponto em que tal lhes for permitido pela lei da Potência de que dependerem. Esta medida será tomada principalmente nos casos em que ela pode contribuir para o melhoramento do estado de saúde dos prisioneiros. Nenhum prisioneiro poderá ser obrigado a aceitar a liberdade sob palavra ou compromisso.

Desde o início das hostilidades, cada Parte no conflito notificará a parte adversa das leis e regulamentos que permitem ou proíbem aos seus súbditos aceitar a liberdade sob palavra ou compromisso. Os prisioneiros postos em liberdade sob palavra ou compromisso conforme as leis e regulamentos assim notificados serão obrigados, sob a sua honra pessoal, a cumprir escrupulosamente, tanto para com a Potência de quem dependem como para com a que os fez prisioneiros, os compromissos que tomaram. Em tais casos a Potência de quem eles dependem não poderá exigir nem aceitar deles nenhuns serviços contrários à palavra ou ao compromisso dados.

Artigo 22.º

Os prisioneiros de guerra não poderão ser internados senão em locais situados em terra firme que ofereçam todas as garantias de higiene e de salubridade; salvo em casos especiais justificados pelo interesse próprio dos prisioneiros, eles não poderão ser internados em penitenciárias.

Os prisioneiros de guerra internados em regiões doentias ou onde o clima lhes é prejudicial serão transferidos o mais depressa possível para um clima mais favorável.

A Potência detentora agrupará os prisioneiros de guerra em campos ou secções de campos tendo em conta a sua nacionalidade, a sua língua e os seus costumes, sob reserva de que estes prisioneiros não sejam separados dos prisioneiros de guerra pertencentes às forças armadas em que eles serviam à data da sua captura, a não ser com a sua aquiescência.

Artigo 23.º

Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser, seja em que ocasião for, enviado ou retido num local em que esteja exposto ao fogo da zona de combate, nem ser utilizado para pôr, devido à sua presença, certos pontos ou regiões ao abrigo das operações militares

Os prisioneiros de guerra disporão, no mesmo grau que a população civil local, de abrigos contra os bombardeamentos aéreos e outros perigos de guerra; à excepção daqueles que participarem na protecção dos seus acampamentos contra estes perigos, poderão abrigar-se tão rapidamente quanto possível, desde que o alerta seja dado. Qualquer outra medida de protecção que seja tomada a favor da população ser-lhes-á igualmente aplicada. As Potências detentoras comunicarão reciprocamente por intermédio das Potências protectoras, todas as indicações úteis sobre a situação geográfica dos campos de prisioneiros de guerra.

Sempre que as considerações de ordem militar o permitam, os campos de prisioneiros de guerra serão sinalizados de dia, por meio das letras P. G. ou P. W., colocadas de maneira a serem vistas distintamente do ar; no entanto as Potências interessadas poderão acordar num outro meio de sinalização. Só os campos de prisioneiros de guerra poderão ser sinalizados desta maneira.

Artigo 24.º

Os campos de trânsito ou de triagem de carácter permanente serão preparados em condições semelhantes às previstas nesta secção e os prisioneiros de guerra aí beneficiarão do mesmo regime que nos outros campos.

CAPÍTULO II

Alojamento, alimentação e vestuário dos prisioneiros de guerra

Artigo 25.º

Os prisioneiros de guerra serão alojados em condições semelhantes às das tropas da Potência detentora instaladas na região. Estas condições devem estar de acordo com os hábitos e costumes dos prisioneiros e não deverão em caso algum prejudicar a sua saúde.

As disposições precedentes aplicar-se-ão principalmente aos dormitórios dos prisioneiros de guerra, quer no que diz respeito à superfície total e ao volume de ar mínimo, quer quanto às instalações gerais e material de dormir, compreendendo os cobertores.

Os locais destinados a ser utilizados, tanto individual como colectivamente, pelos prisioneiros de guerra, deverão estar inteiramente ao abrigo da humidade, suficientemente aquecidos e iluminados, principalmente entre o anoitecer e o amanhecer. Deverão ser tomadas todas as precauções contra os perigos de incêndio.

Em todos os campos em que as prisioneiras de guerra se encontrem instaladas juntamente com prisioneiros deverão ser-lhes reservados dormitórios separados.

Artigo 26.º

A ração alimentar diária básica será suficiente, em quantidade, qualidade e variedade, para manter os prisioneiros de boa saúde e impedir uma perda de peso ou o desenvolvimento de doenças por carência de alimentação. Ter-se-á igualmente em conta o regime a que estão habituados os prisioneiros.

A Potência detentora fornecerá aos prisioneiros de guerra que trabalham os suplementos de alimentação necessários para o desempenho dos trabalhos em que estão empregados.

Será fornecida aos prisioneiros de guerra água potável suficiente e será autorizado o uso do tabaco.

Os prisioneiros de guerra serão associados na medida do possível à preparação das suas refeições. Eles podem ser empregados nas cozinhas para este efeito. Ser-lhes-ão também dados os meios necessários para eles próprios prepararem a alimentação suplementar em seu poder.

Ser-lhes-ão fornecidos locais apropriados para servirem de messe e de refeitório.

São proibidas todas as medidas disciplinares colectivas afectando a alimentação.

Artigo 27.º

Pela Potência detentora serão fornecidos aos prisioneiros de guerra, em quantidade suficiente, fatos, roupa branca e calçado tendo em consideração o clima da região onde se encontram. Os uniformes dos exércitos inimigos capturados pela Potência detentora serão utilizados para vestuário dos prisioneiros de guerra, se forem próprios para o clima do país.

A substituição e conserto destes artigos será assegurada regularmente pela Potência detentora. Além disto, os prisioneiros de guerra que trabalham receberão um fato próprio sempre que a natureza do trabalho o exigir.

Artigo 28.º

Em todos os campos serão instalados cantinas, onde os prisioneiros de guerra poderão adquirir produtos alimentares, objectos de uso diário, sabão, tabaco, cujo preço de venda nunca deverá ser superior ao preço do comércio local.

Os lucros das cantinas serão utilizados em benefício dos prisioneiros de guerra, sendo criado, para este efeito, um fundo especial. Um representante dos prisioneiros terá direito a colaborar na direcção da cantina e na administração do fundo. Quando da dissolução do campo, o saldo credor do fundo especial será entregue a uma organização humanitária internacional para ser empregado em benefício dos prisioneiros de guerra da mesma nacionalidade que aqueles que contribuíam para constituir este fundo.

Em caso de repatriamento geral estes lucros serão conservados pela Potência detentora, salvo acordo em contrário concluído entre as Potências interessadas.

CAPÍTULO III

Higiene e cuidados médicos

Artigo 29.º

A Potência detentora será obrigada a tomar todas as medidas de higiene necessárias para assegurar a limpeza e a salubridade dos campos e para impedir as epidemias.

Os prisioneiros de guerra disporão, dia e noite, de instalações em conformidade com as regras de higiene e mantidas em permanente estado de limpeza. Nos campos em que haja prisioneiros de guerra deverá haver instalações separadas.

Também, sem prejuízo dos banhos e dos duches que pertencem aos campos, será fornecido aos prisioneiros de guerra água e sabão em quantidade suficiente para os seus cuidados diários de limpeza corporal e para lavagem da sua roupa; para este efeito ser-lhes-ão dadas instalações, facilidades e o tempo que for considerado necessário.

Artigo 30.º

Cada campo possuirá uma enfermaria adequada, onde os prisioneiros de guerra receberão os cuidados de que possam necessitar, assim como um regime alimentar apropriado. Em caso de necessidade haverá locais de isolamento destinados aos doentes atacados de doenças contagiosas ou mentais.

Os prisioneiros de guerra atacados de uma doença grave ou cujo estado necessite de um tratamento especial, uma intervenção cirúrgica ou hospitalização deverão ser admitidos em qualquer formação militar ou civil qualificada para os tratar, mesmo que o seu repatriamento seja previsto para um futuro próximo. Serão dadas facilidades especiais para os cuidados a dispensar aos inválidos, em especial aos cegos, e para a sua reeducação, enquanto esperam o seu repatriamento. Os prisioneiros de guerra serão tratados de preferência por um pessoal médico da Potência de que dependem, e se possível, da sua nacionalidade.

Os prisioneiros de guerra não poderão ser impedidos de se apresentarem às autoridades médicas para serem examinados.

As autoridades detentoras enviarão, a pedido, a todo o prisioneiro tratado uma declaração oficial indicando a natureza dos ferimentos ou da sua doença, a duração do tratamento e os cuidados recebidos. Um duplicado destas declarações será enviado à Agência central dos prisioneiros de guerra.

As despesas de tratamento, incluindo as que forem feitas com qualquer aparelho necessário à conservação dos prisioneiros de guerra em bom estado de saúde, principalmente aparelhos de próteses dentárias ou outras e óculos, estarão a cargo da Potência detentora.

Artigo 31.º

Serão feitas, pelo menos uma vez por mês, inspecções médicas aos prisioneiros de guerra. Estas inspecções compreenderão a fiscalização e o registo do peso de cada prisioneiro. Terão por objectivo, em especial, verificar o estado geral de saúde e de nutrição, o estado de limpeza do prisioneiro, assim como descobrir as doenças contagiosas, especialmente a tuberculose, o paludismo e as doenças venéreas. Para este efeito, serão empregados os meios mais eficientes disponíveis, como a radiografia periódica em série, com microfilmes para a descoberta da tuberculose no seu início.

Artigo 32.º

Os prisioneiros de guerra que, apesar de não terem pertencido ao serviço de saúde das suas forças armadas, sejam médicos, dentistas, enfermeiros ou enfermeiras poderão ser requisitados pela Potência detentora para exercerem as suas funções médicas no interesse dos prisioneiros de guerra que dependem da mesma Potência.

Neste caso continuarão a ser prisioneiros de guerra, mas deverão, no entanto, ser tratados da mesma maneira que o pessoal médico retido pela Potência detentora. Eles serão dispensados de qualquer outro trabalho que lhes possa ser imposto, nos termos do artigo 49.º

CAPÍTULO IV

Pessoal médico e religioso destinado a assistência dos prisioneiros de guerra

Artigo 33.º

O pessoal do serviço de saúde e os capelães enquanto em poder da Potência detentora com o fim de darem assistência aos prisioneiros de guerra não serão considerados como prisioneiros de guerra. No entanto, beneficiarão, pelo menos, de todas as vantagens e da protecção da presente Convenção, assim como de todas as facilidades necessárias que lhes permitam levar os seus cuidados médicos e o seu auxílio religioso aos prisioneiros de guerra.

Continuarão a exercer, dentro das leis e regulamentos militares da Potência detentora, sob a autoridade dos seus serviços competentes e de acordo com a sua consciência profissional, as suas funções médicas ou espirituais em benefício dos prisioneiros de guerra pertencentes de preferência às forças armadas a que pertenciam.

Beneficiarão também para o exército da sua missão médica ou espiritual, das facilidades seguintes:

- a) Serão autorizados a visitar periodicamente os prisioneiros de guerra que estejam em destacamentos de trabalho ou em hospitais situados fora do campo. A autoridade detentora porá à sua disposição, para este efeito, os meios de transporte necessários;

- b) Em cada campo, o médico militar de posto mais elevado ou o mais antigo no mesmo posto será responsável junto das autoridades militares do campo por tudo que diz respeito à actividade do pessoal do serviço de saúde retido.

Para este efeito, as Partes no conflito entender-se-ão desde o início das hostilidades sobre a correspondência dos postos do seu pessoal do serviço de saúde, incluindo o das sociedades citadas no artigo 26.º da Convenção de Genebra para melhorar as condições dos feridos e dos doentes das forças armadas em campanha de 12 de Agosto de 1949. O oficial médico mais graduado assim como os capelães terão o direito de tratar com as autoridades competentes do campo todos os assuntos relativos ao seu serviço. Estar dar-lhe-ão todas as facilidades necessárias para a correspondência relativa a estes assuntos;

- c) Ainda que submetido à disciplina interna do campo no qual se encontre, o pessoal retido não poderá ser adstrito a nenhum trabalho estranho à sua missão médica ou religiosa.

No decurso das hostilidades as Partes no conflito entender-se-ão relativamente à substituição eventual do pessoal retido e fixarão as modalidades.

Nenhuma das disposições precedentes dispensa a Potência detentora das obrigações que lhe competem para com os prisioneiros de guerra nos domínios sanitários e espirituais.

CAPÍTULO V

Religião, actividades intelectuais e físicas

Artigo 34.º

Os prisioneiros de guerra beneficiarão de completa liberdade para o exercício da sua religião, incluindo a assistência aos ofícios do seu culto, desde que se conformem com as medidas de disciplina normais prescritas pela autoridade militar.

Serão reservados locais apropriados para os ofícios religiosos.

Artigo 35.º

Os capelães que caíam nas mãos da Potência inimiga e que fiquem retidos ou que sejam destinados a assistir aos prisioneiros de guerra serão autorizados a levar-lhes auxílio do seu ministério e a exercê-lo livremente entre os prisioneiros de guerra da mesma religião, de acordo com a sua consciência religiosa. Serão divididos pelos diferentes campos e destacamentos de trabalho onde estejam prisioneiros de guerra pertencentes às mesmas forças armadas, falando a mesma língua ou professando a mesma religião. Beneficiarão das facilidades necessárias e, em particular, dos meios de transporte previstos no artigo 33.º para visitar os prisioneiros de guerra fora do campo. Gozarão da liberdade de correspondência, sujeita à censura, para os actos religiosos do seu ministério, com as autoridades eclesiásticas no país de detenção e as organizações religiosas internacionais. As cartas e bilhetes que enviem com este fim irão juntar-se ao contingente previsto no artigo 71.º

Artigo 36.º

Os prisioneiros de guerra que sejam ministros de um culto sem terem sido capelães no seu próprio exército receberão autorização, qualquer que seja o seu culto, para o exercer livremente entre os da sua comunidade. Serão tratados, para este efeito, como capelães retidos pela Potência detentora. Não serão destinados a nenhum outro trabalho.

Artigo 37.º

Quando os prisioneiros de guerra não disponham de assistência de um capelão retido ou de um prisioneiro ministro do seu culto, será nomeado, a pedido dos prisioneiros interessados, para desempenhar esta missão, um ministro pertence à sua confissão ou de uma confissão semelhante, ou, na sua falta, um laico qualificado, quando isto for possível sob o ponto de vista confessional. Esta nomeação, submetida à aprovação da Potência detentora, será feita de acordo com a comunidade dos prisioneiros interessados, quando e onde for necessário, com a aprovação das autoridades religiosas locais da mesma confissão. A pessoa assim nomeada deverá conformar-se com todos os regulamentos estabelecidos pela Potência detentora no interesse da disciplina e da segurança militar.

Artigo 38.º

Respeitando as preferências individuais de cada prisioneiro, a Potência detentora encorajará as actividades intelectuais, educativas, recreativas e desportivas dos prisioneiros de guerra; tomará as medidas necessárias para assegurar o exercício daquelas actividades pondo à sua disposição locais adequados e o equipamento necessário.

Os prisioneiros de guerra deverão ter a possibilidade de se dedicar aos exercícios físicos, incluindo desportos e jogos, e beneficiar do ar livre. Para este uso serão reservados espaços livres em todos os campos.

CAPÍTULO VI**Disciplina****Artigo 39.º**

Cada campo de prisioneiros de guerra será colocado sob a autoridade directa de um oficial responsável pertencente às forças regulares da Potência detentora.

Este oficial possuirá desta Convenção, assegurar-se-á de que todas estas disposições sejam conhecidas do pessoal que está sob as suas ordens e será responsável pela sua aplicação, sob a fiscalização do seu governo.

Os prisioneiros de guerra, com excepção de oficiais, deverão cumprimentar e manifestar as provas de respeito previstas pelos regulamentos em vigor no seu próprio exército a todos os oficiais da Potência detentora.

Os oficiais prisioneiros de guerra só serão obrigados a cumprimentar os oficiais de grau superior desta Potência; no entanto eles serão obrigados a cumprimentar o comandante do campo qualquer que seja o seu posto.

Artigo 40.º

Será autorizado o uso de distintivos dos postos e da nacionalidade, assim, como das condecorações.

Artigo 41.º

Em cada campo serão afixados, na língua dos prisioneiros de guerra, em lugares onde possam ser consultados por todos os prisioneiros, o texto da presente Convenção, os seus anexos e todos os acordos especiais previstos no artigo 6.º Serão fornecidas cópias, a pedido, a todos os prisioneiros que se encontrem impossibilitados de tomar conhecimento dos textos afixados.

Os regulamentos, ordens, avisos e publicações de toda a natureza relativos à conduta dos prisioneiros de guerra ser-lhes-ão distribuídos numa língua que eles compreendam; serão afixados nas condições previstas e serão também entregues alguns exemplares ao representante dos prisioneiros. Todas as ordens e instruções dadas individualmente aos prisioneiros deverão igualmente ser dadas numa língua que eles compreendam.

Artigo 42.º

O uso das armas contra os prisioneiros de guerra, em especial contra aqueles que se evadam ou tentem evadir-se, constituirá um meio extremo, sempre precedido de avisos apropriados às circunstâncias.

CAPÍTULO VII

Postos dos prisioneiros de guerra

Artigo 43.º

Desde o início das hostilidades as Partes no conflito comunicarão reciprocamente os títulos e as graduações de todas as entidades mencionadas no artigo 4.º da presente Convenção, com o fim de assegurar a igualdade de tratamento entre os prisioneiros de graduação equivalente; se os títulos ou graduações forem criados posteriormente, serão objecto de uma comunicação análoga.

A Potência detentora reconhecerá as promoções dos prisioneiros de guerra que lhe sejam devidamente comunicados pela Potência de que dependem.

Artigo 44.º

Os oficiais e equiparados prisioneiros de guerra serão tratados com as atenções devidas ao seu posto e idade.

Com o fim de assegurar o serviço dos campos de oficiais serão destacados, em número suficiente, tendo em conta a quantidade de oficiais e de equiparados, soldados prisioneiros de guerra das mesmas forças armadas falando a mesma língua. Estes soldados não poderão ser destinados a outro trabalho.

Será facilitada por todas as formas a gerência da messe pelos próprios oficiais.

Artigo 45.º

Os prisioneiros de guerra que não sejam oficiais ou equiparados serão tratados com o respeito devido à sua graduação e idade.

Será facilitada por todas as formas a gerência da messe pelos próprios oficiais.

CAPÍTULO VIII

Transferência dos prisioneiros de guerra depois da sua chegada a um campo

Artigo 46.º

A Potência detentora, quando decidir a transferência de prisioneiros de guerra, deverá considerar os interesses dos próprios prisioneiros, tendo em vista, principalmente, não aumentar as dificuldades do seu repatriamento.

A transferência dos prisioneiros de guerra efectuar-se-á sempre com humanidade e em condições que não deverão ser menos favoráveis que aquelas de que beneficiem as tropas da

Potência detentora nos seus deslocamentos. Ter-se-á sempre em conta as condições climáticas a que os prisioneiros de guerra estão acostumados e que a transferência não seja em nenhum caso prejudicial à sua saúde.

A Potência detentora fornecerá aos prisioneiros de guerra, durante a transferência, água potável e alimentação em quantidade suficiente para os manter em boa saúde, assim como vestuário, alojamento e a assistência médica necessária. Tomará todas as precauções adequadas, principalmente em caso de transporte por mar ou pelo ar, para garantir a sua segurança durante a transferência e organizará, antes da partida, a relação completa dos prisioneiros transferidos.

Artigo 47.º

Os prisioneiros de guerra doentes ou feridos não serão transferidos desde que a sua doença possa ser comprometida pela viagem, a não ser que a sua segurança o exija imperativamente.

Se a frente de combate se aproxima dum campo, os prisioneiros de guerra deste campo só serão transferidos se a sua transferência se puder fazer em condições de segurança suficientes, ou se correm maiores riscos ficando do que sendo transferidos.

Em caso de transferência os prisioneiros de guerra serão avisados oficialmente da sua partida e da sua nova direcção postal; este aviso ser-lhes-á feito com antecedência necessária para poderem preparar as suas bagagens e prevenir a família.

Serão autorizados a levar consigo os objectes de uso pessoal, a correspondência e as encomendas que lhes tiverem sido dirigidas; o peso destes artigos poderá ser limitado, se as condições de transferência assim o exigirem, ao peso que o prisioneiro poderá normalmente transportar, mas em caso algum o peso autorizado ultrapassará 25 Kg.

A correspondência e as encomendas dirigidas para o seu antigo campo ser-lhe-ão remetidas sem demora. O comandante do campo tomará, de acordo com o representante dos prisioneiros, as medidas necessárias para assegurar a transferência dos bens colectivos dos prisioneiros de guerra e das bagagens que os prisioneiros não possam transportar consigo em virtude da limitação imposta pelo segundo parágrafo do presente artigo.

As despesas derivadas das transferências estarão a cargo da Potência detentora.

SECÇÃO III

Trabalho dos prisioneiros de guerra

Artigo 49.º

A Potência detentora poderá empregar os prisioneiros de guerra válidos como trabalhadores, tendo em conta a sua idade, sexo, graduação e aptidões físicas, com o fim de os manter em bom estado de saúde física e moral.

Os sargentos não poderão ser encarregados senão de trabalhos de vigilância. Aqueles que não sejam encarregados destes trabalhos poderão pedir outro que lhes convenha, devendo procurar-se que sejam satisfeitos os seus desejos.

Se os oficiais ou equiparados pedem um trabalho que lhes convenha, procurar-se-á arranjar-lho na medida do possível. Eles não poderão em caso algum ser obrigados a trabalhar.

Artigo 50.º

Além dos trabalhos que dizem respeito à administração, instalação ou manutenção do seu campo, os prisioneiros de guerra só poderão ser obrigados à execução de trabalhos pertencentes às seguintes categorias:

- a) Agricultura;
- b) Indústrias produtoras, extractoras, manufactoras, à excepção das indústrias metalúrgicas, mecânicas e químicas, trabalhos públicos e de edificações de carácter militar ou para fins militares;
- c) Transportes e manutenção sem carácter ou fim militar;
- d) Actividades comerciais ou artísticas;
- e) Serviços domésticos;
- f) Serviços públicos sem carácter ou fim militar.

No caso de violação das disposições precedentes é permitido aos prisioneiros de guerra apresentarem as suas reclamações, em conformidade com o artigo 78.º

Artigo 51.º

Os prisioneiros de guerra deverão beneficiar de condições de trabalho convenientes, especialmente no que diz respeito a alojamento, alimentação, vestuário e equipamento; estas condições não devem ser inferiores às que são reservadas ao súbditos da Potência detentora empregados em trabalhos semelhantes; serão igualmente consideradas as condições climáticas.

A Potência detentora que utiliza o trabalho dos prisioneiros de guerra assegurará, nas regiões em que trabalham estes prisioneiros, a aplicação das leis nacionais sobre a protecção do trabalho, e mais particularmente regulamentos sobre a segurança dos trabalhadores.

Os prisioneiros de guerra deverão receber instrução e ser providos dos meios de protecção apropriados ao trabalho que vão desempenhar e semelhantes aos previstos para os súbditos da Potência detentora. Sob reserva das disposições do artigo 52.º, os prisioneiros poderão ser submetidos aos riscos normais a que estão sujeitos os trabalhadores civis.

Em caso algum as condições de trabalho podem ser tornadas mais duras devido a medidas disciplinares.

Artigo 52.º

A não ser voluntariamente, nenhum prisioneiro de guerra poderá ser empregado em trabalhos de carácter insalubre ou perigoso. Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser destinado a um trabalho considerado humilhante para um membro das forças armadas da Potência detentora.

A remoção de minas e de outros engenhos análogos será considerado como um trabalho perigoso.

Artigo 53.º

A duração do trabalho diário dos prisioneiros de guerra, incluindo o trajecto de ida e regresso, não será excessiva e não deverá em caso algum exceder a admitida para os trabalhadores civis da região súbditos da Potência detentora empregados no mesmo trabalho.

Será dado obrigatoriamente aos prisioneiros de guerra, no meio do dia, um descanso de uma hora, pelo menos; este descanso será o mesmo que o atribuído aos trabalhadores da

Potência detentora se este for de maior duração. Ser-lhes-á, igualmente, concedido um descanso de vinte e quatro horas consecutivas por semana, de preferência o domingo ou o dia de repouso observado no país de origem. Além diste, todo o prisioneiro que tenha trabalhado um ano beneficiará de um repouso de oito dias consecutivos, durante os quais receberá vencimentos.

Se forem utilizados métodos de trabalho tais como o trabalho por empreitadas, a duração dos períodos de trabalho não deverá tornar-se excessiva.

Artigo 54.º

A retribuição do trabalho aos prisioneiros de guerra será fixada segundo o estipulado no artigo 62.º da presente Convenção.

Os prisioneiros de guerra vítimas de acidentes de trabalho ou que adquiram uma doença no decurso ou devido ao trabalho receberão todos os cuidados que exigir o seu estado. A Potência detentora entregará depois ao prisioneiro um certificado médico que lhe permite fazer valer os seus direitos junto da Potência de que depende e enviará um duplicado à Agência central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 122.º

Artigo 55.º

A aptidão para o trabalho dos prisioneiros de guerra será controlada periodicamente por exames médicos, pelo menos uma vez por mês. Nestes exames deverá considerar-se especialmente a natureza dos trabalhos do que estão encarregados os prisioneiros de guerra.

Quando um prisioneiro de guerra se considerar incapaz de trabalhar, será autorizado a apresentar-se às autoridades médicas do seu campo; os médicos poderão recomendar que sejam dispensados do trabalho os prisioneiros que na sua opinião para tal estejam incapazes.

Artigo 56.º

O regime dos destacamentos de trabalho será semelhante ao dos campos de prisioneiros de guerra.

Todo o destacamento de trabalho continuará sob a fiscalização e dependência administrativa de um campo de prisioneiros de guerra. As autoridades militares e o comandante deste campo serão responsáveis, sob a fiscalização do seu governo, pelo cumprimento no destacamento de trabalho das disposições da presente Convenção.

O comandante do campo terá em dia uma relação dos destacamentos de trabalho dependentes do seu campo e dela dará conhecimento aos delegados da Potência protectora, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou doutros organismos protectores dos prisioneiros de guerra que visitarem o campo.

Artigo 57.º

O tratamento dos prisioneiros de guerra trabalhando por conta de particulares, mesmo que estes estejam responsáveis pela sua guarda e protecção, nunca será inferior ao previsto por esta Convenção; a Potência detentora, as autoridades militares e o comandante do campo ao qual pertencem estes prisioneiros assumirão a inteira responsabilidade pela manutenção, assistência, tratamento e pagamento do salário destes prisioneiros de guerra. Estes prisioneiros de guerra terão o direito de manter-se em contacto com os representantes dos prisioneiros nos campos de que dependem.

SECÇÃO IV

Recursos pecuniários dos prisioneiros de guerra

Artigo 58.º

Desde o início das hostilidades e enquanto se aguarda um acordo sobre este assunto com a Potência protectora, a Potência detentora pode fixar a quantia máxima em dinheiro, ou numa outra forma análoga, que os prisioneiros de guerra poderão ter com eles; todo o excedente legitimamente na sua posse, retirado ou retido será, assim como qualquer depósito de dinheiro efectuado por eles, lançado na sua conta e não poderá ser convertido noutra moeda sem sua autorização.

Quando os prisioneiros de guerra forem autorizados a fazer compras ou a receberem serviços contra pagamento em dinheiro, fora do campo, estes pagamentos serão efectuados pelos próprios prisioneiros ou pela administração do campo, que debitará estes pagamentos na conta dos prisioneiros interessados.

A Potência detentora estabelecerá as regras necessárias a este respeito.

Artigo 59.º

As quantias em dinheiro tiradas aos prisioneiros de guerra, de acordo com o artigo 18.º, na altura da sua captura e que estejam na moeda da Potência detentora serão creditadas nas suas respectivas contas conforme as disposições do artigo 64.º da presente secção.

Serão igualmente levadas a crédito desta conta as quantias em dinheiro da Potência detentora que provenham da conversão noutras moedas das quantias retiradas aos prisioneiros de guerra neste mesmo momento.

Artigo 60.º

A Potência detentora entregará a todos os prisioneiros de guerra um adiantamento do vencimento mensal, cujo montante será fixado pela conversão na moeda da referida Potência das seguintes quantias:

Categoria I - Prisioneiros de posto inferior a sargento: 8 francos suíços;

Categoria II - Sargentos e outros suboficiais ou prisioneiros equiparados: 12 francos suíços;

Categoria III - Oficiais até ao posto de capitão ou prisioneiros equiparados: 50 francos suíços;

Categoria IV - Comandantes ou majores, tenentes-coronéis, coronéis ou prisioneiros equiparados: 60 francos suíços;

Categoria V - Oficiais gerais ou prisioneiros equiparados: 75 francos suíços.

Contudo, as Partes no conflito interessadas poderão modificar por acordos especiais o montante dos adiantamentos de soldo, pagos aos prisioneiros de guerra das categorias acima enumeradas.

Além disto, se as quantias previstas no primeiro parágrafo forem muito elevadas comparadas com o soldo pago aos membros das forças armadas da Potência detentora ou se, por qualquer outra razão, elas lhe possam causar embaraço, esta, enquanto aguarda a conclusão de um acordo especial com a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra para modificar estas quantias:

- a) Continuará a creditar na conta dos prisioneiros de guerra as quantias indicadas no primeiro parágrafo;
- b) Poderá temporariamente limitar a importâncias que sejam razoáveis, e que porá à disposição dos prisioneiros de guerra para seu uso, as quantias retiradas dos adiantamentos de vencimentos; no entanto, para os prisioneiros da categoria I, estas não serão nunca inferiores àquelas que a Potência detentora paga aos membros das suas próprias forças armadas.

As razões de uma tal limitação serão comunicadas sem demora à Potência protectora.

Artigo 61.º

A Potência detentora aceitará as importâncias que a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra lhe remeter a título de suplemento de vencimento, com a condição de que essas importâncias sejam as mesmas para cada prisioneiro da mesma categoria, que sejam pagas a todos os prisioneiros dependentes desta Potência e sejam creditadas nas suas contas individuais, na primeira oportunidade, e de acordo com as disposições do artigo 64.º Este pagamento suplementar não dispensa a Potência detentora de nenhuma das obrigações que lhe incumbem pela presente Convenção.

Artigo 62.º

Os prisioneiros de guerra receberão directamente das autoridades detentoras uma retribuição equitativa pelo seu trabalho, cujo montante será fixado por estas autoridades, mas que não poderá ser nunca inferior a um quarto de franco suíço por dia inteiro de trabalho. A Potência detentora dará a conhecer aos prisioneiros, assim como à Potência de que dependem, por intermédio da Potência protectora, a tabela dos salários diários fixados.

Será igualmente pago um salário pelas autoridades detentoras aos prisioneiros de guerra atribuídos de uma maneira permanente a funções e a trabalhos especializados relativos à administração, instalação ou manutenção do campo, assim como aos prisioneiros designados para o desempenho de funções espirituais ou médicas em benefício dos seus camaradas.

O salário do representante dos prisioneiros, dos seus auxiliares e eventualmente dos seus adjuntos será pago pelos fundos obtidos dos lucros da cantina; o quantitativo deste salário será fixado pelo representante dos prisioneiros e aprovado pelo comandante do campo. Se não existe este fundo, as autoridades detentora pagarão a estes prisioneiros o salário equitativo.

Artigo 63.º

Os prisioneiros de guerra serão autorizados a receber remessas de dinheiro que lhes sejam enviadas individual ou colectivamente.

Cada prisioneiro de guerra disporá do saldo da sua conta, conforme está previsto no artigo seguinte, nos limites fixados pela Potência detentora, que efectuará os pagamentos pedidos. Sob reserva das restrições financeiras ou monetárias que a Potência detentora considerar essenciais, os prisioneiros de guerra serão autorizados a efectuar pagamentos no estrangeiro. Neste caso, a Potência detentora dará prioridade aos pagamentos que os prisioneiros fazem às pessoas que estão a seu cargo. Em todas as circunstâncias, os prisioneiros de guerra poderão, se a Potência de que eles dependem consentir, fazer pagamentos no seu próprio país, seguindo o processo seguinte: a Potência detentora enviará àquela Potência, através da Potência protectora, um aviso que compreenderá todas as indicações úteis sobre o autor e o beneficiário do pagamento, assim como o total da quantia a

pagar, expresso na moeda da Potência detentora; este aviso será assinado pelo prisioneiro interessado, com o visto do comando do campo. A Potência detentora debitará esta quantia na conta do prisioneiro; as importâncias assim debitadas serão creditadas à Potência de que dependem os prisioneiros.

Para aplicar as disposições precedentes, a Potência detentora poderá consultar o regulamento modelo, em anexo V desta Convenção.

Artigo 64.º

A Potência detentora abrirá para cada prisioneiro de guerra uma conta, que conterà, pelo menos, as indicações seguintes:

- 1) As quantias em dívida ao prisioneiro ou recebidas por ele a título de adiantamento de vencimento, salário ou a qualquer outro título; as quantias, em moeda da Potência detentora, retiradas ao prisioneiro; as quantias retiradas ao prisioneiro e convertidas a seu pedido em moeda da referida Potência;
- 2) As quantias pagas ao prisioneiro em dinheiro, ou numa outra forma análoga; os pagamentos feitos por sua conta ou a seu pedido; as quantias transferidas segundo o terceiro parágrafo do artigo anterior.

Artigo 65.º

Todo o lançamento feito na conta do prisioneiro de guerra será assinado ou rubricado por ele ou pelo representante dos prisioneiros actuando em seu nome.

Aos prisioneiros de guerra ser-lhes-ão dadas sempre as facilidades necessárias para consultarem a sua conta e obterem cópia dela; a conta poderá ser verificada, igualmente, pelos representantes da Potência protectora quando das visitas ao campo.

Quando os prisioneiros de guerra são transferidos de um campo para o outro, serão acompanhados da sua conta pessoal. Quando são transferidos de uma Potência detentora para outra, serão acompanhados das quantias que lhe pertencem que não estejam em moeda da Potência detentora. Ser-lhes-á dado um certificado relativo a todas as outras quantias que continuem em crédito da sua conta.

As Partes no conflito interessadas poderão chegar a acordo para, por intermédio da Potência protectora, comunicarem periodicamente os extractos da conta dos prisioneiros de guerra.

Artigo 66.º

Quando terminar o cativeiro de prisioneiro de guerra, quer pela libertação, quer pelo repatriamento, a Potência detentora entregar-lhe-á uma declaração, assinada por oficial qualificado, atestando o seu saldo credor. A Potência detentora enviará também à Potência de que dependem os prisioneiros de guerra, por intermédio da Potência protectora, relações dando todas as indicações sobre os prisioneiros que terminaram o seu cativeiro, quer por repatriamento, libertação, evasão, morte ou qualquer outra maneira, atestando os saldos credores das suas contas. Cada folha destas relações será autenticada por um representante autorizado da Potência detentora.

As Potências interessadas poderão, por acordo especial, modificar todas ou parte das disposições acima previstas.

A Potência de que depende o prisioneiro de guerra será responsável pela liquidação com ele de qualquer crédito que lhe seja devido pela Potência detentora quando terminar o seu cativeiro.

Artigo 67.º

Os adiantamentos de vencimento pagos aos prisioneiros de guerra conforme o artigo 60.º serão considerados como feitos em nome da Potência de que dependem; estes adiantamentos de vencimentos, assim como todos os pagamentos executados pela referida Potência em virtude do artigo 63.º, terceiro parágrafo, e do artigo 68.º, serão objecto de acordos entre as Potências interessadas no fim das hostilidades.

Artigo 68.º

Qualquer pedido de indemnização feito por um prisioneiro de guerra em consequência de um acidente ou de qualquer outra invalidez resultante do trabalho será comunicado à Potência de que depende o prisioneiro, por intermédio da Potência protectora. Em conformidade com as disposições do artigo 54.º, a Potência detentora enviará em todos os casos ao prisioneiro de guerra uma declaração atestando a natureza do ferimento ou da invalidez, as circunstâncias em que eles se produziram e as informações relativas aos cuidados médicos ou hospitalares que lhe foram dispensados. Esta declaração será assinada por um oficial responsável da Potência detentora e as informações de natureza médica serão certificadas por um médico do serviço de saúde.

A Potência detentora comunicará igualmente à Potência de que dependem os prisioneiros de guerra todos os pedidos de indemnização apresentados por um prisioneiro de guerra pelos bens pessoais, quantias ou objectos de valor que lhe foram retirados, nos termos do artigo 18.º, e não lhe foram restituídos quando do seu repatriamento, assim como todo o pedido de indemnização relativa a prejuízos que o prisioneiro atribua a falta da Potência detentora ou de um dos seus agentes.

Não obstante, a Potência detentora substituirá, à sua custa, os bens de uso pessoal que o prisioneiro utilizou durante o cativeiro. Em todos os casos, a Potência detentora enviará ao prisioneiro uma declaração assinada por um oficial responsável, dando todas as informações úteis sobre os motivos por que estes bens, quantias ou objectos de valor não lhe foram restituídos.

Um duplicado desta declaração será enviado à Potência de que depende o prisioneiro, por intermédio da Agência central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 123.º

SECÇÃO V

Relações dos prisioneiros de guerra com o exterior

Artigo 69.º

Logo que tenha prisioneiros de guerra em seu poder, a Potência detentora levará ao conhecimento deles, assim como ao da Potência de que dependem, por intermédio da Potência protectora, as medidas previstas para a execução das disposições da presente secção; ela notificará também todas as modificações que sofram estas medidas.

Artigo 70.º

Cada prisioneiro de guerra deverá estar em condições, imediatamente depois da sua captura ou o mais tardar uma semana depois da sua chegada ao campo, mesmo que este seja de

trânsito, assim como em caso de doença ou de transferência para um hospital ou outro campo, de dirigir directamente a sua família, por um lado, e a Agência central dos prisioneiros de guerra, prevista no artigo 123.º, por outro lado, um bilhete cujo modelo, se for possível, será o do anexo à presente Convenção, informando-os do seu cativo, da sua direcção e do seu estado de saúde.

Os referidos bilhetes serão transmitidos com toda a rapidez possível e não poderão ser demorados por qualquer razão.

Artigo 71.º

O prisioneiro de guerra será autorizado a expedir, assim como a receber, cartas e bilhetes. Se a Potência detentora considerar necessário limitar esta correspondência, deverá autorizar, pelo menos, o envio de duas cartas e quatro bilhetes por mês, excluindo os bilhetes de captura previstos pelo artigo 70.º, tanto quanto possível segundo os modelos anexos a esta Convenção.

Só poderão ser impostas novas limitações se a Potência protectora as julgar necessárias para o interesse dos próprios prisioneiros, atendendo às dificuldades que a Potência detentora encontre no recrutamento de um número suficiente de tradutores idóneos para efectuar a censura necessária. Se a correspondência dirigida aos prisioneiros de guerra tiver de ser limitada, esta decisão não poderá ser tomada senão pela Potência de que dependem, eventualmente a pedido da Potência detentora.

Estas cartas e bilhetes deverão ser dirigidos pelos meios mais rápidos de que disponha a Potência detentora, não podendo ser demoradas nem retiradas por motivos disciplinares.

Os prisioneiros de guerra que estão desde há muito tempo sem notícias da família ou que se encontrem impossibilitados de as receber ou de as dar pela via postal ordinária, assim como aqueles que estão em grande distância das suas casas, serão autorizados a expedir telegramas, sendo a importância deles debitada na sua conta junto da Potência detentora ou paga com dinheiro que possuírem. Os prisioneiros beneficiarão igualmente desta disposição nos casos de urgência.

Como regra geral, a correspondência dos prisioneiros será redigida na sua língua materna. As Partes no conflito poderão autorizar a correspondência noutras línguas.

Os sacos contendo o correio dos prisioneiros serão cuidadosamente selados e rotulados de maneira a indicarem claramente o seu conteúdo e dirigidos às estações de correio do destino.

Artigo 72.º

Os prisioneiros de guerra serão autorizados a receber pelo correio ou por qualquer outro meio remessas individuais ou colectivas contendo, principalmente, géneros alimentícios, vestuário, medicamentos e artigos destinados a dar satisfação às suas necessidades em matéria de religião, estudo ou recreativa, compreendendo livros, objectos de culto, material científico, modelos de exame, instrumentos de música, acessórios de sport e material permitindo aos prisioneiros de guerra continuar os seus estudos ou a exercer as suas actividades artísticas.

Estas encomendas não poderão de maneira nenhuma libertar a Potência detentora das obrigações que lhe incumbem em virtude da presente Convenção.

As únicas restrições que poderão ser levadas ao envio destas remessas serão as que forem propostas pela Potência protectora, no interesse dos próprios prisioneiros de guerra, ou

pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outro organismo de socorro aos prisioneiros, devido às dificuldades resultantes do excesso de serviço dos meios de transporte ou comunicações.

As modalidades relativas à expedição das remessas individuais ou colectivas serão objecto, se for necessário, de acordos especiais entre as Potências interessadas, que não poderão em caso algum demorar a distribuição das remessas de socorro aos prisioneiros de guerra.

As encomendas de víveres ou de vestuário não conterão livros; os remédios serão, em geral, enviados em encomendas colectivas.

Artigo 73.º

Na falta de acordos especiais entre as Potências interessadas acerca das modalidades relativas à recepção, bem como à distribuição das remessas de socorro colectivo, será aplicado o regulamento relativo aos socorros colectivos anexo a esta Convenção.

Os acordos especiais atrás previstos não poderão em caso algum restringir o direito de os representantes dos prisioneiros tomarem conta das remessas de socorro colectivo destinadas aos prisioneiros de guerra, de proceder à sua distribuição e de dispor delas no interesse dos prisioneiros.

Estes acordos não poderão restringir o direito dos representantes da Potência protectora, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou de qualquer outro organismo de socorro aos prisioneiros, e que estejam encarregados de transmitir estas encomendas colectivas, de fiscalizar a sua distribuição.

Artigo 74.º

As remessas de socorro destinadas aos prisioneiros de guerra serão isentas de todos os direitos de importação alfandegários e outros.

A correspondência, as remessas de socorro e as remessas autorizadas de dinheiro dirigidas aos prisioneiros de guerra ou expedidas para eles, pelo correio, quer directamente quer por intermédio do Departamento de informações, previsto no artigo 122.º, e da Agência central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 123.º, serão dispensadas de todas as taxas postais, tanto nos países de origem e de destino, como nos países intermédios.

As despesas de transporte das remessas de socorro destinadas aos prisioneiros de guerra que em virtude do seu peso ou por qualquer outro motivo não podem ser enviados pelo correio ficarão a cargo da Potência detentora em todos os territórios que se achem sob a sua fiscalização. As outras Potências partes da Convenção suportarão as despesas de transporte nos seus respectivos territórios.

Na ausência de acordos especiais entre as Potências interessadas as despesas de transporte nos seus respectivos territórios.

As Altas Partes contratantes esforçar-se-ão para reduzir quanto possível as taxas dos telegramas expedidos pelos prisioneiros de guerra.

Artigo 75.º

Se as operações militares impedirem as Potências interessadas de desempenhar a obrigação que lhes incumbe de assegurar o transporte das remessas previstas nos artigos 70.º, 71.º, 72.º e 77.º, as Potências protectoras interessadas, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outro organismo agregado pelas Partes no conflito poderão tomar medidas para assegurar o transporte destas remessas com os meios adequados (caminhos

de ferro, camiões, barcos ou aviões, etc.). Para este efeito, as Altas Partes contratantes esforçar-se-ão por obter estes meios de transporte e permitir a circulação, em especial concedendo os necessários salvo-condutos.

Estes meios de transporte poderão igualmente ser utilizados para transportar:

- a) A correspondência, as listas e os relatórios trocados entre a Agência central de informações citada no artigo 123.º e os Departamentos nacionais previstos no artigo 122.º;
- b) A correspondência e os relatórios relativos aos prisioneiros de guerra que as Potências protectoras, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outra organização que preste assistência aos prisioneiros delegados ou com as Partes no conflito.

De modo algum estas disposições restringem o direito de qualquer Parte no conflito organizar, se assim o desejar, outros meios de transporte e de dar os salvo-condutos, sob condições a combinar, para tais meios de transporte.

Na falta de acordos especiais, as despesas resultantes do uso destes meios de transporte serão suportados proporcionalmente pelas Partes no conflito cujos súbditos beneficiem destes serviços.

Artigo 76.º

A censura da correspondência dirigida aos prisioneiros de guerra ou expedida por eles deverá ser feita o mais rapidamente possível. Ela não poderá ser feita senão pelos Estados expedidor e destinatário, e uma só vez por cada um deles.

A fiscalização das remessas destinadas aos prisioneiros de guerra não deverá efectuar-se de maneira a prejudicar a conservação dos géneros que contiverem e deve fazer-se, a não ser que se trate de manuscritos ou impressos, em presença do destinatário ou de um camarada seu, devidamente autorizado.

A entrega das remessas individuais ou colectivas aos prisioneiros de guerra não poderá ser demorada sob pretexto de dificuldades de censura.

Qualquer proibição de correspondência ordenada pelas Partes no conflito, por razões militares ou políticas, será apenas temporária e a sua duração deverá ser tão curta quanto possível.

Artigo 77.º

As potências detentoras assegurarão todas as facilidades razoáveis para a transmissão, por intermédio da Potência protectora ou da Agência Central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 123.º, de quaisquer espécies de documentos destinados aos prisioneiros de guerra ou enviados por eles, em especial procurações ou testamentos.

Em todos os casos, as Potências detentora facilitarão aos prisioneiros de guerra a elaboração destes documentos, em especial autorizando-os a consulta a um advogado, e tomarão as medidas necessárias para fazer atestar a autenticidade de tais medidas.

SECÇÃO VI

Relações dos prisioneiros de guerra com as autoridades

CAPÍTULO I

Reclamações dos prisioneiros de guerra devido ao regime do cativo

Artigo 78.º

Os prisioneiros de guerra terão o direito de apresentar às autoridades militares em poder de quem eles se encontrem pedidos relativos às condições de cativo a que estão submetidos.

Eles terão igualmente, sem restrições, o direito de se dirigirem, quer por intermédio do representante dos prisioneiros, quer directamente, se o considerarem necessário, aos representantes das Potências protectoras, para lhes chamar a atenção sobre pontos a respeito dos quais eles tiverem reclamações a fazer relativamente às condições de cativo.

Estes pedidos e reclamações não serão limitados nem considerados como fazendo parte do contingente da correspondência mencionada no artigo 71.º

Deverão ser transmitidos com urgência e não poderão dar lugar a qualquer punição, mesmo se não forem reconhecidos com fundamento.

Os representantes dos prisioneiros poderão enviar aos representantes das Potências protectoras relatórios periódicos sobre a situação nos campos e as necessidades dos prisioneiros de guerra.

CAPÍTULO II

Representantes dos prisioneiros de guerra

Artigo 79.º

Em todos os lugares em que haja prisioneiros de guerra, excepto naqueles em que se encontrem oficiais, os prisioneiros elegerão livremente, em escrutínio secreto, todos os seis meses, mesmo em caso de férias, representantes encarregados de os representar junto das autoridades militares, Potências protectoras, Comissão Internacional da Cruz Vermelha e de qualquer outro organismo que os proteja. Estes representantes serão reelegíveis.

Nos campos de oficiais e equiparados ou em campos mistos o oficial prisioneiro de guerra mais antigo no posto ou de posto mais elevado será considerado como o representante.

Nos campos para oficiais ele será auxiliado por um ou mais auxiliares escolhidos pelos oficiais; nos campos mistos, os seus auxiliares serão escolhidos entre os prisioneiros de guerra não oficiais e eleitos por eles.

Nos campos de trabalho para os prisioneiros de guerra serão colocados oficiais prisioneiros de guerra da mesma nacionalidade para desempenhar as funções administrativas do campo respeitantes aos prisioneiros de guerra.

Estes oficiais poderão ser eleitos como representantes dos prisioneiros conforme as disposições do primeiro parágrafo deste artigo. Neste caso, os auxiliares dos representantes serão escolhidos entre os prisioneiros de guerra que não sejam oficiais.

Todo o representante eleito deverá ser confirmado pela Potência detentora antes do início das suas funções. Se a Potência detentora recusar a confirmação da eleição de um prisioneiro de guerra pelos seus companheiros de cativo, ela deverá dar à Potência protectora as razões da sua recusa.

Em todos os casos, o representante terá a mesma nacionalidade, língua e costumes que os prisioneiros de guerra que ele representa. Deste modo, os prisioneiros de guerra, repartidos pelas diferentes secções de um campo segundo a sua nacionalidade, língua e costumes,

terão em cada uma o seu representante próprio, em conformidade com as disposições dos períodos anteriores.

Artigo 80.º

Os representantes dos prisioneiros deverão contribuir para o bem-estar físico, moral e intelectual dos prisioneiros de guerra.

Particularmente quando os prisioneiros de guerra decidirem organizar entre eles um sistema de assistência mútua, esta organização será da competência dos representantes dos prisioneiros, independentemente das missões especiais que lhes são confiadas por outras disposições desta Convenção.

Os representantes não serão responsáveis, em virtude das suas funções, pelas infracções cometidas pelos prisioneiros de guerra.

Artigo 81.º

Aos representantes dos prisioneiros não lhes será exigido nenhum outro trabalho, se o desempenho das suas funções se tornar mais difícil.

Os representantes dos prisioneiros de guerra poderão designar entre os prisioneiros os auxiliares que lhes forem necessários. Ser-lhes-ão dispensadas todas as facilidades materiais, principalmente certas liberdades de movimento para o desempenho das suas missões (inspecções a destacamentos de trabalho, recepção de remessas de socorro, etc.).

Os representantes dos prisioneiros serão autorizados a visitar os lugares em que estão internados os prisioneiros de guerra e estes terão o direito de consultar livremente o seu representante.

Serão igualmente concedidas todas as facilidades aos representantes dos prisioneiros para a sua correspondência postal e telegráfica com as autoridades detentoras, com as Potências protectoras, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha e seus delegados, com as comissões médicas mistas, assim como com os organismos que prestem assistência aos prisioneiros de guerra. Os representantes dos prisioneiros dos destacamentos de trabalho gozarão das mesmas facilidades para a sua correspondência com o representante dos prisioneiros do campo principal.

Esta correspondência não será limitada nem considerada como fazendo parte do contingente mencionado no artigo 71.º

Nenhum representante de prisioneiros poderá ser transferido sem lhe ser dado tempo necessário para por o seu sucessor a par dos assuntos pendentes.

Em caso de demissão os motivos desta decisão serão comunicados à Potência protectora.

CAPÍTULO III

Sanções penais e disciplinares

I. Disposições gerais

Artigo 82.º

Os prisioneiros de guerra serão submetidos às leis, regulamentos e ordens em vigor nas forças armadas da Potência detentora. Esta será autorizada a tomar as medidas judiciais ou disciplinares a respeito de qualquer prisioneiro de guerra que tenha cometido uma infracção

a estas leis, regulamentos ou ordens. No entanto, não serão autorizados nenhum procedimento ou sanção contrários às disposições deste capítulo.

Se as leis, regulamentos ou ordens da Potência detentora declararem puníveis actos cometidos por prisioneiros de guerra, não sendo estes actos assim considerados quando cometidos por membros das forças armadas da Potência detentora, eles só poderão ser punidos disciplinarmente.

Artigo 83.º

Quando haja dúvida se uma infracção cometida por um prisioneiro de guerra deve ser punida disciplinarmente ou judicialmente, a Potência detentora fará com que as autoridades competentes usem de maior indulgência na apreciação da infracção e adoptem sempre que for possível as medidas disciplinares em vez de medidas judiciais.

Artigo 84.º

Um prisioneiro de guerra só pode ser julgado por tribunais militares, a não ser que as leis em vigor na Potência detentora expressamente permitam os tribunais civis de julgar um membro das suas forças armadas pela mesma infracção de que é acusado o prisioneiro de guerra.

Em nenhum caso um prisioneiro de guerra será julgado por qualquer tribunal que não ofereça as garantias essenciais de independência imparcialidade geralmente reconhecidas e, em especial, cujo procedimento não lhe assegure os direitos e meios de defesa previstos no artigo 105.º

Artigo 85.º

Os prisioneiros de guerra processados, em virtude da legislação da Potência detentora, por actos que eles cometeram antes de serem feitos prisioneiros, beneficiarão, mesmo que sejam condenados, desta Convenção.

Artigo 86.º

Um prisioneiro de guerra não poderá ser punido senão uma vez por motivo da mesma falta ou acusação.

Artigo 87.º

Os prisioneiros de guerra não poderão ser condenado pelas autoridades militares e pelos tribunais da Potência detentora a penas diferentes daquelas previstas para as mesmas faltas cometidas pelos membros das forças armadas desta Potência.

Quando fixarem a pena os tribunais ou autoridades da Potência detentora tomarão em consideração, o mais possível, o facto de que o acusado, não sendo um súbdito da Potência detentora, não está ligado a ela por nenhum dever de fidelidade e que se encontra em seu poder por uma série de circunstâncias independentes da sua própria vontade. Terão a faculdade de atenuar livremente a pena prevista para a infracção de que o prisioneiro é acusado e não serão portanto obrigados a aplicar a pena mínima prescrita.

São proibidas todas as penas colectivas por actos individuais, castigos corporais, encarceramento em locais não iluminados pela luz do dia e, de uma maneira geral, toda a forma de tortura ou de crueldade.

Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser privado da sua graduação pela Potência detentora, nem impedir-se-lhe o uso de emblemas.

Artigo 88.º

Os oficiais, sargentos e praças prisioneiros de guerra cumprindo uma pena disciplinar ou judicial não serão submetidos a um tratamento mais severo do que o previsto para os membros das forças armadas da Potência detentora da mesma graduação que tenham praticado a mesma falta.

As prisioneiras de guerra não serão condenadas a penas mais severas ou, enquanto cumprirem o seu castigo, ser tratadas mais severamente que as mulheres pertencentes às forças armadas da Potência detentora punidas por faltas análogas.

Em nenhum caso as prisioneiras de guerra poderão ser condenadas a uma pena mais severa ou, enquanto cumprirem o castigo, ser tratadas mais severamente que um homem membro das forças armadas da Potência detentora punido por uma falta análoga.

Os prisioneiros de guerra não poderão, depois do cumprimento das penas disciplinares ou judiciais que lhes foram impostas, ser tratados de uma maneira diferente dos outros prisioneiros.

II. Sanções disciplinares

Artigo 89.º

As penas disciplinares aplicadas aos prisioneiros de guerra serão:

- 1) Multa que não pode exceder 50 por cento do adiantamento do vencimento ou do salário previsto nos artigos 60.º e 62.º durante um período que não excederá 30 dias;
- 2) Supressão de regalias concedidas além do tratamento previsto pela presente Convenção;
- 3) Faxinas não excedendo duas horas por dias;
- 4) Prisão.

A pena prevista no n.º 3) não pode ser aplicada a oficiais.

Em caso algum as penas disciplinares poderão ser desumanas, brutais ou perigosas para a saúde dos prisioneiros de guerra.

Artigo 90.º

A duração de um mesmo castigo não irá além de 30 dias.

Em caso de falta disciplinar o tempo de detenção preventiva sofrida antes do julgamento ou de pronunciada a pena será deduzido da pena imposta.

O máximo de 30 dias anteriormente previsto poderá ser excedido, nem mesmo no caso de o prisioneiro de guerra ter de responder disciplinarmente na mesma ocasião por várias faltas, quer estas tenham ou não ligação entre si.

Não decorrerá mais de um mês entre a decisão disciplinares e a sua execução.

Quando um prisioneiro for punido com uma nova pena disciplinar, deverá decorrer um intervalo de três dias, pelo menos, entre a execução de cada uma das penas, desde que a duração de uma delas seja de dez dias ou mais.

Artigo 91.º

A evasão de um prisioneiro de guerra será considerada como tendo tido êxito quando:

- 1) Se tenha reunido às forças armadas da Potência donde depende ou de uma Potência aliada;
- 2) Tenha deixado o território colocado sob a jurisdição da Potência detentora ou de uma Potência aliada desta;
- 3) Tenha atingido um navio arvorando a bandeira da Potência de que ele depende ou de uma Potência aliada que se encontre em águas territoriais da Potência detentora, desde que este navio não esteja colocado sob a autoridade desta última.

Os prisioneiros de guerra que, depois de terem conseguido evadir-se nos termos deste artigo, sejam de novo feitos prisioneiros não estarão sujeitos a nenhum castigo pela sua evasão anterior.

Artigo 92.º

Um prisioneiro de guerra que tente evadir-se e que seja recapturado antes de o ter conseguido, nos termos do artigo 91.º, será apenas punido disciplinarmente por este acto, mesmo em caso de reincidência.

O prisioneiro recapturado será entregue o mais cedo possível às autoridades militares competentes.

Não obstante o § 4 do artigo 88.º, os prisioneiros de guerra punidos em virtude de tentativa de fuga podem ser sujeitos a uma vigilância especial, contanto que este regime não afecte o seu estado de saúde e tenha lugar num campo de prisioneiros de guerra e não implique a supressão de qualquer das garantias concedidas aos prisioneiros pela presente Convenção.

Artigo 93.º

A evasão ou tentativa de evasão, mesmo havendo reincidência, não será considerada como uma circunstância agravante no caso de o prisioneiro de guerra ser submetido a julgamento pelos tribunais por uma infracção cometida durante a evasão ou tentativa de evasão.

Em conformidade com o princípio estipulado no artigo 83.º, as infracções cometidas pelos prisioneiros de guerra com a única intenção de facilitar a sua fuga e que não comportam nenhuma violência contra as pessoas, tais como ofensas contra a propriedade pública, roubo sem desejo de enriquecer, fabricação e utilização de papéis falsos, uso de fatos civis, não deverão dar lugar senão a penas disciplinares.

Os prisioneiros de guerra que tenham cooperado numa evasão ou numa tentativa de evasão estão sujeitos apenas por esta razão a punição disciplinar.

Artigo 94.º

Se um prisioneiro de guerra for recapturado, será feita a respectiva notificação à Potência de que ele depende, nas condições previstas no artigo 122.º, desde que tenha sido feita a notificação da sua evasão.

Artigo 95.º

Os prisioneiros de guerra acusados de faltas disciplinares não serão mantidos em prisão preventiva à espera da decisão, a não ser que esta medida seja aplicável aos membros das forças armadas da Potência detentora por infracções análogas ou que os interesses superiores da manutenção da ordem e da disciplina no campo o exijam.

Para todos os prisioneiros de guerra, a detenção preventiva em casos de faltas disciplinares será reduzida ao mínimo estritamente indispensável e não excederá catorze dias.

As disposições dos artigos 97.º e 98.º deste capítulo aplicar-se-ão aos prisioneiros de guerra em detenção preventiva por faltas disciplinares.

Artigo 96.º

Os factos que constituem faltas contra a disciplina serão objecto de um inquérito imediato.

Sem prejuízo da competência dos tribunais e das autoridades militares superiores, as penas disciplinares não poderão ser aplicadas senão por um oficial munido de poderes disciplinares, na sua qualidade de comandante de campo, ou por um oficial responsável que o substitua ou no qual ele tenha delegado a sua competência disciplinar.

Em nenhum caso esta competência poderá ser delegada num prisioneiro de guerra nem exercida por um prisioneiro de guerra.

Antes de ser pronunciada qualquer pena disciplinar o prisioneiro de guerra acusado será informado com precisão das acusações que lhe são feitas e ser-lhe-á dada oportunidade de explicar a sua conduta e fazer a sua defesa. Ser-lhe-á permitido apresentar testemunhas e recorrer, se for necessário, aos serviços de um intérprete qualificado. A decisão será anunciada ao prisioneiro de guerra e ao representante dos prisioneiros.

O comandante do campo deverá possuir um registo das penas disciplinares aplicadas, que está à disposição dos representantes da Potência protectora.

Artigo 97.º

Os prisioneiros de guerra não serão em caso algum transferidos para estabelecimentos penitenciários (prisões, penitenciárias, degredos, etc.) para cumprimento das penas disciplinares.

Todos os locais de cumprimento de penas disciplinares estarão de acordo com as exigências de higiene previstas no artigo 25.º Aos prisioneiros de guerra punidos deverão ser concedidas as condições necessárias para que se possam manter em estado de limpeza, em conformidade com as disposições do artigo 29.º

Os oficiais e equiparados não estarão detidos nos mesmos locais que os sargentos ou soldados.

As prisioneiras de guerra que estejam a cumprir pena disciplinar estarão detidas em locais distintos dos dos homens e serão colocadas sob a vigilância imediata de mulheres.

Artigo 98.º

Os prisioneiros de guerra detidos no cumprimento de uma pena disciplinar continuarão a beneficiar das disposições da presente Convenção, na medida em que a detenção é compatível com a sua aplicação. Em todo o caso, o benefício dos artigos 78.º e 126.º não lhes poderá ser negado em caso algum.

Os prisioneiros de guerra punidos disciplinarmente não poderão ser privados das prerrogativas inerentes aos seu posto.

Aos prisioneiros de guerra punidos disciplinarmente ser-lhes-á permitido fazer exercícios e estar ao ar livre, pelo menos duas horas por dia. Serão autorizados, a seu pedido, a apresentarem-se à visita médica diária. Receberão os cuidados que necessite o seu estado de saúde e, se for necessário, serão evacuados para a enfermaria do campo ou para o hospital.

Serão autorizados a ler e a escrever, assim como a expedir e a receber cartas. Todavia, as encomendas ou remessas de dinheiro só lhes poderão ser entregues no fim da pena.

Serão confiadas, entretanto, ao representante dos prisioneiros, que enviará para a enfermaria os géneros sujeitos a deterioração contidos nas encomendas.

III. Processos judiciais

Artigo 99.º

Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser julgado ou condenado por um acto que não seja expressamente reprimido pela legislação da Potência detentora ou pelo direito internacional em vigor no dia em que o acto foi praticado.

Nenhuma pressão moral ou física poderá ser exercida sobre um prisioneiro de guerra para o levar a reconhecer-se culpado do acto de que é acusado.

Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser condenado sem ter tido a possibilidade de se defender e sem ter sido assistido por um defensor qualificado.

Artigo 100.º

Os prisioneiros de guerra assim como as Potências protectoras serão informados o mais cedo possível das infracções punidas com pena de morte na legislação da Potência detentora.

Por consequência, qualquer outra infracção não poderá ser punida com a pena de morte sem o acordo da Potência de que dependem os prisioneiros.

A pena de morte não poderá ser pronunciada contra um prisioneiro sem que seja chamada a atenção do tribunal, conforme o segundo parágrafo do artigo 87.º, para o facto de que o acusado, não sendo um súbdito da Potência detentora, não está ligado a ela por nenhum dever de fidelidade e se encontra em seu poder em virtude de circunstâncias independentes da sua própria vontade.

Artigo 101.º

Se for pronunciada a pena de morte contra um prisioneiro de guerra, o julgamento não será executado antes de ter expirado um prazo de, pelo menos, seis meses, a contar do momento em que a comunicação detalhada, prevista no artigo 107.º, tiver sido recebida pela Potência protectora no endereço indicado.

Artigo 102.º

Uma sentença contra um prisioneiro de guerra só pode ser válida se for pronunciada pelos mesmos tribunais e segundo os mesmos que para os membros das forças armadas da Potência detentora e se, além disso, as disposições deste capítulo tiverem sido observadas.

Artigo 103.º

Toda a instrução de um processo contra um prisioneiro de guerra será conduzida tão rapidamente quanto o permitam as circunstâncias e de maneira que o julgamento tenha lugar o mais cedo possível. Nenhum prisioneiro de guerra será mantido em prisão preventiva a não ser que esta medida seja aplicável aos membros das forças armadas da Potência detentora em virtude de faltas análogas ou que o interesse da segurança nacional o exija. Esta detenção preventiva não durará, em caso algum, mais de três meses.

Todo o tempo de duração da detenção preventiva de um prisioneiro de guerra será deduzido da pena de prisão a que for condenado, devendo ter-se isto em conta no momento de fixar a pena.

Durante a sua detenção preventiva os prisioneiros de guerra continuarão a beneficiar das disposições dos artigos 97.º e 98.º, deste capítulo.

Artigo 104.º

Em todos os casos em que a Potência detentora tenha resolvido iniciar processo judicial contra um prisioneiro de guerra avisará de tal facto a Potência protectora tão cedo quanto possível e pelo menos três semanas antes do início do julgamento. Este período de três semanas não poderá começar a ser contado senão a partir do momento em que tal notificação chegue à Potência protectora, ao endereço previamente indicado por esta à Potência detentora.

Esta notificação conterá as indicações seguintes:

- 1) O apelido, nome e prenome do prisioneiro de guerra, a sua graduação, o seu número de matrícula, a data do seu nascimento e a sua profissão;
- 2) O local de internamento ou de detenção;
- 3) Especificação da acusação ou acusações ao prisioneiro de guerra, com menção das disposições legais aplicáveis;
- 4) Indicação do Tribunal que julgará o processo, assim como a data e o local previstos para o início do julgamento.

A mesma comunicação será feita pela Potência detentora ao representante do prisioneiro de guerra.

Se no início do julgamento não houver prova de que a notificação atrás referida foi recebida pela Potência protectora, pelo prisioneiro de guerra e pelo representante do prisioneiro interessado pelo menos três semanas antes, este não se poderá realizar e o julgamento será adiado.

Artigo 105.º

O prisioneiro de guerra terá o direito de ser assistido por um dos seus camaradas prisioneiros, de ser defendido por um advogado qualificado da sua escolha, de apresentar testemunhas e de recorrer, se o julgar necessários, aos serviços de um intérprete competente. Será avisado destes direitos em devido tempo, antes do julgamento, pela Potência detentora.

Se o prisioneiro de guerra não tiver escolhido defensor, a Potência protectora nomeará um, para o que disporá, pelo menos, de uma semana. A pedido da Potência protectora, a Potência detentora enviar-lhe-á uma lista de pessoas qualificadas para assegurarem a defesa. No caso em que nem o prisioneiro de guerra nem a Potência protectora tiverem escolhido um defensor, a Potência detentora designará um advogado qualificado para defender o acusado.

Para preparar a defesa do acusado o defensor disporá de um prazo de duas semanas, pelo menos, antes do início do julgamento, assim como de todas as facilidades necessárias; poderá em especial, visitar livremente o acusado e conservar com ele sem testemunhas. Poderá conferenciar com todas as testemunhas de defesa, incluindo prisioneiros de guerra. Beneficiará destas facilidades até à expiração dos prazos dos recursos.

O prisioneiro de guerra acusado receberá, o mais cedo possível, antes do início do julgamento, comunicação, numa língua que ele compreenda, do acto de acusação, assim como

dos documentos que são geralmente comunicados ao acusado nos termos das leis em vigor no exercício da Potência detentora.

A mesma comunicação deverá ser feita nas mesmas condições ao seu defensor.

Os representantes da Potência protectora terão o direito de assistir ao julgamento, salvo se este tiver, excepcionalmente, de ser secreto, no interesse da segurança do Estado; neste caso, a Potência detentora avisará a Potência protectora.

Artigo 106.º

Todo o prisioneiro de guerra terá nas mesmas condições que os membros das forças armadas da Potência detentora o direito de recurso ou de protecção sobre qualquer sentença pronunciada contra ele, com vista à anulação ou revisão da sentença ou repetição do julgamento. Será devidamente informado dos seus direitos de recursos, assim como dos prazos dentro dos quais os pode exercer.

Artigo 107.º

Toda a sentença pronunciada contra um prisioneiro de guerra será imediatamente comunicada à Potência protectora sob a forma de uma comunicação resumida, indicando também se o prisioneiro tem direito a recurso com fim de ser anuladas a sentença ou repetido o julgamento. Esta comunicação será feita também ao representante do prisioneiro de guerra interessado, e ao prisioneiro de guerra, numa língua que ele entenda, se a sentença não for pronunciada na sua presença.

A Potência detentora também comunicará imediatamente à Potência protectora a decisão do prisioneiro de guerra de utilizar ou não os seus direitos de recurso.

Além disto, no caso de a condenação se tornar definitiva e de se tratar da pena de morte, em caso de condenação pronunciada em 1.ª instância, a Potência detentora dirigirá, o mais cedo possível, a Potência protectora, uma comunicação detalhada contendo:

- 1) O texto exacto da sentença;
- 2) Um relatório resumido da instrução e do julgamento, destacando em especial os elementos da acusação e de defesa;
- 3) Indicação, quando for aplicável, do estabelecimento onde será cumprida a pena.

As comunicações previstas nas alíneas precedentes serão feitas à Potência protectora para o endereço que ele tenha previamente comunicado à Potência detentora.

Artigo 108.º

As penas proferidas contra prisioneiros de guerra em resultado de decisões tornadas regularmente executórias serão cumpridas nos mesmos estabelecimentos e nas mesmas condições que as dos membros das forças armadas da Potência detentora.

Estas condições estarão em todos os casos de acordo com as exigências da higiene e da humanidade.

Uma prisioneira de guerra contra a qual seja pronunciada uma tal pena será colocada em locais separados e será submetida à vigilância de mulheres.

Em todos os casos, os prisioneiros de guerra condenados a uma pena que os prive da liberdade continuarão a beneficiar das disposições dos artigos 78.º e 126.º desta Convenção.

Serão também autorizados a receber e a expedir correspondência, a receber, pelo menos, uma encomenda por mês, a fazer regularmente os exercícios ao ar livre e a receber os cuidados médicos e a assistência espiritual de que necessitarem. Os castigos que lhes possam ser aplicados estarão conforme as disposições constantes do terceiro parágrafo do artigo 87.º.

TÍTULO IV

Fim do cativo

SECÇÃO I

Repatriamento directo e concessão de hospitalidade em países neutros

Artigo 109.º

As Partes no conflito serão obrigadas, sob reserva do terceiro parágrafo do presente artigo, a enviar para o seu país, independentemente do número e da graduação e depois de os ter posto em condições de serem transportados, os prisioneiros de guerra gravemente doentes e gravemente feridos, conforme o parágrafo primeiro do artigo seguinte.

Durante a duração das hostilidades, as Partes no conflito esforçar-se-ão, com o concurso das Potências neutras interessadas, por organizar a instalação em países neutros dos prisioneiros feridos ou doentes incluídos no segundo parágrafo do artigo seguinte; poderão também concluir acordos com o fim do repatriamento directo ou do internamento em países neutros dos prisioneiros válidos que tenham sofrido um longo cativo.

Nenhum prisioneiro de guerra ferido ou doente escolhido para ser repatriado nos termos do primeiro parágrafo deste artigo poderá ser repatriado contra sua vontade durante as hostilidades.

Artigo 110.º

Serão repatriados directamente:

- 1) Os feridos e doentes incuráveis cuja aptidão intelectual ou física pareça ter sofrido diminuição considerável;
- 2) Os feridos e os doentes que, de acordo com as opiniões médicas, não sejam susceptíveis de cura no espaço de um ano, cujo estado exija tratamento e cuja aptidão intelectual ou física pareça ter sofrido uma diminuição considerável;
- 3) Os feridos e os doentes curados cuja aptidão intelectual ou física pareça ter sofrido uma diminuição considerável e permanente.

Poderão ser instalados em país neutro:

- 1) Os feridos e os doentes cuja cura possa considerar-se possível dentro de um ano, a partir da data do ferimento ou do início da doença, se o tratamento no país neutro deixar prever uma cura mais certa e mais rápida;
- 2) Os prisioneiros de guerra cuja saúde intelectual ou física esteja, segundo as opiniões médicas, ameaçada seriamente pela continuação do cativo, mas que uma permanência em país neutro possa subtrair a esta ameaça.

As condições a que deverão satisfazer os prisioneiros de guerra instalados em país neutro para serem repatriados serão fixadas, assim como o seu estatuto, por acordo entre as

Potências interessadas. Em geral, serão repatriados os prisioneiros de guerra instalados em país neutro que pertençam às categorias seguintes:

- 1) Aqueles cujo estado de saúde se tenha agravado de maneira a satisfazerem as condições de repatriamento directo;
- 2) Aqueles cuja aptidão intelectual ou física fique depois de tratamento consideravelmente diminuída.

Na falta de acordos especiais concluídos entre as Partes no conflito interessadas com o fim de determinar os casos de invalidez ou de doença que obriguem a repatriamento directo ou instalação em país neutro estes casos serão fixados em conformidade com os princípios contidos no acordo-tipo relativo ao repatriamento directo e à instalação em país neutro dos prisioneiros de guerra feridos e doentes e no regulamento relativo às comissões médicas anexos à presente Convenção.

Artigo 111.º

A Potência detentora, a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra e uma Potência neutra em cuja designação estas duas Potências concordem esforçar-se-ão por concluir acordos que permitam o internamento dos prisioneiros de guerra em território da referida Potência neutra até ao fim das hostilidades.

Artigo 112.º

Logo no início do conflito serão designadas comissões médicas mistas com o fim de examinarem os prisioneiros doentes e feridos e de tomarem as decisões apropriadas relativas a eles.

A nomeação, os deveres e o funcionamento destas comissões estarão de acordo com as disposições do regulamento anexo à presente Convenção.

Contudo, os prisioneiros de guerra que, na opinião das autoridades médicas da Potência detentora, sejam manifestamente feridos graves ou doentes graves poderão ser repatriados sem que tenham de ser examinados por uma comissão médica mista.

Artigo 113.º

Além dos que tenham sido indicados pelas autoridades médicas da Potência detentora, os prisioneiros feridos ou doentes pertencentes às categorias a seguir indicadas terão a faculdade de se apresentar para exame das comissões médicas mistas previstas no artigo precedente:

- 1) Os feridos e os doentes propostos por um médico compatriota ou súbdito de uma Potência parte no conflito aliada da Potência de que dependem e que exerça as suas funções no campo;
- 2) Os feridos e os doentes propostos pelo representante dos prisioneiros;
- 3) Os feridos e os doentes que tenham sido propostos pela Potência de que eles dependem ou por um organismo reconhecido por esta Potência que preste assistência aos prisioneiros.

Os prisioneiros de guerra que não pertençam a nenhuma das três categorias acima indicadas poderão contudo apresentar-se ao exame das comissões médicas mistas, mas só serão examinados depois dos destas categorias.

O médico compatriota dos prisioneiros de guerra submetidos ao exame da comissão médica mista e o representante dos prisioneiros serão autorizados a assistir a este exame.

Artigo 114.º

Os prisioneiros de guerra vítimas de acidentes, com excepção dos feridos voluntários, têm direitos às disposições desta Convenção no que respeita ao repatriamento ou eventual instalação em país neutro.

Artigo 115.º

Nenhum prisioneiro de guerra que tenha sido punido disciplinarmente e que esteja nas condições previstas para repatriamento ou instalação em país neutro poderá ser retido em virtude de não ter ainda cumprido a pena.

Os prisioneiros de guerra acusados ou condenados judicialmente que estejam indicados para o repatriamento ou instalação em país neutro poderão beneficiar destas medidas antes do fim do processo ou da execução da pena, se a Potência detentora o autorizar.

As Partes no conflito comunicarão mutuamente os nomes daqueles que ficarão retidos até ao fim do processo ou da execução da pena.

Artigo 116.º

As despesas de repatriamento dos prisioneiros de guerra ou do seu transporte para um país neutro estarão a cargo da Potência de que dependem estes prisioneiros a partir da fronteira da Potência detentora.

Artigo 117.º

Nenhum repatriado poderá ser empregado em serviço militar activo.

SECÇÃO II

Libertação e repatriamento dos prisioneiros de guerra no fim das hostilidades

Artigo 118.º

Os prisioneiros de guerra serão libertados e repatriados sem demora depois do fim das hostilidades activas.

Na ausência de disposições para este efeito num acordo entre as Partes no conflito para pôr fim às hostilidades, ou na falta de um tal acordo, cada uma das Potências detentoras estabelecerá e executará sem demora um plano de repatriamento conforme o princípio enunciado no parágrafo anterior.

Num e noutro caso, as medidas adoptadas serão levadas ao conhecimento dos prisioneiros de guerra.

As despesas de repatriamento dos prisioneiros de guerra serão em todos os casos repatriadas de um maneira equitativa entre a Potência detentora e a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra.

Para este efeito, serão observados os seguintes princípios nesta repartição:

- a) Quando estas duas Potências forem limítrofes, a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra suportará os encargos do seu repatriamento a partir da fronteira da Potência detentora;
- b) Quando estas duas Potências não forem limítrofes, a Potência detentora suportará os encargos do transporte dos prisioneiros de guerra no seu território até à sua fron-

teira ou ao seu ponto de embarque mais próximo da Potência de que eles dependem. Quanto às outras despesas resultantes do repatriamento, as Partes interessadas pôr-se-ão de acordo para as repartir equitativamente entre si.

A conclusão de um tal acordo não poderá em caso algum justificar a menor demora no repatriamento dos prisioneiros de guerra.

Artigo 119.º

Os repatriamentos serão efectuados em condições análogas às previstas nos artigos 46.º a 48.º; inclusive, desta Convenção para a transferência dos prisioneiros de guerra, tendo em conta as disposições do artigo 118.º, assim como as que se seguem.

Quando do repatriamento, os objectos de valor retirados aos prisioneiros de guerra, conforme as disposições do artigo 18.º e as quantias em moeda estrangeira que não tenham sido convertidas na moeda da Potência detentora ser-lhes-ão restituídas. Os objectos de valor e as quantias em moeda estrangeira que, por qualquer motivo, não tenham sido restituídos aos prisioneiros de guerra na altura do repatriamento serão enviados ao departamento de informações previsto pelo artigo 122.º.

Os prisioneiros de guerra serão autorizados a levar consigo os seus bens pessoais a sua correspondência e os volumes que tenham recebido; o peso da bagagem poderá ser limitado, se as circunstâncias do repatriamento o exigirem, ao que o prisioneiro puder razoavelmente transportar; em todo o caso, cada prisioneiro será autorizado a levar consigo pelo menos 25 kg.

Os outros bens pessoais do prisioneiro repatriado serão guardados pela Potência detentora; esta entregá-los-á logo que tiver concluído com a Potência de que depende o prisioneiro um acordo fixando as modalidades do seu transporte e o pagamento das despesas que o mesmo ocasionar.

Os prisioneiros de guerra que estiverem sujeitos a processo criminal por um crime ou delito de direito penal poderão ser retidos até ao fim do processo e, se for necessário, até ao fim da pena. O mesmo se aplicará àqueles que estiverem já condenados por um crime ou delito de direito penal.

As Partes no conflito comunicarão mutuamente os nomes dos prisioneiros de guerra que ficaram retidos até ao fim do processo ou da execução da pena.

As Partes no conflito entender-se-ão para constituir comissões com o fim de procurar os prisioneiros dispersos e assegurar o seu repatriamento no mais curto prazo possível.

SECÇÃO III

Morte dos prisioneiros de guerra

Artigo 120.º

Os testamentos dos prisioneiros de guerra serão feitos de maneira a satisfazerem às condições de validade requeridas pela legislação do seu país de origem, que tomará as medidas necessárias para levar estas condições ao conhecimento da Potência detentora. A pedido do prisioneiro de guerra e, em todos os casos, depois da sua morte o testamento será transmitido sem demora à Potência protectora e enviada uma cópia autêntica à Agência central de informações.

Serão enviados no mais curto prazo possível à Repartição de informações dos prisioneiros de guerra, instituída conforme o artigo 122.º, as certidões de óbito, de acordo com o modelo anexo a esta Convenção, ou relações autenticadas, por um oficial responsável, de todos os prisioneiros de guerra mortos no cativeiro. Os elementos de identificação cuja relação conta do terceiro parágrafo do artigo 17.º o lugar e a data da morte, a sua causa, o local e a data da inumação, assim como todas as informações necessárias para identificar as sepulturas, deverão figurar nestes certificados ou nestas relações.

O enterramento ou incineração de um prisioneiro de guerra deverá ser precedido de um exame médico do corpo, a fim de constatar a morte, permitir a redacção de um relatório e, se necessário, estabelecer a identidade do morto. As autoridades detentoras velarão por que os prisioneiros de guerra mortos no cativeiro sejam enterrados honrosamente, se possível seguindo os ritos da religião a que pertencem, e que as suas sepulturas sejam respeitadas, convenientemente conservadas e marcadas de maneira a poderem ser sempre identificadas. Sempre que for possível, os prisioneiros de guerra mortos que dependiam da mesma Potência serão enterrados no mesmo local.

Os prisioneiros de guerra mortos serão enterrados individualmente e só em caso de força maior terão sepultura colectiva.

Os corpos não poderão ser incinerados senão por razões imperiosas da higiene ou se a religião do morto o exige ou ainda se ele exprimiu esse desejo. No caso de incineração o facto será mencionado e os motivos explicados na acta de falecimento.

Para que as sepulturas possam sempre ser identificadas, deverá ser criado pela Potência detentora um serviço de registo de sepulturas, que registará todas as informações relativas às inumações e às sepulturas. As relações de sepulturas e as informações relativas aos prisioneiros de guerra inumados nos cemitérios ou em qualquer outro lugar serão enviadas à Potência de que dependem estes prisioneiros de guerra. Incumbirá à Potência que fiscaliza o território, se for parte nesta Convenção, cuidar destes túmulos e registar toda a transferência posterior dos corpos. Estas disposições aplicar-se-ão também às cinzas; que serão conservadas pelo serviço de registo de sepulturas até que o país de origem faça conhecer as disposições definitivas que deseje tomar a este respeito.

Artigo 121.º

Toda a morte ou ferimento grave de um prisioneiro de guerra causados ou suspeitos de terem sido provocados por uma sentinela, por um outro prisioneiro de guerra ou por qualquer outra pessoa, assim como toda a morte cuja causa foi desconhecida, serão seguidos imediatamente de um inquérito oficial da Potência detentora. Será feita imediatamente uma comunicação a este respeito à Potência protectora. Serão recolhidos os depoimentos das testemunhas, principalmente os dos prisioneiros de guerra, sendo enviado à Potência protectora um relatório com aqueles depoimentos.

Se o inquérito concluir pela culpabilidade de uma ou mais pessoas, a Potência detentora tomará todas as medidas para que a responsável ou às responsáveis sejam processadas judicialmente.

TÍTULO V

Departamentos de informações e sociedades de auxílio respeitantes aos prisioneiros de guerra

Artigo 122.º

Desde o início de um conflito, e em todos os casos de ocupação, cada uma das partes no conflito constituirá um Departamento oficial de informações acerca dos prisioneiros de guerra que se encontrem em seu poder; as Potências neutras ou não beligerantes que tenham recebido no seu território pessoas pertencentes a uma das categorias visadas no artigo 4.º actuarão da mesma maneira a respeito destas pessoas. A Potência interessada providenciará para que o Departamento de informações disponha de locais, do material e do pessoal necessários para que possa funcionar eficazmente. Poderá empregar no citado Departamento prisioneiros de guerra, desde que respeite as condições estipuladas na secção da presente Convenção respeitante ao trabalho dos prisioneiros de guerra.

No mais curto prazo possível cada uma das Partes no conflito dará ao seu Departamento as informações a que se referem os parágrafos quarto, quinto e sexto deste artigo, a respeito de todas as pessoas inimigas pertencentes a uma das categorias visadas no artigo 4.º e que tenham caído em seu poder. As Potências neutras ou não beligerantes procederão da mesma maneira a respeito das pessoas destas categorias que tiverem recebido no seu território.

A Repartição fará chegar imediatamente, pelos meios mais rápidos, estas informações às Potências interessadas, por intermédio, por um lado, das Potências protectoras e, por outro lado, da Agência central, prevista no artigo 123.º

Estas informações deverão permitir avisar rapidamente as famílias interessadas. Sujeita às disposições do artigo 17.º; a informação incluirá, tanto quanto seja possível obter no Departamento de informações a respeito de cada prisioneiro de guerra, o seu apelido nome e prenomes, posto, ramo da força armada, número de matrícula ou pessoal, local e data completa do nascimento, indicação da Potência de que depende, primeiro nome do pai e nome de solteira da mãe, nome e endereço da pessoa que deve ser informada, assim como o endereço a dar à correspondência dirigida ao prisioneiro.

O Departamento de informações receberá dos diversos serviços competentes as indicações relativas às transferências, libertações, repatriamentos, evasões, hospitalizações, mortes, e transmiti-los-á da maneira prevista no terceiro parágrafo citado.

Da mesma maneira, as informações sobre o estado de saúde dos prisioneiros de guerra doentes ou feridos gravemente serão transmitidas regularmente, e, se possível, todas as semanas.

O Departamento de informações será igualmente encarregado de responder a todas as perguntas que lhe sejam dirigidas respeitantes aos prisioneiros de guerra, incluindo aqueles que tenham morrido no cativeiro, e procederá aos inquéritos necessários com o fim de obter as informações pedidas que não possua.

Todas as comunicações escritas feitas pelo Departamento serão autenticadas por uma assinatura ou por um selo.

O Departamento de informações será também encarregado de recolher e de transmitir às Potências interessadas todos os objectos pessoais de valor, incluindo as quantias numa moeda diferente da da Potência detentora e os documentos que representem valor para os parentes próximos, deixados pelos prisioneiros de guerra quando do seu repatriamento, libertação, evasão ou morte. Estes objectos serão enviados em embrulhos selados pelo Departamento; serão juntos a estes embrulhos declarações fixando com precisão a identidade das pessoas a quem os objectos pertencem, assim como um inventário completo do

embrulho. Os outros bens pessoais dos prisioneiros em causa serão enviados de acordo com as combinações concluídas entre as Partes no conflito interessadas.

Artigo 123.º

Num dos países neutros será criada uma agência central de informações sobre os prisioneiros de guerra. A Comissão Internacional da Cruz Vermelha proporá às coerências interessadas, se o julgar necessário, a organização de uma tal agência.

Esta Agência será encarregada de concentrar todas as informações que digam respeito aos prisioneiros de guerra que possa obter pelas vias oficiais ou privadas; ela transmiti-las-á o mais rapidamente possível ao país de origem dos prisioneiros ou a Potência de que eles dependem. Receberá das partes no conflito todas as facilidades para efectuar estas transmissões.

As ditas Partes contratantes, e em especial aquelas cujos súbditos beneficiem dos serviços da Agência central, são convidadas a dar a esta o auxílio financeiro de que tenham necessidade.

Estas disposições não deverão ser interpretadas como restringindo a actividade humanitária da Comissão Internacional da Cruz Vermelha e das actividades de auxílio mencionadas no artigo 125.º.

Artigo 124.º

Os Departamentos nacionais de informações e a Agência central de informações beneficiarão da isenção de porte de correio, assim como de todas as excepções previstas no artigo 74.º e, na medida do possível, da franquia telegráfica ou, pelo menos, de importantes reduções de taxas

Artigo 125.º

Sob reserva das medidas que as Potências detentoras possam considerar indispensáveis para garantir a sua segurança ou fazer face a qualquer necessidade razoável, estas Potências reservarão o melhor acolhimento às organizações religiosas, sociedades de auxílio ou qualquer outro organismo que preste auxílio aos prisioneiros de guerra. As referidas Potências conceder-lhes-ão todas as facilidades necessárias, assim como aos seus delegados devidamente acreditados, para visitar os prisioneiros, distribuir-lhes recursos e material de qualquer proveniência destinados a fins religiosos, educativos, recreativos, ou para os ajudar a organizar as suas distrações no interior dos campos. As sociedades ou organismos citados podem ser constituídos, quer no território da Potência detentora, quer no dum outro país, quer ainda com um carácter internacional.

A Potência detentora poderá limitar o número de sociedades e de organismos cujos delegados sejam autorizados a exercer a sua actividade no seu território e sob a sua fiscalização, com a condição de que uma tal limitação não impeça a concessão duma ajuda eficaz e suficiente a todos os prisioneiros de guerra.

A situação particular da Comissão Internacional da Cruz Vermelha neste domínio será sempre reconhecida e respeitada.

Logo que os socorros ou o material para os fins atrás indicados sejam entregues aos prisioneiros de guerra, ou pelo menos num curto prazo, serão enviados à sociedade de socorros ou ao organismo expedidor os recibos assinados pelo representante dos prisioneiros relativos a cada uma das encomendas dirigidas. Serão enviados simultaneamente

recibos relativos a essas remessas pelas autoridades administrativas que têm a seu cargo a guarda dos prisioneiros.

TÍTULO VI

Execução da Convenção

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 126.º

Os representantes ou os delegados das Potências protectoras serão autorizados a visitar todos os locais em que se encontrem prisioneiros de guerra, principalmente locais de internamento, de detenção e de trabalho; terão acesso a todos os locais utilizados pelos prisioneiros. Serão igualmente autorizados a deslocar-se a todos os locais de partida, de paragem e de chegada dos prisioneiros transferidos. Poderão encontrar-se sem testemunhas com os prisioneiros, e em especial com o representante dos prisioneiros, por intermédio dum intérprete se for necessário.

Será dada aos representantes e aos delegados das Potências protectoras toda a liberdade na escolha dos locais que desejem visitar; a duração e a frequência destas visitas não serão limitadas. Não serão proibidas senão por imperiosas necessidades militares e somente a título excepcional e temporário.

A Potência detentora e a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra a visitar poderão acordar, se for necessário, em que compatriotas desses prisioneiros sejam admitidos a participar nestas visitas.

Os delegados da Comissão Internacional da Cruz Vermelha beneficiarão das mesmas prerrogativas. A designação destes delegados será submetida à aprovação da Potência em poder da qual se encontram os prisioneiros de guerra a visitar.

Artigo 127.º

As Altas Partes contratantes comprometem-se a difundir o mais possível, em tempo de paz e em tempo de guerra, o texto desta Convenção nos seus respectivos países e principalmente a incluir o seu estudo nos programas de instrução militar e, se possível, civil, de tal maneira que os seus princípios sejam conhecidos do conjunto das suas forças armadas e da população.

As autoridades militares ou outras que, em tempo de guerra, assumirem responsabilidades a respeito dos prisioneiros de guerra, deverão possuir o texto da Convenção e ser instruídas especialmente nas suas disposições.

Artigo 128.º

As Altas Partes contratantes trocarão, por intermédio do Conselho Federal Suíço e, durante as hostilidades, por intermédio das Potências protectoras, as traduções oficiais desta Convenção, assim como as leis e regulamentos que elas possam ser levadas a adoptar para assegurarem a sua aplicação.

Artigo 129.º

As Altas Partes contratantes comprometem-se a tomar todas as medidas legislativas necessárias para fixar as sanções penais próprias a aplicar às pessoas que tenham cometido ou

dado ordem para cometer qualquer das infracções graves desta Convenção definidas no artigo seguinte.

Cada Parte contratante terá obrigação de procurar as pessoas acusadas de terem cometido ou mandado praticar qualquer destas infracções graves e deverá enviá-las aos seus próprios tribunais, qualquer que seja a sua nacionalidade. Poderá também, se o preferir, e segundo as condições previstas pela própria legislação, enviá-las para julgamento a uma Parte contratante interessada no processo, desde que esta Parte contratante tenha acumulado contra as referidas pessoas acusações suficientes.

Cada Parte contratante tomará as medidas necessárias para fazer cessar os actos contrários às disposições da presente Convenção, além das infracções graves definidas no artigo seguinte.

Em todas as circunstâncias, os acusados beneficiarão de garantias de processo e de livre defesa, que não serão inferiores às previstas pelos artigos 105.º e seguintes da presente Convenção.

Artigo 130.º

Os delitos graves referidos no artigo precedente são aqueles que abrangem qualquer dos actos seguintes, se forem cometidos contra pessoas ou bens protegidos pela presente Convenção: homicídio voluntário, a tortura ou os tratamentos desumanos, incluindo as experiências biológicas, o propósito de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou atentados graves contra a integridade física ou saúde, obrigar um prisioneiro de guerra a servir nas forças armadas da Potência inimiga, ou o propósito de privá-lo do seu direito de ser julgado regular e imparcialmente segundo as prescrições da presente Convenção.

Artigo 131.º

Nenhuma Alta Parte contratante poderá escusar-se nem isentar uma outra Parte contratante das responsabilidades contraídas por si mesmo ou por outra Parte contratante por motivo dos delitos citados no artigo precedente.

Artigo 132.º

A pedido de uma Parte no conflito, deverá ser aberto um inquérito, em condições a fixar entre as Partes interessadas, a respeito de toda a violação alegada da Convenção.

Se não se conseguir acordo sobre o modo de realizar o inquérito, as Partes concordarão na escolha de um árbitro, que resolverá sobre o processo a seguir.

Uma vez verificada a violação, as Partes no conflito acabarão com ela, reprimindo-a o mais rapidamente possível.

SECÇÃO II

Disposições finais

Artigo 133.º

Esta Convenção está redigida em francês e em inglês.

Os dois textos são igualmente autênticos.

O Conselho Federal Suíço ordenará as traduções oficiais da Convenção nas línguas russa e espanhola.

Artigo 134.º

A presente Convenção substitui a Convenção de 27 de Julho de 1929 nas relações entre as Altas Partes contratantes.

Artigo 135.º

Nas relações entre as Potências unidas pela Convenção de Haia respeitantes às leis e costumes da guerra em terra, quer se trate da de 29 de Julho de 1899, quer da de 18 de Outubro de 1907, e que participem da presente Convenção, esta completará a Secção II do Regulamento apenso às referidas Convenções de Haia.

Artigo 136.º

A presente Convenção, que tem a data de hoje, poderá ser assinada até 12 de Fevereiro de 1960 em nome das Potências representadas na Conferência que se iniciou em Genebra de 21 de Abril de 1949, assim como pelas Potências não representadas nesta Conferência que participam na Convenção de 27 de Julho de 1929.

Artigo 137.º

A presente Convenção será ratificada logo que seja possível e as ratificações serão depositadas em Berna.

Será lavrada uma acta de depósito de cada ratificação, uma cópia da qual, devidamente autenticada, será remetida pelo Conselho Federal Suíço a todas as Potências em nome das quais a Convenção tenha sido assinada ou cuja adesão tenha sido notificada.

Artigo 138.º

A presente Convenção entrará em vigor seis meses depois de terem sido depositados pelo menos dois instrumentos de ratificação.

Ulteriormente, entrará em vigor, para cada Alta Parte contratante, seis meses depois do depósito do seu instrumento de ratificação.

Artigo 139.º

A partir da data da sua entrada em vigor a presente Convenção estará aberta à adesão de qualquer Potência em nome da qual esta convenção não tiver sido assinada.

Artigo 140.º

As adesões serão notificadas por escrito ao Conselho Federal Suíço e produzirão os seus efeitos seis meses depois da data em que ali foram recebidas.

O Conselho Federal Suíço comunicará as adesões a todas as Potências em nome das quais a Convenção tiver sido assinada ou a adesão notificada.

Artigo 141.º

As situações previstas nos artigos 2.º e 3.º darão efeito imediato às ratificações depositadas e às adesões notificadas pelas Partes no conflito antes ou depois do início das hostilidades ou da ocupação. O Conselho Federal Suíço comunicará pela via mais rápida as ratificações ou adesões recebidas das Partes no conflito.

Artigo 142.º

Cada uma das Altas Partes contratantes terá a faculdade de denunciar a presente Convenção.

A denúncia será ratificada por escrito no Conselho Federal Suíço. Este comunicará a notificação aos governos de todas as Altas Partes contratantes.

A denúncia produzirá os seus efeitos um ano depois da sua notificação ao Conselho Federal Suíço. Contudo, a denúncia notificada, quando a Potência denunciante estiver envolvida num conflito, não produzirá qualquer efeito senão depois de a paz ter sido concluída, e em qualquer caso enquanto as operações de libertação e de repatriamento das pessoas protegidas pela presente Convenção não estiverem terminadas.

A denúncia somente terá validade em relação à Potência denunciante.

Não terá qualquer efeito sobre as obrigações que as Partes no conflito serão obrigadas a desempenhar em virtude dos princípios do direito das gentes tais como resultam dos usos estabelecidos entre os povos civilizados das leis da humanidade e das exigências da consciência pública.

Artigo 143.º

O Conselho Federal Suíço fará registar a presente Convenção no Secretariado das Nações Unidas. O Conselho Federal Suíço informará igualmente o Secretariado das Nações Unidas de todas as ratificações, adesões e denúncias que possa receber a respeito da presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus Governos respectivos, assinaram a presente Convenção.

Feita em Genebra, em 12 de Agosto de 1949, nas línguas francesa e inglesa, devendo o original ser depositado nos arquivos da Confederação Suíça. O Conselho Federal Suíço enviará uma cópia autenticada da Convenção a cada um dos Estados signatários, assim como aos Estados que tiverem aderido à Convenção.

(Seguem as assinaturas)

V. DECLARAÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DE TODAS AS PESSOAS CONTRA A TORTURA E OUTRAS PENAS OU TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES (1975)²⁷

Adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 3452, de 9 de Dezembro de 1975.

A Assembleia Geral,

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que estes direitos emanam da dignidade inerente à pessoa humana,

Considerando igualmente a obrigação que incumbe aos Estados em virtude da Carta, particularmente do artigo 55.º, de promover o respeito universal e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais,

Tendo em conta o artigo 5.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o artigo 7.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, que proclamam que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes,

Aprova a Declaração sobre a Protecção de Todas as Pessoas Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, cujo texto se anexa à presente resolução, como norma de orientação para todos os Estados e demais entidades que exerçam um poder efectivo.

ANEXO

Declaração sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Artigo 1.º

1. Para os efeitos da presente Declaração, entende-se por tortura todo o acto pelo qual um funcionário público, ou outrem por ele instigado, inflija intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, com o fim de obter dela ou de terceiro uma informação ou uma confissão, de a punir por um acto que tenha cometido ou se suspeite que cometeu, ou de intimidar essa ou outras pessoas. Não se consideram tortura as penas ou sofrimentos que sejam consequência unicamente da privação legítima da liberdade, inerentes a esta sanção ou por ela provocados, na medida em que estejam em consonância com as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos.

2. A tortura constitui uma forma agravada e deliberada de pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante.

Artigo 2.º

Qualquer acto de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante constitui uma ofensa à dignidade humana e será condenado como violação dos objectivos da Carta das Nações Unidas e dos direitos do homem e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

²⁷ Documento acedido em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-37.html>.

Artigo 3.º

Nenhum Estado permitirá ou tolerará a tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Não poderão ser invocadas circunstâncias excepcionais tais como o estado de guerra ou de ameaça de guerra, a instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificação para a tortura ou de outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 4.º

Todos os Estados tomarão, em conformidade com as disposições da presente Declaração, medidas efectivas para impedir que se pratiquem dentro da sua jurisdição torturas ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 5.º

Na formação do pessoal encarregado da aplicação das leis e na dos outros agentes da função pública responsáveis por pessoas privadas de liberdade, assegurar-se-á que seja tida plenamente em conta a proibição da tortura e de outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Essa proibição deve igualmente figurar, de forma apropriada, nas normas ou instruções gerais relativas aos deveres e funções de todos aqueles que possam ser chamados a intervir na guarda ou tratamento daquelas pessoas.

Artigo 6.º

Todos os Estados examinarão periodicamente os métodos de interrogatório e as disposições relativas à custódia e de tratamento das pessoas privadas de liberdade no seu território, a fim de prevenir qualquer caso de tortura ou de outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 7.º

Todos os Estados assegurarão que os actos de tortura definidos no artigo 1.º constituem crimes face à sua legislação penal. O mesmo se aplicará aos actos que constituem participação, cumplicidade, incitamento ou tentativa de cometer tortura.

Artigo 8.º

Toda a pessoa que alegue ter sido submetida a tortura ou a outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, por um funcionário público ou a instigação do mesmo, terá direito a que o seu caso seja examinado imparcialmente pelas autoridades competentes do Estado visado.

Artigo 9.º

Sempre que haja motivos razoáveis para crer que foi cometido um acto de tortura tal como definido no artigo 1.º, as autoridades competentes do Estado interessado procederão oficialmente e sem demora a uma investigação imparcial.

Artigo 10.º

Se da investigação a que se referem os artigos 8.º ou 9.º resultar que foi cometido um acto de tortura tal como definido no artigo 1.º, haverá lugar a procedimento penal contra o suposto culpado ou culpados, em conformidade com a legislação nacional. Se se considerar fundada uma alegação de outras formas de penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, o suposto culpado ou culpados serão submetidos a procedimentos penais, disciplinares ou outros procedimentos adequados.

Artigo 11.º

Quando se provar que um acto de tortura ou de outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes foi cometido por um funcionário público ou por instigação deste, será concedido à vítima o direito a reparação e indemnização, em conformidade com a legislação nacional.

Artigo 12.º

Nenhuma declaração que se prove ter sido feita como resultado de tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes poderá ser invocada como prova contra quem a proferiu ou contra qualquer outra pessoa em nenhum procedimento.

VI. DISCURSO DE GEORGE W. BUSH AO CONGRESSO NORTE-AMERICANO, A 20 DE SETEMBRO DE 2001 (2001)²⁸

Mr. Speaker, Mr. President Pro Tempore, members of Congress, and fellow Americans, in the normal course of events, presidents come to this chamber to report on the state of the union. Tonight, no such report is needed; it has already been delivered by the American people.

We have seen it in the courage of passengers who rushed terrorists to save others on the ground. Passengers like an exceptional man named Todd Beamer. And would you please help me welcome his wife Lisa Beamer here tonight?

(APPLAUSE) We have seen the state of our union in the endurance of rescuers working past exhaustion.

We've seen the unfurling of flags, the lighting of candles, the giving of blood, the saying of prayers in English, Hebrew and Arabic.

We have seen the decency of a loving and giving people who have made the grief of strangers their own.

My fellow citizens, for the last nine days, the entire world has seen for itself the state of union, and it is strong.

(APPLAUSE)

Tonight, we are a country awakened to danger and called to defend freedom. Our grief has turned to anger and anger to resolution. Whether we bring our enemies to justice or bring justice to our enemies, justice will be done.

(APPLAUSE) I thank the Congress for its leadership at such an important time.

All of America was touched on the evening of the tragedy to see Republicans and Democrats joined together on the steps of this Capitol singing "God Bless America."

And you did more than sing. You acted, by delivering \$40 billion to rebuild our communities and meet the needs of our military. Speaker Hastert, Minority Leader Gephardt, Majority Leader Daschle and Senator Lott, I thank you for your friendship, for your leadership and for your service to our country.

(APPLAUSE) And on behalf of the American people, I thank the world for its outpouring of support.

America will never forget the sounds of our national anthem playing at Buckingham Palace, on the streets of Paris and at Berlin's Brandenburg Gate.

We will not forget South Korean children gathering to pray outside our embassy in Seoul, or the prayers of sympathy offered at a mosque in Cairo.

We will not forget moments of silence and days of mourning in Australia and Africa and Latin America.

Nor will we forget the citizens of 80 other nations who died with our own. Dozens of Pakistanis, more than 130 Israelis, more than 250 citizens of India, men and women from El Salvador, Iran, Mexico and Japan, and hundreds of British citizens.

²⁸ Documento acedido em <http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/>.

America has no truer friend than Great Britain. (APPLAUSE) Once again, we are joined together in a great cause.

I'm so honored the British prime minister has crossed an ocean to show his unity with America. Thank you for coming, friend. (APPLAUSE)

On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country. Americans have known wars, but for the past 136 years they have been wars on foreign soil, except for one Sunday in 1941. Americans have known the casualties of war, but not at the center of a great city on a peaceful morning.

Americans have known surprise attacks, but never before on thousands of civilians. All of this was brought upon us in a single day, and night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack.

Americans have many questions tonight. Americans are asking, "Who attacked our country?"

The evidence we have gathered all points to a collection of loosely affiliated terrorist organizations known as al Qaeda. They are some of the murderers indicted for bombing American embassies in Tanzania and Kenya and responsible for bombing the USS Cole.

Al Qaeda is to terror what the Mafia is to crime. But its goal is not making money, its goal is remaking the world and imposing its radical beliefs on people everywhere.

The terrorists practice a fringe form of Islamic extremism that has been rejected by Muslim scholars and the vast majority of Muslim clerics; a fringe movement that perverts the peaceful teachings of Islam.

The terrorists' directive commands them to kill Christians and Jews, to kill all Americans and make no distinctions among military and civilians, including women and children. This group and its leader, a person named Osama bin Laden, are linked to many other organizations in different countries, including the Egyptian Islamic Jihad, the Islamic Movement of Uzbekistan.

There are thousands of these terrorists in more than 60 countries.

They are recruited from their own nations and neighborhoods and brought to camps in places like Afghanistan where they are trained in the tactics of terror. They are sent back to their homes or sent to hide in countries around the world to plot evil and destruction. The leadership of al Qaeda has great influence in Afghanistan and supports the Taliban regime in controlling most of that country. In Afghanistan we see al Qaeda's vision for the world. Afghanistan's people have been brutalized, many are starving and many have fled.

Women are not allowed to attend school. You can be jailed for owning a television. Religion can be practiced only as their leaders dictate. A man can be jailed in Afghanistan if his beard is not long enough. The United States respects the people of Afghanistan -- after all, we are currently its largest source of humanitarian aid -- but we condemn the Taliban regime.

(APPLAUSE)

It is not only repressing its own people, it is threatening people everywhere by sponsoring and sheltering and supplying terrorists.

By aiding and abetting murder, the Taliban regime is committing murder. And tonight the United States of America makes the following demands on the Taliban:

- Deliver to United States authorities all of the leaders of Al Qaeda who hide in your land.
- Release all foreign nationals, including American citizens you have unjustly imprisoned.
- Protect foreign journalists, diplomats and aid workers in your country.
- Close immediately and permanently every terrorist training camp in Afghanistan. And hand over every terrorist and every person and their support structure to appropriate authorities.
- Give the United States full access to terrorist training camps, so we can make sure they are no longer operating.

These demands are not open to negotiation or discussion. (APPLAUSE) The Taliban must act and act immediately.

They will hand over the terrorists or they will share in their fate. I also want to speak tonight directly to Muslims throughout the world. We respect your faith. It's practiced freely by many millions of Americans and by millions more in countries that America counts as friends. Its teachings are good and peaceful, and those who commit evil in the name of Allah blaspheme the name of Allah.

(APPLAUSE) The terrorists are traitors to their own faith, trying, in effect, to hijack Islam itself.

The enemy of America is not our many Muslim friends. It is not our many Arab friends. Our enemy is a radical network of terrorists and every government that supports them.

(APPLAUSE) Our war on terror begins with al Qaeda, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated. (APPLAUSE) Americans are asking "Why do they hate us?"

They hate what they see right here in this chamber: a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms: our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.

They want to overthrow existing governments in many Muslim countries such as Egypt, Saudi Arabia and Jordan. They want to drive Israel out of the Middle East. They want to drive Christians and Jews out of vast regions of Asia and Africa.

These terrorists kill not merely to end lives, but to disrupt and end a way of life. With every atrocity, they hope that America grows fearful, retreating from the world and forsaking our friends. They stand against us because we stand in their way.

We're not deceived by their pretenses to piety.

We have seen their kind before. They're the heirs of all the murderous ideologies of the 20th century. By sacrificing human life to serve their radical visions, by abandoning every value except the will to power, they follow in the path of fascism, Nazism and totalitarianism. And they will follow that path all the way to where it ends in history's unmarked grave of discarded lies. Americans are asking, "How will we fight and win this war?"

We will direct every resource at our command -- every means of diplomacy, every tool of intelligence, every instrument of law enforcement, every financial influence, and every necessary weapon of war -- to the destruction and to the defeat of the global terror network.

Now, this war will not be like the war against Iraq a decade ago, with a decisive liberation of territory and a swift conclusion. It will not look like the air war above Kosovo two years ago, where no ground troops were used and not a single American was lost in combat.

Our response involves far more than instant retaliation and isolated strikes. Americans should not expect one battle, but a lengthy campaign unlike any other we have ever seen. It may include dramatic strikes visible on TV and covert operations secret even in success.

We will starve terrorists of funding, turn them one against another, drive them from place to place until there is no refuge or no rest.

And we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every nation in every region now has a decision to make: Either you are with us or you are with the terrorists.

From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime. Our nation has been put on notice, we're not immune from attack. We will take defensive measures against terrorism to protect Americans. Today, dozens of federal departments and agencies, as well as state and local governments, have responsibilities affecting homeland security.

These efforts must be coordinated at the highest level. So tonight, I announce the creation of a Cabinet-level position reporting directly to me, the Office of Homeland Security. And tonight, I also announce a distinguished American to lead this effort, to strengthen American security: a military veteran, an effective governor, a true patriot, a trusted friend, Pennsylvania's Tom Ridge.

He will lead, oversee and coordinate a comprehensive national strategy to safeguard our country against terrorism and respond to any attacks that may come. These measures are essential. The only way to defeat terrorism as a threat to our way of life is to stop it, eliminate it and destroy it where it grows.

Many will be involved in this effort, from FBI agents, to intelligence operatives, to the reservists we have called to active duty. All deserve our thanks, and all have our prayers. And tonight a few miles from the damaged Pentagon, I have a message for our military: Be ready. I have called the armed forces to alert, and there is a reason.

The hour is coming when America will act, and you will make us proud.

This is not, however, just America's fight. And what is at stake is not just America's freedom. This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom.

We ask every nation to join us.

We will ask and we will need the help of police forces, intelligence service and banking systems around the world. The United States is grateful that many nations and many international organizations have already responded with sympathy and with support -- nations from Latin America to Asia to Africa to Europe to the Islamic world.

Perhaps the NATO charter reflects best the attitude of the world: An attack on one is an attack on all. The civilized world is rallying to America's side.

They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next. Terror unanswered can not only bring down buildings, it can threaten the stability of legitimate governments.

And you know what? We're not going to allow it.

(APPLAUSE)

Americans are asking, "What is expected of us?"

I ask you to live your lives and hug your children. I know many citizens have fears tonight, and I ask you to be calm and resolute, even in the face of a continuing threat.

I ask you to uphold the values of America and remember why so many have come here.

We're in a fight for our principles, and our first responsibility is to live by them. No one should be singled out for unfair treatment or unkind words because of their ethnic background or religious faith.

I ask you to continue to support the victims of this tragedy with your contributions. Those who want to give can go to a central source of information, Libertyunites.org, to find the names of groups providing direct help in New York, Pennsylvania and Virginia. The thousands of FBI agents who are now at work in this investigation may need your cooperation, and I ask you to give it. I ask for your patience with the delays and inconveniences that may accompany tighter security and for your patience in what will be a long struggle.

I ask your continued participation and confidence in the American economy. Terrorists attacked a symbol of American prosperity; they did not touch its source.

America is successful because of the hard work and creativity and enterprise of our people. These were the true strengths of our economy before September 11, and they are our strengths today.

And finally, please continue praying for the victims of terror and their families, for those in uniform and for our great country. Prayer has comforted us in sorrow and will help strengthen us for the journey ahead. Tonight I thank my fellow Americans for what you have already done and for what you will do.

And ladies and gentlemen of the Congress, I thank you, their representatives, for what you have already done and for what we will do together.

Tonight we face new and sudden national challenges. We will come together to improve air safety, to dramatically expand the number of air marshals on domestic flights and take new measures to prevent hijacking.

We will come together to promote stability and keep our airlines flying with direct assistance during this emergency.

(APPLAUSE) We will come together to give law enforcement the additional tools it needs to track down terror here at home.

We will come together to strengthen our intelligence capabilities to know the plans of terrorists before they act and to find them before they strike.

(APPLAUSE) We will come together to take active steps that strengthen America's economy and put our people back to work.

Tonight, we welcome two leaders who embody the extraordinary spirit of all New Yorkers, Governor George Pataki and Mayor Rudolph Giuliani.

As a symbol of America's resolve, my administration will work with Congress and these two leaders to show the world that we will rebuild New York City.

After all that has just passed, all the lives taken and all the possibilities and hopes that died with them, it is natural to wonder if America's future is one of fear.

Some speak of an age of terror. I know there are struggles ahead and dangers to face. But this country will define our times, not be defined by them.

As long as the United States of America is determined and strong, this will not be an age of terror. This will be an age of liberty here and across the world.

Great harm has been done to us. We have suffered great loss. And in our grief and anger we have found our mission and our moment.

Freedom and fear are at war. The advance of human freedom, the great achievement of our time and the great hope of every time, now depends on us.

Our nation, this generation, will lift the dark threat of violence from our people and our future. We will rally the world to this cause by our efforts, by our courage. We will not tire, we will not falter and we will not fail.

(APPLAUSE)

It is my hope that in the months and years ahead life will return almost to normal. We'll go back to our lives and routines and that is good.

Even grief recedes with time and grace.

But our resolve must not pass. Each of us will remember what happened that day and to whom it happened. We will remember the moment the news came, where we were and what we were doing.

Some will remember an image of a fire or story or rescue. Some will carry memories of a face and a voice gone forever.

And I will carry this. It is the police shield of a man named George Howard who died at the World Trade Center trying to save others.

It was given to me by his mom, Arlene, as a proud memorial to her son. It is my reminder of lives that ended and a task that does not end.

I will not forget the wound to our country and those who inflicted it. I will not yield, I will not rest, I will not relent in waging this struggle for freedom and security for the American people. The course of this conflict is not known, yet its outcome is certain. Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them.

(APPLAUSE)

Fellow citizens, we'll meet violence with patient justice, assured of the rightness of our cause and confident of the victories to come.

In all that lies before us, may God grant us wisdom and may he watch over the United States of America. Thank you.

(APPLAUSE)

VII. “A JUST AND LASTING PEACE” — DISCURSO DE RECEPÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ DE 2009, POR BARACK OBAMA (2009)

Your Majesties, Your Royal Highnesses, distinguished members of the Norwegian Nobel Committee, citizens of America, and citizens of the world:

I receive this honor with deep gratitude and great humility. It is an award that speaks to our highest aspirations – that for all the cruelty and hardship of our world, we are not mere prisoners of fate. Our actions matter, and can bend history in the direction of justice.

And yet I would be remiss if I did not acknowledge the considerable controversy that your generous decision has generated. (Laughter.) In part, this is because I am at the beginning, and not the end, of my labors on the world stage. Compared to some of the giants of history who've received this prize – Schweitzer and King; Marshall and Mandela – my accomplishments are slight. And then there are the men and women around the world who have been jailed and beaten in the pursuit of justice; those who toil in humanitarian organizations to relieve suffering; the unrecognized millions whose quiet acts of courage and compassion inspire even the most hardened cynics. I cannot argue with those who find these men and women – some known, some obscure to all but those they help – to be far more deserving of this honor than I.

But perhaps the most profound issue surrounding my receipt of this prize is the fact that I am the Commander-in-Chief of the military of a nation in the midst of two wars. One of these wars is winding down. The other is a conflict that America did not seek; one in which we are joined by 42 other countries – including Norway – in an effort to defend ourselves and all nations from further attacks.

Still, we are at war, and I'm responsible for the deployment of thousands of young Americans to battle in a distant land. Some will kill, and some will be killed. And so I come here with an acute sense of the costs of armed conflict – filled with difficult questions about the relationship between war and peace, and our effort to replace one with the other.

Now these questions are not new. War, in one form or another, appeared with the first man. At the dawn of history, its morality was not questioned; it was simply a fact, like drought or disease – the manner in which tribes and then civilizations sought power and settled their differences.

And over time, as codes of law sought to control violence within groups, so did philosophers and clerics and statesmen seek to regulate the destructive power of war. The concept of a "just war" emerged, suggesting that war is justified only when certain conditions were met: if it is waged as a last resort or in self-defense; if the force used is proportional; and if, whenever possible, civilians are spared from violence.

Of course, we know that for most of history, this concept of "just war" was rarely observed. The capacity of human beings to think up new ways to kill one another proved inexhaustible, as did our capacity to exempt from mercy those who look different or pray to a different God. Wars between armies gave way to wars between nations – total wars in which the distinction between combatant and civilian became blurred. In the span of 30 years, such carnage would twice engulf this continent. And while it's hard to conceive of a cause more just than the defeat of the Third Reich and the Axis powers, World War II was a conflict in which the total number of civilians who died exceeded the number of soldiers who perished.

In the wake of such destruction, and with the advent of the nuclear age, it became clear to victor and vanquished alike that the world needed institutions to prevent another world war. And so, a quarter century after the United States Senate rejected the League of Nations – an idea for which Woodrow Wilson received this prize – America led the world in constructing an architecture to keep the peace: a Marshall Plan and a United Nations, mechanisms to govern the waging of war, treaties to protect human rights, prevent genocide, restrict the most dangerous weapons.

In many ways, these efforts succeeded. Yes, terrible wars have been fought, and atrocities committed. But there has been no Third World War. The Cold War ended with jubilant crowds dismantling a wall. Commerce has stitched much of the world together. Billions have been lifted from poverty. The ideals of liberty and self-determination, equality and the rule of law have haltingly advanced. We are the heirs of the fortitude and foresight of generations past, and it is a legacy for which my own country is rightfully proud.

And yet, a decade into a new century, this old architecture is buckling under the weight of new threats. The world may no longer shudder at the prospect of war between two nuclear superpowers, but proliferation may increase the risk of catastrophe. Terrorism has long been a tactic, but modern technology allows a few small men with outsized rage to murder innocents on a horrific scale.

Moreover, wars between nations have increasingly given way to wars within nations. The resurgence of ethnic or sectarian conflicts; the growth of secessionist movements, insurgencies, and failed states – all these things have increasingly trapped civilians in unending chaos. In today's wars, many more civilians are killed than soldiers; the seeds of future conflict are sown, economies are wrecked, civil societies torn asunder, refugees amassed, children scarred.

I do not bring with me today a definitive solution to the problems of war. What I do know is that meeting these challenges will require the same vision, hard work, and persistence of those men and women who acted so boldly decades ago. And it will require us to think in new ways about the notions of just war and the imperatives of a just peace.

We must begin by acknowledging the hard truth: We will not eradicate violent conflict in our lifetimes. There will be times when nations – acting individually or in concert – will find the use of force not only necessary but morally justified.

I make this statement mindful of what Martin Luther King Jr. said in this same ceremony years ago: "Violence never brings permanent peace. It solves no social problem: it merely creates new and more complicated ones." As someone who stands here as a direct consequence of Dr. King's life work, I am living testimony to the moral force of non-violence. I know there's nothing weak – nothing passive – nothing naïve – in the creed and lives of Gandhi and King.

But as a head of state sworn to protect and defend my nation, I cannot be guided by their examples alone. I face the world as it is, and cannot stand idle in the face of threats to the American people. For make no mistake: Evil does exist in the world. A non-violent movement could not have halted Hitler's armies. Negotiations cannot convince al Qaeda's leaders to lay down their arms. To say that force may sometimes be necessary is not a call to cynicism – it is a recognition of history; the imperfections of man and the limits of reason.

I raise this point, I begin with this point because in many countries there is a deep ambivalence about military action today, no matter what the cause. And at times, this is joined by a reflexive suspicion of America, the world's sole military superpower.

But the world must remember that it was not simply international institutions – not just treaties and declarations – that brought stability to a post-World War II world. Whatever mistakes we have made, the plain fact is this: The United States of America has helped underwrite global security for more than six decades with the blood of our citizens and the strength of our arms. The service and sacrifice of our men and women in uniform has promoted peace and prosperity from Germany to Korea, and enabled democracy to take hold in places like the Balkans. We have borne this burden not because we seek to impose our will. We have done so out of enlightened self-interest – because we seek a better future for our children and grandchildren, and we believe that their lives will be better if others' children and grandchildren can live in freedom and prosperity.

So yes, the instruments of war do have a role to play in preserving the peace. And yet this truth must coexist with another – that no matter how justified, war promises human tragedy. The soldier's courage and sacrifice is full of glory, expressing devotion to country, to cause, to comrades in arms. But war itself is never glorious, and we must never trumpet it as such.

So part of our challenge is reconciling these two seemingly irreconcilable truths – that war is sometimes necessary, and war at some level is an expression of human folly. Concretely, we must direct our effort to the task that President Kennedy called for long ago. "Let us focus," he said, "on a more practical, more attainable peace, based not on a sudden revolution in human nature but on a gradual evolution in human institutions." A gradual evolution of human institutions.

What might this evolution look like? What might these practical steps be?

To begin with, I believe that all nations – strong and weak alike – must adhere to standards that govern the use of force. I – like any head of state – reserve the right to act unilaterally if necessary to defend my nation. Nevertheless, I am convinced that adhering to standards, international standards, strengthens those who do, and isolates and weakens those who don't.

The world rallied around America after the 9/11 attacks, and continues to support our efforts in Afghanistan, because of the horror of those senseless attacks and the recognized principle of self-defense. Likewise, the world recognized the need to confront Saddam Hussein when he invaded Kuwait – a consensus that sent a clear message to all about the cost of aggression.

Furthermore, America – in fact, no nation – can insist that others follow the rules of the road if we refuse to follow them ourselves. For when we don't, our actions appear arbitrary and undercut the legitimacy of future interventions, no matter how justified.

And this becomes particularly important when the purpose of military action extends beyond self-defense or the defense of one nation against an aggressor. More and more, we all confront difficult questions about how to prevent the slaughter of civilians by their own government, or to stop a civil war whose violence and suffering can engulf an entire region.

I believe that force can be justified on humanitarian grounds, as it was in the Balkans, or in other places that have been scarred by war. Inaction tears at our conscience and can lead to more costly intervention later. That's why all responsible nations must embrace the role that militaries with a clear mandate can play to keep the peace.

America's commitment to global security will never waver. But in a world in which threats are more diffuse, and missions more complex, America cannot act alone. America alone

cannot secure the peace. This is true in Afghanistan. This is true in failed states like Somalia, where terrorism and piracy is joined by famine and human suffering. And sadly, it will continue to be true in unstable regions for years to come.

The leaders and soldiers of NATO countries, and other friends and allies, demonstrate this truth through the capacity and courage they've shown in Afghanistan. But in many countries, there is a disconnect between the efforts of those who serve and the ambivalence of the broader public. I understand why war is not popular, but I also know this: The belief that peace is desirable is rarely enough to achieve it. Peace requires responsibility. Peace entails sacrifice. That's why NATO continues to be indispensable. That's why we must strengthen U.N. and regional peacekeeping, and not leave the task to a few countries. That's why we honor those who return home from peacekeeping and training abroad to Oslo and Rome; to Ottawa and Sydney; to Dhaka and Kigali – we honor them not as makers of war, but of wagers – but as wagers of peace.

Let me make one final point about the use of force. Even as we make difficult decisions about going to war, we must also think clearly about how we fight it. The Nobel Committee recognized this truth in awarding its first prize for peace to Henry Dunant – the founder of the Red Cross, and a driving force behind the Geneva Conventions.

Where force is necessary, we have a moral and strategic interest in binding ourselves to certain rules of conduct. And even as we confront a vicious adversary that abides by no rules, I believe the United States of America must remain a standard bearer in the conduct of war. That is what makes us different from those whom we fight. That is a source of our strength. That is why I prohibited torture. That is why I ordered the prison at Guantanamo Bay closed. And that is why I have reaffirmed America's commitment to abide by the Geneva Conventions. We lose ourselves when we compromise the very ideals that we fight to defend. And we honor – we honor those ideals by upholding them not when it's easy, but when it is hard.

I have spoken at some length to the question that must weigh on our minds and our hearts as we choose to wage war. But let me now turn to our effort to avoid such tragic choices, and speak of three ways that we can build a just and lasting peace.

First, in dealing with those nations that break rules and laws, I believe that we must develop alternatives to violence that are tough enough to actually change behavior – for if we want a lasting peace, then the words of the international community must mean something. Those regimes that break the rules must be held accountable. Sanctions must exact a real price. Intransigence must be met with increased pressure – and such pressure exists only when the world stands together as one.

One urgent example is the effort to prevent the spread of nuclear weapons, and to seek a world without them. In the middle of the last century, nations agreed to be bound by a treaty whose bargain is clear: All will have access to peaceful nuclear power; those without nuclear weapons will forsake them; and those with nuclear weapons will work towards disarmament. I am committed to upholding this treaty. It is a centerpiece of my foreign policy. And I'm working with President Medvedev to reduce America and Russia's nuclear stockpiles.

But it is also incumbent upon all of us to insist that nations like Iran and North Korea do not game the system. Those who claim to respect international law cannot avert their eyes when those laws are flouted. Those who care for their own security cannot ignore the dan-

ger of an arms race in the Middle East or East Asia. Those who seek peace cannot stand idly by as nations arm themselves for nuclear war.

The same principle applies to those who violate international laws by brutalizing their own people. When there is genocide in Darfur, systematic rape in Congo, repression in Burma – there must be consequences. Yes, there will be engagement; yes, there will be diplomacy – but there must be consequences when those things fail. And the closer we stand together, the less likely we will be faced with the choice between armed intervention and complicity in oppression.

This brings me to a second point – the nature of the peace that we seek. For peace is not merely the absence of visible conflict. Only a just peace based on the inherent rights and dignity of every individual can truly be lasting.

It was this insight that drove drafters of the Universal Declaration of Human Rights after the Second World War. In the wake of devastation, they recognized that if human rights are not protected, peace is a hollow promise.

And yet too often, these words are ignored. For some countries, the failure to uphold human rights is excused by the false suggestion that these are somehow Western principles, foreign to local cultures or stages of a nation's development. And within America, there has long been a tension between those who describe themselves as realists or idealists – a tension that suggests a stark choice between the narrow pursuit of interests or an endless campaign to impose our values around the world.

I reject these choices. I believe that peace is unstable where citizens are denied the right to speak freely or worship as they please; choose their own leaders or assemble without fear. Pent-up grievances fester, and the suppression of tribal and religious identity can lead to violence. We also know that the opposite is true. Only when Europe became free did it finally find peace. America has never fought a war against a democracy, and our closest friends are governments that protect the rights of their citizens. No matter how callously defined, neither America's interests – nor the world's – are served by the denial of human aspirations.

So even as we respect the unique culture and traditions of different countries, America will always be a voice for those aspirations that are universal. We will bear witness to the quiet dignity of reformers like Aung Sang Suu Kyi; to the bravery of Zimbabweans who cast their ballots in the face of beatings; to the hundreds of thousands who have marched silently through the streets of Iran. It is telling that the leaders of these governments fear the aspirations of their own people more than the power of any other nation. And it is the responsibility of all free people and free nations to make clear that these movements – these movements of hope and history – they have us on their side.

Let me also say this: The promotion of human rights cannot be about exhortation alone. At times, it must be coupled with painstaking diplomacy. I know that engagement with repressive regimes lacks the satisfying purity of indignation. But I also know that sanctions without outreach – condemnation without discussion – can carry forward only a crippling status quo. No repressive regime can move down a new path unless it has the choice of an open door.

In light of the Cultural Revolution's horrors, Nixon's meeting with Mao appeared inexcusable – and yet it surely helped set China on a path where millions of its citizens have been lifted from poverty and connected to open societies. Pope John Paul's engagement with Poland created space not just for the Catholic Church, but for labor leaders like Lech

Walesa. Ronald Reagan's efforts on arms control and embrace of perestroika not only improved relations with the Soviet Union, but empowered dissidents throughout Eastern Europe. There's no simple formula here. But we must try as best we can to balance isolation and engagement, pressure and incentives, so that human rights and dignity are advanced over time.

Third, a just peace includes not only civil and political rights – it must encompass economic security and opportunity. For true peace is not just freedom from fear, but freedom from want.

It is undoubtedly true that development rarely takes root without security; it is also true that security does not exist where human beings do not have access to enough food, or clean water, or the medicine and shelter they need to survive. It does not exist where children can't aspire to a decent education or a job that supports a family. The absence of hope can rot a society from within.

And that's why helping farmers feed their own people – or nations educate their children and care for the sick – is not mere charity. It's also why the world must come together to confront climate change. There is little scientific dispute that if we do nothing, we will face more drought, more famine, more mass displacement – all of which will fuel more conflict for decades. For this reason, it is not merely scientists and environmental activists who call for swift and forceful action – it's military leaders in my own country and others who understand our common security hangs in the balance.

Agreements among nations. Strong institutions. Support for human rights. Investments in development. All these are vital ingredients in bringing about the evolution that President Kennedy spoke about. And yet, I do not believe that we will have the will, the determination, the staying power, to complete this work without something more – and that's the continued expansion of our moral imagination; an insistence that there's something irreducible that we all share.

As the world grows smaller, you might think it would be easier for human beings to recognize how similar we are; to understand that we're all basically seeking the same things; that we all hope for the chance to live out our lives with some measure of happiness and fulfillment for ourselves and our families.

And yet somehow, given the dizzying pace of globalization, the cultural leveling of modernity, it perhaps comes as no surprise that people fear the loss of what they cherish in their particular identities – their race, their tribe, and perhaps most powerfully their religion. In some places, this fear has led to conflict. At times, it even feels like we're moving backwards. We see it in the Middle East, as the conflict between Arabs and Jews seems to harden. We see it in nations that are torn asunder by tribal lines.

And most dangerously, we see it in the way that religion is used to justify the murder of innocents by those who have distorted and defiled the great religion of Islam, and who attacked my country from Afghanistan. These extremists are not the first to kill in the name of God; the cruelties of the Crusades are amply recorded. But they remind us that no Holy War can ever be a just war. For if you truly believe that you are carrying out divine will, then there is no need for restraint – no need to spare the pregnant mother, or the medic, or the Red Cross worker, or even a person of one's own faith. Such a warped view of religion is not just incompatible with the concept of peace, but I believe it's incompatible with the very purpose of faith – for the one rule that lies at the heart of every major religion is that we do unto others as we would have them do unto us.

Adhering to this law of love has always been the core struggle of human nature. For we are fallible. We make mistakes, and fall victim to the temptations of pride, and power, and sometimes evil. Even those of us with the best of intentions will at times fail to right the wrongs before us.

But we do not have to think that human nature is perfect for us to still believe that the human condition can be perfected. We do not have to live in an idealized world to still reach for those ideals that will make it a better place. The non-violence practiced by men like Gandhi and King may not have been practical or possible in every circumstance, but the love that they preached – their fundamental faith in human progress – that must always be the North Star that guides us on our journey.

For if we lose that faith – if we dismiss it as silly or naïve; if we divorce it from the decisions that we make on issues of war and peace – then we lose what's best about humanity. We lose our sense of possibility. We lose our moral compass.

Like generations have before us, we must reject that future. As Dr. King said at this occasion so many years ago, "I refuse to accept despair as the final response to the ambiguities of history. I refuse to accept the idea that the 'isness' of man's present condition makes him morally incapable of reaching up for the eternal 'oughtness' that forever confronts him."

Let us reach for the world that ought to be – that spark of the divine that still stirs within each of our souls.

Somewhere today, in the here and now, in the world as it is, a soldier sees he's outgunned, but stands firm to keep the peace. Somewhere today, in this world, a young protestor awaits the brutality of her government, but has the courage to march on. Somewhere today, a mother facing punishing poverty still takes the time to teach her child, scrapes together what few coins she has to send that child to school – because she believes that a cruel world still has a place for that child's dreams.

Let us live by their example. We can acknowledge that oppression will always be with us, and still strive for justice. We can admit the intractability of depravation, and still strive for dignity. Clear-eyed, we can understand that there will be war, and still strive for peace. We can do that – for that is the story of human progress; that's the hope of all the world; and at this moment of challenge, that must be our work here on Earth.

Thank you very much.